



**INSTITUTO FEDERAL BAIANO – CAMPUS CATU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**AS SEMANAS PRETAS E INDÍGENAS NO IFBA CAMPUS
SEABRA COMOESPAÇOS DE FORMAÇÃO, AFIRMAÇÃO E
EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS: UMA INTERPRETAÇÃO DA
(RE)EXISTÊNCIA NECESSÁRIA**

ROBSON LUIZ DA SILVA MENEZES

**SEABRA
2023**

ROBSON LUIZ DA SILVA MENEZES

**AS SEMANAS PRETAS E INDÍGENAS NO IFBA CAMPUS
SEABRA COMOESPAÇOS DE FORMAÇÃO, VISIBILIZAÇÃO E
EXPERIENCIAS EDUCATIVAS: UMA INTERPRETAÇÃO DA
(RE)EXISTÊNCIA NECESSÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação: Prof. Dr. Davi Silva da Costa

**SEABRA
2023**

Ficha Catalográfica Elaborada pela Bibliotecária :

M543s

Menezes, Robson Luiz da Silva.

As semanas pretas e indígenas no IFBA campus Seabra como espaços de formação, afirmação, e experiências educativas: uma interpretação da (re)existência necessária / Robson Luiz da Silva Meneze.-Seabra, 2023.

154f.: il.; color.

Orientador: Prof. Dr. Davi Silva da Costa.

Dissertação (Conclusão de Curso de Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal Baiano Campus Catu Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, 2023.

1. Ações afirmativas – NEABI (IFBA). 2. Eventos formativos. 3. Práticas pedagógicas – Eventos acadêmicos. I. Costa, Davi Silva da. II. Instituto Federal Baiano. III. Título.

CDD – 376

Danielle Brito Silva / CRB 5-193

In memoriam

À professora Edézia Pinheiro da Silva Menezes, minha-mãe, natural de Itaberaba-BA, oriunda da zona rural, que criou os seus filhos na rigidez do trabalho de educadora, na luta diária para garantir o pão de cada dia, e nas suas orações. Todo respeito a essa mulher destemida, que teve os seus pés calejados pelas sandálias da vida no seu uso diário, frequentando as escolas do município, na sede, na zona rural e às vezes no município vizinho denominado Iaçú-Ba. No complemento da renda familiar vendia em casa mesmo aquele delicioso caruru, hum que delicia!!!! Ou era vendedora ambulante, sempre armando a sua barraca em festas de largo. Mulher branca guerreira, porém preconceituosa, mas quando conheceu o Senhor Pedro José Jesus de Menezes, meu pai, homem negro também oriundo da zona rural, lavrador e que teve as suas mãos calejadas pela labuta diária na roça, ou que às vezes na época da safra partia para São Paulo para trabalhar nas usinas de açúcar e que só conseguiu estudar até o Ensino Fundamental I, esta mulher se derreteu e o amor de um pelo outro transcendeu a barreira do preconceito e da discriminação racial. Hoje em matéria física só permanece ele, e ela mesmo não estando mais fisicamente entre os seus, vigoram os ensinamentos deixados por ela para toda a família. Deixo aqui essa singela homenagem escrita por Edgard Abbehusen:

“Carta para uma mãe que mora no céu: a última palavra não foi dita, o último abraço desperdiçado, ou talvez eu tenha tido a boa oportunidade de ter feito tudo isso, mas a sensação de que faltou muito mais é tão eterna quanto o amor que sinto. Quero que saiba, minha mãe, que das estrelas eu te ouço. Que no meio da brisa do vento que vem da natureza eu sinto o cheiro do sabonete. Que o espelho me mostra você. Que eu te reconheço cada dia mais em mim. Que eu reconheço cada vez mais o teu esforço. Que a saudade não passa. O amor não acaba. E a tua luz ainda brilha quando eu olho para as estrelas, e fico daqui com os olhos marejados percebendo o teu sorriso me guiando. Me protegendo. Me guardando. Talvez por isso digam tanto e insistam em dizer quem mãe é eterna e ninguém questiona. Ninguém nunca questionou. No fundo, todo mundo olha para o céu e encontra a sua. Perto, atenta e abençoando os nossos passos”. (Edgard Abbehusen/@fotocitando)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me concedido o respirar a cada manhã, A minha mãe (in memoriam) e ao meu pai por ter a compreensão da minha ausêncianos finais de semana junto a eles. A minha esposa Jó e os meus dois filhos Melba e Victor pela compreensão e ajuda na realização desta pesquisa. A cada pesquisador(a) negro(a) que luta e resiste pela valorização, visibilidade e direito da população negra. Aos colegas de trabalho e colaboradores externos que ao longo do processo contribui para o desenvolvimento da pesquisa: Azamor Guedes, Eliana Evangelista , Danielle Brito , Joyce Holanda, Rui Carije, Hildete Tapuia, Jussiara Paulino, Joene Xavier, Sisnando Vilas Boas, Renata , Jessica Lacerda e Michele Barbosa; Ao IFBA, pelos desafios da complexa institucionalidade, Meu agradecimento a esse ser especial o meu orientador, Davi Silva da Costa, por ter aceito o desafio de ser meu orientador no meio do processo, sou grato por ter a oportunidade de conhecer a sua experiência de luta acadêmica, graças a ele todo esse processo tornou-se relaxante, culto e divertido.

“A opressão tem como um dos seus objetivos principais aprisionar a subjetividade do oprimido. Se queremos construir políticas verdadeiramente emancipatórias e antirracistas, não basta a nós, negras e negros, chegarmos e estarmos no poder a qualquer custo. Temos que chegar e estar no poder do lado certo da história: a luta democrática e antirracista” (Gomes, 2017)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT

Ata da Banca Examinadora de Defesa de Dissertação:

**AS SEMANAS PRETAS E INDÍGENAS NO IFBA CAMPUS SEABRA COMO ESPAÇOS DE FORMAÇÃO,
AFIRMAÇÃO E EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS: UMA INTERPRETAÇÃO DA (RE)EXISTÊNCIA
NECESSÁRIA**

No dia 27 de outubro de 2023, às 09 h, no campus Catu do IF Baiano/através da plataforma de Webconferência da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, deu-se início à banca de qualificação pelo discente Robson Luiz da Silva Menezes, como requisito para conclusão do curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, sediado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu. A Banca Examinadora foi presidida por Prof. Dr. Davi Silva da Costa e também contou com a participação de Prof. Dr. Heron Ferreira Souza e Profa. Dra. Maria dos Anjos Lopes Viella. Após a abertura da sessão de defesa, o discente fez a exposição oral em 40 minutos; em seguida foi arguido pela banca que, logo após, reuniu-se reservadamente. A Banca decidiu por aprovar o discente. A concessão do título está condicionada ao cumprimento das demais exigências previstas no Regimento do programa.

Assinam os membros da banca:

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Davi Silva da Costa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 06/02/2024 09:08:49.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 06/02/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 533532
Verificador: 8b739ec0b8
Código de
Autenticação:



Documento assinado digitalmente

MARIA DOS ANJOS LOPEZ VIELLA
Data: 08/02/2024 10:13:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
HERON FERREIRA SOUZA
Data: 06/02/2024 12:07:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Resumo

Esta pesquisa apontou como a Semana Preta e a Semana Indígena constituem-se como espaços de formação, visibilização e experiência educativa" através da (Re)existência no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica no IFBA- Campus Seabra. Esquematizou uma Articulação como as temáticas, abordagens e participação dos sujeitos nas edições das Semana Pretas e a Semana Indígena, contribuem para fortalecer espaços da (re)existência, Buscou também destacar elementos da Semana Preta, Semana Indígena e o NEABI,enquanto espaços de formação,visibilização e experiência educativa de (re)existência; A pesquisa configura-se como exploratória,pois foi realizada para conhecer o contexto dos eventos e o NEABI,buscando destacar as evidências relacionadas ao tema até então desconhecidos. A metodologia da pesquisa foi através da Fenomenologia, pois os eventos foram caracterizados como fenômenos e a partir desse o processo da redução eidética A coleta de dados foi realizada através da entrevista compreensiva participante que permitiu um maior aproximação entre os pesquisadores, entrevistados(as): que teve a participação de 14(quatorze) entrevistados sendo: discentes, docentes, técnicos administrativos e representantes das comunidades quilombolas e indígenas. Como produto final foi produzindo um documentário contendo as reflexões dos sujeitos envolvidos nas Semanas Pretas, Semana Indígenas e o NEABI, destacando essas ações enquanto espaços de formação, visibilização e experiências educativas de diálogo e interações pedagógicas com a Educação Profissional e Tecnológica, no IFBA Campus Seabra. Por fim, o trabalho destaca que os eventos Semana Preta e semana indígena e o NEABI, não são espaços, ambiente e lugar meramente de cunho festivo. Esses espaços tornaram-se sim, através das falas dos entrevistados, em espaços de formação, visibilização e experiências educativas de (re)existência, discutindo e combatendo o racismo explícito; racismo institucional; separação e invisibilidade; inadequação curricular e outras ações de negação dos subalternizados.

Palavras-chave: espaços de formação, ações afirmativas , (re)existencia, NEABI

Abstract

This research pointed out how Black Week and Indigenous Week constitute spaces for training, visibility and educational experience" through (Re)existence within the scope of Professional and Technological Education at IFBA- Campus Seabra. It outlined an Articulation how the themes, approaches and participation of subjects in the editions of Black Week and Indigenous Week, contribute to strengthening spaces of (re)existence. It also sought to highlight elements of Black Week, Indigenous Week and NEABI, as training spaces ,visibilization and educational experience of (re)existence; The research is exploratory,as it was carried out to understand the context of the events and NEABI, seeking to highlight evidence related to the hitherto unknown topic. The research methodology was through Phenomenology, as the events were characterized as phenomena and from this the process of eidetic reduction. Data collection was carried out through a comprehensive participant interview, which allowed a greater rapprochement between researchers and interviewees: which had the participation of 14 (fourteen) interviewees: students, teachers, administrative technicians and representatives of quilombola and indigenous communities. As a final product, a documentary was produced containing the reflections of the subjects involved in Black Weeks, Indigenous Week and NEABI, highlighting these actions as spaces for training, visibility and educational experiences of dialogue and pedagogical interactions with Professional and Technological Education, at the IFBA Campus Seabra. Finally, the work highlights that the Black Week and Indigenous Week events and NEABI are not spaces, environments and places merely of a festive nature. These spaces did, through the interviewees' speeches, become spaces for training, visibility and educational experiences of (re)existence, discussing and combating explicit racism; institutional racism; separation and invisibility; curricular inadequacy and other actions of denial of subordinates.

Keywords: training spaces, affirmative actions, (re)existence, NEABI

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Representações da mulher negra em desenho.....	35
FIGURA 2- Campanha do Sindicato dos Bancários de São Paulo em 2022.....	36
FIGURA 3- Cerimonia de Posse como Diretor Geral do Instituto Federal do Tocantins <i>Campus Araguaína</i>	38
FIGURA 4- Cerimonia de Posse como Diretor Geral do Instituto Federal do Tocantins <i>Campus Seabra</i>	39
FIGURA 5- O Território Chapada Diamantina.....	44
FIGURA 6- Sobre as mudanças na participação social e aprofundamentos das ações reparatórias no Brasil.....	50
FIGURA 7- Efeito do coronavirus em indivíduos divididos por raça/cor.....	60
FIGURA 8- Mesa de abertura da IV Semana Preta realizada em 2016 no IFBA <i>Campus Seabra</i>	62
FIGURA 9- Participação dos alunos na oficina de culinária no IFBA <i>Campus Seabra</i>	62
FIGURA 10- Apresentação Cultural na IX Semana Preta em 2022 no IFBA <i>Campus Seabra</i>	63
FIGURA 11- Abordagem da Temática Identidade e Resistência Negra, IX SemanaPreta 2022, IFBA <i>Campus Seabra</i>	63
FIGURA 12- Apresentação Cultural do Bloco Afro Ylê Aiyê no IFBA <i>Campus Seabra</i>	64
FIGURA 13- Mesa de Abertura com a participação de diversos povos indígenas na IVSemana Indígena 2018 – IFBA <i>Campus Seabra</i>	67
FIGURA 14- Roda de conversa com os educandos mais o Cacique Juvenal Payaya, na IV Semana Indígena 2018-IFBA <i>Campus Seabra</i>	68
FIGURA 15- Ritual Espiritual abertura dos trabalhos, IV Semana Indígena 2018,IFBA <i>Campus Seabra</i>	68
FIGURA 16- Integração dos educandos Quilombolas e Indígena - IV Semana Indígena 2018 IFBA <i>Campus Seabra</i>	69

FIGURA 17- Oficina de pintura indígenas - IFBA Campus Seabra	69
FIGURA 18- Problematização do potencial institucional do NEABI a partir da ressignificação da letra E.....	72
FIGURA 19- Convite entregues aos participante.....	89
FIGURA 20- Foto com a Entrevistada Joyce Cristina (Técnica de Laboratório)	91
FIGURA 21- Foto com as entrevistadas Danielle (bibliotecária) e Jussiara (discente Quilombola)	92
FIGURA 22- Foto com a entrevistada Joene Xavier (Discente quilombola)	93
FIGURA 23- Foto com a entrevistada Michele Barbosa (Docente EBTT e representante NEABI)	93
FIGURA 24- Noemas construídos na redução eidética.....	96
FIGURA 25- Destaques no texto das Noesis grifadas na cor amarela.....	96
FIGURA 26- Bricolagem das Noesis nas entrevistas de acordo com cada Noema.	97
FIGURA 27- Representação de um estudante cansado.....	97
FIGURA 28- Ficha de Identificação do participante.....	98
FIGURA 29- Título do Documentário	118
FIGURA 30- Logomarca da X Semana Preta.....	122
FIGURA 31- Apresentação do documentário no auditório	123
FIGURA 32- Apresentação do documentário no auditório	123
FIGURA 33- Modelo de formulário de avaliação do documentário	124
FIGURA 34- Gráfico de Identificação do participante	124
FIGURA 35- Gráfico o que você achou do produto educacional documentário.....	124
FIGURA 36- Gráfico sugestões de aplicação deste produto educacional	125
FIGURA 37- Gráfico apresentação do produto educacional ‘documentário’ nas escolas da zona rural de Seabra.....	126
FIGURA 38- Gráfico de recomendação do documentário para outras instituições educacionais.....	127
FIGURA 39- Gráfico de “ consideração do produto educacional ajudaria na formação pedagógicasocial e critica dos discente, docentes e técnicos administrativos”.....	128

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices.....	22
QUADRO 2- Linha do tempo –Escolas vinculadas ao governo federal, RedeFederal – Educação Profissional.....	23
QUADRO 3- Nível de institucionalização da Lei nº. 10.639/03 extraídos das ações propostas pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.....	50
QUADRO 4- Grau de institucionalização da Lei no. 10.639/03 na Educação Profissional e Tecnológica.....	52
QUADRO 5- Eventos Institucionais Semana Preta entre os anos de 2012 a 2022 no IFBA Campus Seabra.....	53
QUADRO 6: Semanas Indígenas realizadas entre os anos de 2013 a 2022 no IFBA Campus Seabra.....	65
QUADRO 7: Tramitação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética.....	88
QUADRO 8: Caracterização das pessoas entrevistas nesta pesquisa relacionadas à Semana Preta.....	89
QUADRO 9: Caracterização das pessoas entrevistas nesta pesquisa relacionadas à Semana Indígena.....	90
QUADRO 10 : Tramitação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética.....	91
QUADRO 11: Descrição de noemas, as unidades de sentido e as essências.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS

CEM-Centro de Ensino Médio

CNE- Conselho Nacionalde Educação

EFA -Escola Família Agrícola

FASAMAR-Faculdade São Marcos

FCP-Fundação Cultural Palmares

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESPN - Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional

IFBA- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

IFTO- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

LDB- Lei de Diretrizes e Base

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS-Ministério de Desenvolvimento Social

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

NEAB- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

NEABI- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

TAE-Técnico em Assuntos Educacionais

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFLA- Universidade Federal de Lavras (UFLA).

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO PRIMEIRO. ASPECTOS INICIAIS: ENEGRECENDO OS CAMINHOS ENTRE A MINHA TRAJETORIA E A PESQUISA.....	32
1.1 Historiando a transformação educacional da rede federal de educação e a implantação do IFBA Campus Seabra	40
2. CAPÍTULOSEGUNDO. SEMANA PRETA E SEMANA INDÍGENA: PERCORRENDO ESPAÇOS DE (RE)EXISTÊNCIA E EDUCAÇÃO	48
3. CAPÍTULOTERCEIRO. SEMANA PRETA E SEMANAINDIGENA AÇÕES AFIRMATIVAS DE (RE)EXISTÊNCIAS.....	69
4. CAPÍTULO QUARTO. COMO ERA PARA SER E COMO FOI? DA METODOLOGIA À EXECUÇÃO	84
5. CAPITULO QUINTO- O QUE É POSSÍVEL INTERPRETAR? NOTAS A PARTIR DAS (RE)EXISTÊNCIAS.....	99
5.1 Redução Eidética destacando os noemas e as noesis a partir da fala dos entrevistados.....	101
5.1.1 Apropriações pessoais e a unidades de sentido (impacto).....	101
6. CAPITULO SEXTO - PREÂMBULO.....	116
6.1 A PRODUÇÃO DO FILME DOCUMENTÁRIO	117
6.2 Como se deu o processo de avaliação do Produto Educacional (documentário) na evento “X Semana Preta do IFBA- Campus Seabra.	120
CONSIDERAÇÕES.....	128
POSFÁCIO.....	132
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE	138
ANEXO	155

1. CAPÍTULO PRIMEIRO. ASPECTOS INICIAIS: ENEGRECENDO OS CAMINHOS ENTRE A MINHA TRAJETORIA E A PESQUISA

É evidente que o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de homens e mulheres, raças, etnias, classes e outras. Contrapondo a esse fatores, o termo enegrecendo citado no título do capítulo é utilizado como referência a um abordagem que visa aumentar a representatividade e inclusão de pessoas negras em diferentes setores profissionais, referindo-se também ao processo de reconhecimento, valorização e promoção da cultura afro-brasileira e afro-descendentes, bem como o fortalecimento do orgulho étnico racial. Partindo da perspectiva da autora Sueli Carneiro¹ (2003) ¹, o termo “enegrecer” traz uma concepção de defesa e luta do movimento feminista Brasileiro, onde cita:

A expressão “enegrecendo o feminismo” designa o percurso realizado pelas mulheres negras “no interior do movimento feminista brasileiro”. O objetivo é trazer ao debate o fato de que o feminismo brasileiro, reproduzindo uma tendência colonial, assimilou uma identidade branca e ocidental, além de “revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais”. Dessa forma, para a autora tal expressão tornou possível “engendar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre”, além de demonstrar o necessário envolvimento do movimento feminista na luta antirracista no Brasil. (Revista Ártemis, vol. XXVII n° 1; jan-jun, 2019. pp. 270-284, apud Carneiro 2003: 118)

Sou Robson Luiz da Silva Menezes, homem negro, brasileiro, casado, natural de Itaberaba, estado da Bahia, lugar de onde inicio e passo a escre(viver) neste momento a minha negra-história de vida. Sou um homem repleto de experiências, perspectivas e expectativas na vida, algo que suplanta muitas outras histórias de homens e mulheres negros/as. Ao meu redor há muitos e muitas de nós em que isso não foi e ainda não é possível.

¹ Aparecida Sueli Carneiro Jacoel (São Paulo, São Paulo, 1950). Filósofa, escritora, ativista feminista antirracista. Uma das principais intelectuais do país e referência do feminismo negro nacional, tem uma trajetória de décadas dedicada ao enfrentamento do racismo e do sexism na sociedade brasileira. <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa641373/sueli-carneiro-acesso em 12/12/2023>

Usarei como referências, a Djamila Ribeiro² (2017)², que eleva a expressão “lugar de fala”³ e remete-nos à reflexão que esta expressão não tem definição única em razão das muitas vozes silenciadas ao longo da nossa história. Frente a esta questão, e me apoiando com outra referência, a inspiração de Conceição Evaristo⁴ (2014)³, através da concepção do termo “escrevivência”⁵⁴, pois considero importante apresentar meu lugar de fala como homem negro a partir de escrevivências da minha vida.

Desta forma, sou filho de uma mulher branca (*in memoriam*), que atuou por toda a vida como professora; e, de um homem negro que teve a oportunidade de estudar até o ensino fundamental I. Conforme o relato de meu pai, que sentiu na pele a discriminação racial, pois meus avós maternos não aceitavam o namorode meu pai com a minha mãe devido às características dos meus avós paternos que eram descendentes diretos de negros(as) que foram escravizados, essa união foi um ato de rebeldia contra o preconceito.

Nos relatos de minha mãe e de meu pai, mesmo após casados, a discriminação racial ficava mais evidente na vida cotidiana de ambos, especificamente para minha mãe, que ouvia diversas críticas advindas também de pessoas próximas.

² Djamila Taís Ribeiro dos Santos é uma filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica brasileira. É pesquisadora e mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo. Tornou-se conhecida no país por seu ativismo na internet e sobre sua importante produção científica. Atualmente é colunista do jornal Folha de S. Paulo. Se considera influenciada por: Sueli Carneiro , Lélia González , Ângela Y. Davis , Chimamanda Ngozi Adichie . Recebeu o Prêmio Jabuti de Ciências Humanas e o BET Global Good Award . Uma das principais obras é Lugar de Fala, publicada pela primeira vez em 2017, na Coleção Feminismos Plurais.

³ Maria da Conceição Evaristo de Brito, mulher negra, nascida em 29 de novembro de 1946, em Belo Horizonte (MG). Em sua família é a segunda de dez filhos. Teve a infância e a adolescência marcadas pela miséria, na extinta favela do Pindura Saia, na região centro-sul da capital mineira. Em 1973, migrou para o Rio de Janeiro, onde se graduou em Letras pela UFRJ e seguiu carreira no magistério, lecionando na rede pública fluminense. Titulou-se como mestra em Literatura Brasileira pela PUC-Rio, em 1996, e depois como doutora em Literatura Comparada na UFF. Sua estreia na literatura aconteceu no ano de 1990, quando seis de seus poemas foram incluídos no volume 13 da coletânea Cadernos Negros, publicação literária periódica que teve início em 1978, com o intuito de veicular a cultura e a produção escrita afro-brasileira, seja na forma da prosa, seja na forma da poesia.

⁴ O trabalho literário de Conceição Evaristo é marcado pelo uso da metalinguagem e da junção de vocábulos. O termo “escrevivência” traz a junção das palavras “escrever” e “vivência”, que geram novas palavras e novos significados “A autora cunhou o termo “escrevivências” para nomear seu procedimento narrativo: misturando significados “A autora cunhou o termo “escrevivências” para nomear seu procedimento narrativo: misturando invenção e fato. “Escrever” é contar, a partir de uma realidade particular, uma história que aponta para uma coletividade. Fonte: Brasil Escola-Literatura-Escritores Brasileiros”;

Contudo, uma das situações mais marcantes que presenciei foi ter visto meu avô materno - que morava conosco - pedindo desculpas ao meu pai por tudo o que ele tinha causado ao longo do tempo. Aquilo para mim foi reconhecimento do racismo como marca social.

Eu sou o quinto filho de um total de sete, sendo cinco homens e duas mulheres. Destaco aqui que tive uma infância cercada por preconceito racial como, por exemplo na fila da merenda na Escola Estadual Goês Calmon de ensino fundamental I em Itaberaba. Eu era chamado de “nego do olhão e do beiço⁶⁵ grande”. Neste período os adjetivos pejorativos já vigoravam, porém não tínhamos conhecimento para entender que aquela situação se tratava do preconceito racial ou até mesmo *Bullying*⁷⁶

Segundo Mota:

{...} este fenômeno acaba se manifestando de várias formas e modos distintos sendo algumas delas a verbalmente, por meio de insultos, apelidos pejorativos, xingamentos e comentários diminutivos; física como por exemplo bater ou cuspir e o cyberbullying que é promovido através dos espaços virtuais. Também pode-se incluir as práticas com fofocas e exclusão social (Mota et.al, 2018, p. 02).

Fonte: Portal Geledés, disponível em geledes.org.br, acessado em 15/10/2023.

Para ilustrar a perversidade instituída na sociedade, observe A Figura 1, a seguir:

⁵ Beiço é uma expressão racista que se refere aos lábios grossos, típicos dos traços negroides

⁶ O termo surgiu a partir do inglês bully, palavra que significa tirano, brigão ou valentão, na tradução para o português. No Brasil, o bullying é traduzido como o ato de bulir, tocar, bater, socar, zombar, tripudiar, ridicularizar, colocar apelidos humilhantes etc. Essas são as práticas mais comuns do ato de praticar bullying. A violência é praticada por um ou mais indivíduos, com o objetivo de intimidar, humilhar ou agredir fisicamente a vítima”.

Fonte: Significados: descubra e entenda diversos temas do conhecimento humano- Disponível em <https://www.significados.com.br/bullying/>- Acesso em 06 mar. 2023.

Figura 1: representações da mulher negra em desenhos.



Fonte: Portal Geledés, disponível em geledes.org.br, acessado em 15/10/2023.

Na Imagem é possível ver as personagens Lamparina, de J. Carlos de 1924, a Maria Fumaça, de Luiz de Sá, de 1950 e a Nega Maluca, de Newton Foot, de 1995. Nota-se nestes desenhos, os lábios grandes e grossos (ou beiços) representados nas três. A ideia de lascividade, deboche e animalização de nós negros estão nestes e muitos outros elementos da cultura racista até os dias atuais.

Eu cursei o Ensino Fundamental II no Colégio Estadual de Itaberaba e o Ensino Médio foi dividido em dois momentos. Primeiro eu tive o prazer e a felicidade de ser aprovado no processo seletivo da Escola Agrotécnica Federal de Catu em 1986, que hoje é o IF Baiano, onde cursei o 1º ano em regime de semi-internato e tive a oportunidade de conhecer professores maravilhosos e atualmente volto como mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Como segundo momento, optei em fazer o científico no Colégio Estadual Severino Vieira em Salvador em 1987 com conclusão em 1989.

Neste período eu residi na Associação dos Estudantes de Itaberaba (AEI) em Salvador e convivi com a dificuldade de um adolescente do interior que vai estudar fora e com poucos recursos financeiros, pois minha mãe e meu pai faziam um esforço danado para manter os filhos estudando fora. Após a conclusão do ensino médio, optei em ficar um período afastado dos estudos, pois queria ser independente e não mais depender dos meus pais. Dediquei-me à constituição de família e ao emprego, me apeguei ao sonho que temos de vencer na vida. Cabe refletir que a ideia de vencer para mim, como homem negro, naquele momento, não se amparava nos estudos e uma possível vida na ciência.

Então, após casado, migrei para São Paulo com a esposa, na esperança de

arrumar um bom emprego. Entreguei vários currículos em grandes empresas (bancos, multinacionais etc.) e mais de uma vez não obtive sucesso, sempre me perguntando os motivos de não ter dado certo. Na maioria das vezes consegui emprego apenas na construção civil e na área de segurança patrimonial. Tive o meu sonho sempre frustrado, pois eu ganhava mal e tinha muitas dificuldades de sustentar a minha família. Naturalmente eu percebia que esse sentimento não era apenas meu e ainda perdura.

Observe a campanha apresentada no ano de 2022, na Figura 2:

Figura 2: Campanha do Sindicato dos Bancários de São Paulo em 2022.



Fonte: <https://spbancarios.com.br/11/2017/movimento-sindical-debate-visibilidade-negra-nos-bancos>,

A Figura 2 apresenta a nítida necessidade ainda vigente de lutarmos por presença em espaços historicamente negados. Assim, ciente de tantas dificuldades, em 1996 retornei à minha terra natal e mesmo trabalhando para sustentar a minha família, decidi que voltaria a estudar, então, neste mesmo ano eurestei o vestibular para o curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia(UNEB) Campus Itaberaba. Fui aprovado, cursei e no final de 1999 concluí o curso. Me tornei um homem com nível superior, um pedagogo.

Em 2000 eu recebi o convite para trabalhar como professor de metodologia da matemática, da ciência e da geografia, no município de Nova Redenção na Bahia. Trabalhei por aproximadamente dois anos neste município e em 2002 recebi uma proposta de trabalho de contrato para atuar como coordenador pedagógico no

município de Itaetê, também na Bahia. Anos depois eu prestei concurso público no mesmo município, sendo aprovado.

Até então, sempre trabalhei nas escolas da sede do município, quando migrei para coordenar as escolas na chamada zona rural. Foi neste município que passei a ter contato direto com movimentos sociais - como o Movimento dos Sem-terra (MST) – e passei a construir senso crítico, a ter consciência da luta do movimento pela conquista das terras, da reforma agrária, pela plena realização dos direitos sociais garantidos na Constituição e por medidas de melhoria das condições de vida do povo brasileiro como escola, saúde, trabalho e dignidade. Porém, sempre me perguntava o que estou fazendo para mudar isso? O que tenho feito para participar de tudo isso? Busquei respostas.

Durante este período, visitei vários assentamentos e suas escolas, os quais eram compostos por uma população majoritariamente negra. Neste período, tive a oportunidade de conhecer um pouco do trabalho da Escola Família Agrícola (EFA). Essas escolas atuam com a pedagogia da alternância, até então só conhecida e estudada por mim na academia. Nesta fase da minha vida ia me cercando de compreensão sobre os marcadores étnico-raciais, interseccionais e fui construindo meu “lugar de fala”. No mesmo período, estudei e concluí o curso de Especialização em Informática em Educação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Em 2006, resolvi mais uma vez buscar outras oportunidades de trabalho, pois era um “rato de concurso” e fixei residência na cidade de Porto Nacional no estado do Tocantins. Neste novo endereço, atuei no Centro de Ensino Médio (CEM) Florêncio Aires, na Faculdade São Marcos (FASAMAR) e no Instituto de Ensino Superior de Porto Nacional (IESPN) como professor e coordenador pedagógico. Já no ano de 2008, ainda no Tocantins, prestei vários concursos com aprovação em alguns a exemplo: Caixa Econômica, Banco do Brasil e o IFTO, diante de três aprovações, optei pela vaga de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) e, após ser convidado a participar do processo de implantação do Campus Araguaína - TO, algum tempo depois fui indicado a assumir a direção deste, tornando-me o primeiro diretor negro do IFTO.

A figura 3 apresenta esse momento de tamanho orgulho, pois sinto que

enquanto homem negro, eu venci.

Figura 3: Cerimônia de posse como Diretor Geral do Instituto Federal do Tocantins *Campus Araguaína*.



Fonte: arquivo próprio. À direita na foto, a Professora Maria da Glória(reitora), ao centro o presidente Luiz Inácio (Lula) e a esquerda Robson Luiz da Silva Menezes (Diretor Geral)

Entretanto, neste momento que a Imagem 3 representa, eu ainda não tinha despertado completamente para a luta das classes subalternizadas. Olho para este momento e penso que abrir completamente os olhos e enegrecer as atitudes é um processo complexo e exige movimentos que podem levar anos. Então, em 2011, com muita luta e saudades dos familiares, consegui minha redistribuição para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) *Campus Seabra*, trabalhando no setor da coordenação técnica pedagógica. Em 2014, fui eleito diretor-geral deste *Campus*, sendo o primeiro negro Técnico em Assunto Educacionais-TAE a assumir esta posição no *Campus Seabra*. A seguir, na figura 4 , a cerimônia de posse.

Figura 4: Cerimônia de posse como Diretor Geral no Instituto Federal da Bahia *Campus Seabra*.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2014.

Durante este período, quando fui eleito diretor do citado *Campus*, mudanças significativas na legislação brasileira aconteceram na busca pela implementação de ações afirmativas. Estas ações vieram ao encontro das reparações históricas necessárias aos(as) negros(as) e indígenas de nosso país após séculos de escravização e morte. Neste período foram sancionadas a Lei n.10.639 em 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), a qual alterou a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB – (BRASIL, 1996) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" entre outras providências; a Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008) que veio novamente alterar a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da Rede de Ensino; a Lei n.12.288 de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), a qual instituiu o Estatuto da Igualdade Racial; e a Lei n.12.711 de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), a qual dispôs sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, orientando sobre o destino de cotas para negros, pardos e indígenas. A promulgação destas leis trouxe significativas mudanças no cenário nacional, abrindo espaços para debates e discussões que se encontravam muito distantes do centro

acadêmico e ofuscados pelo racismo estrutural de nosso país.

1.1 Historiando a transformação educacional da rede federal de educação e a implantação do IFBA Campus Seabra

A Rede Federal de Educação no Brasil é marcada por uma evolução significativa ao longo dos anos, com a criação de diversas instituições de ensino superior, técnico e tecnológico, bem como a expansão de sua oferta educacional. Destaco aqui o marco inicial da educação técnica no Brasil com a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1910, durante o período colonial. Ao longo do ano de 1910, foram inauguradas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, presentes em todo o território nacional, a seguir estão elencadas as instituições que passavam a compor a Rede Federal (Ver quadro 1)

Quadro 1 - Inauguração das Escolas de Aprendizes e Artífices.

Instituição	Data da inauguração
Escola de Aprendizes Artífice de Mato Grosso	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Piauí	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Goiais	01/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Rio G. do Norte	03/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice da Paraíba	06/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Maranhão	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Paraná	16/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Alagoas	21/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Campus RJ	23/01/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Pernambuco	16/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Espírito Santo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de São Paulo	24/02/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Sergipe	01/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Ceará	24/05/1910
Escola de Aprendizes Artífice da Bahia	02/06/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Pará	01/08/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Santa Catarina	01/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice de Minas Gerais	08/09/1910
Escola de Aprendizes Artífice do Amazonas	01/10/1910

Fonte: Revista Brasileira da Educação Tecnológica (2009, p. 19)

Segundo Garcia 2018, Dorsa 2018, Oliveira 2018, nessa época, as Escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio,

continuando até 1930 quando passam a ser supervisionadas pelo recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Sete anos mais tarde, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em liceus industriais. (Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018 Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES

– LATINDEX – ISSN: 2238-6424 – www.ufvjm.edu.br/vozes) acesso em 13/12/2023

No entanto, a educação técnica começou a se expandir de forma mais significativa a partir do século XX. Na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, foram criadas as primeiras Escolas Técnicas Federais que seriam precursoras dos CEFETs, visando formar profissionais para atender às demandas da indústria e ao desenvolvimento do país e que depois seriam transformados em Institutos federais de Educação (Ver quadro 2).

Quadro 2 - Linha do tempo –Escolas vinculadas ao governo federal, Rede Federal – Educação Profissional

1909	1937	1942	1959	1978	2008
Escolas Real de Aprendizes e Artífices	Liceus Profissionais	Escolas Industriais e Técnicas	Escolas Técnicas	Cetros Federais de Educação Tecnológica – CEFETS	Institutos Federais de Educação

Fonte:Adaptação/Portal MEC – elaboração próprio autor .

Ainda de acordo com Garcia 2018, Dorsa 2018, Oliveira 2018, “A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, como já mencionado, historicamente teve início em 1909, com a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices pelo então presidente Nilo Peçanha. Dessas escolas surgiram os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológicas, os CEFETs, no início, esses centros eram voltados para as classes mais desfavorecidas”, no entanto, “[...] se configuraram hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas” (BRASIL/ MEC/SETEC, 2017)

Já em 2008, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei de Criação dos Institutos Federais de Educação (Lei nº 11.892, promulgada em 29 de dezembro de 2008). Essa lei estabeleceu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, que são instituições

de ensino superior, técnico e tecnológico vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), via Decreto nº 5154/2004, no governo Lula e editada na Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008).

No estado da Bahia foram criados dois institutos federais: o IF Baiano - oriundos de Escolas Agrotécnica Federal da Bahia, as Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC-EMARC, o IFBA, oriundo do Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFET, ambos tem como órgão executivo as Reitorias, instaladas em Salvador, capital Baiana, e caracterizam-se como instituições *multicampi*.

Destaco o IFBA neste texto por ser o *lócus* de atuação da minha pesquisa. O IFBA é constituído por vinte e dois Campi, sendo Salvador, Barreiras, Brumado, Camaçari, Eunápolis, Euclides da Cunha, Porto Seguro, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença e Vitoria da Conquista, Feira de Santana, -um Núcleo Avançado em Salinas da Margarida, dois 02 Campi em fase de implantação, localizados em Jaguaquara e Campo Formoso, além de cinco Centros de referência, também em construção, localizados nas cidades de Itatim, Casa Nova, São Desidério, Camacã e Monte Santo. Por fim, um Polo de Inovação em Salvador, cuja unidade fica no Parque Tecnológico da Bahia, ou seja, o IFBA está presente em vários Territórios de Identidade do estado.

Segundo a Secretaria de Cultura (SECULT), a Bahia está dividida em vinte e sete Territórios de Identidade, constituídos a partir das especificidades de cada região. Destaco o Território da Chapada Diamantina, que engloba vinte e quatro municípios e ocupa uma área de 32.407,36 km², com uma densidade demográfica de 11,48 hab/km².

Segundo dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), a população da Chapada Diamantina totalizava 372.242 habitantes, que corresponde a 2,65% do total da população do Estado da Bahia, sendo a segunda maior extensão territorial do estado, dentre os territórios de identidade. O Território está localizado na região central do estado, e é nesse território que o município de Seabra está inserido, sendo

o município mais populoso do Território. Advento desse processo de implantação na expansão II, o município de Seabra foi um dos municípios escolhidos para a instalação de um *Campus* do IFBA.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia *Campus* Seabra iniciou suas atividades no segundo semestre de 2011, visando atender o Território da Chapada Diamantina. Funcionou parcialmente até dezembro em uma sala cedida pela UNEB. Após a instalação de água encanada e energia elétrica no *Campus*, em 2012 foram oferecidos cursos de técnico em informática de forma integrada e cursos de meio ambiente em formato de acompanhamento, alternando entre períodos matutino e vespertino.

A pavimentação da estrada local que liga a cidade ao IFBA começou em 2018, prevendo-se que 1,8 quilômetros de asfalto seriam concluídos em 2020 e devido a interrupções nas obras, o que leva a estradas instáveis e à falta de iluminação, a oferta de cursos noturnos têm sido um problema para as aspirações da sociedade, do próprio Instituto e causa de muitas lutas.

Segundo as informações coletadas no IBGE-Cidades, onde apresenta a história de Seabra: iluminação, a oferta de cursos noturnos têm sido um problema para as aspirações da sociedade, do próprio Instituto e causa de muitas lutas.

Segundo as informações coletadas no IBGE-Cidades, onde apresenta a história de Seabra:

“Seabra, também conhecida por Cidade das Rosas, é um município localizado no centro geográfico da Bahia, na Chapada Diamantina. Seu passado remonta ao apogeu do ouro no Brasil no século XVII, quando os bandeirantes adentraram em terras inexploradas, ultrapassando fronteiras em busca do metal tão precioso. Em princípios do século XVII, florescendo as minas de ouro de Jacobina e de Minas do Rio de Contas, Portugal determinou a abertura de uma estrada que ligasse os dois núcleos. Essa, que cortava as terras hoje pertencentes ao município de Seabra, atraiu os primeiros povoadores, constituídos na maior parte de portugueses que aí se fixaram, organizando fazendas de criatório e lavoura. É da tradição oral de que o primeiro núcleo de população, nasceu no local denominado Parnaíba, também situado às margens da dita estrada real, que servia de pouso aos viajantes que o chamavam Passagem de Jacobina. O topônimo é uma homenagem ao Dr. Joaquim José Seabra, ex-governador da Bahia” (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/historico>).

Ainda conforme as informações coletadas na página do IBGE-CIDADES, a formação administrativa ocorreu através da criação de um distrito municipal:

“Distrito criado com a denominação de Vila Agrícola de Campestre, pela Lei Provincial n.º 899, de 15-05-1863, subordinado ao município de Lençóis. Elevado à categoria de vila com a denominação de Vila Agrícola de Campestre, pela Lei Provincial n.º 2.652, de 14-05-1889, desmembrada do

município de Lençóis. Sede na antiga povoação de Vila Agrícola de Campestre. Constituído do distrito sede. Instalada em 14-12-1889. Elevado à condição de cidade com a denominação de Campestre, pelo Decreto Estadual n.º 491, de 22-06-1891. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município já denominado Campestre é constituído do distrito sede pela Lei Estadual n.º 1.126-A, de 27-08-1915, o município de Campestre tomou a denominação de Doutor Seabra. Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920, o município de Doutor Seabra (ex-Campestre) aparece constituído de 4 distritos: Doutor Seabra, Jatobá, Parnaíba e Várzea do Caldas. Pelos Decretos n.º 7.455, de 23-06- 1931 e 7.479, de 08-07-1931, o município de Doutor Seabra passou a denominar-se simplesmente Seabra..." cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/seabra/historico acesso em 03/10/2023

É possível ver na Figura 5, a seguir, o mapa do Território da Chapada Diamantina.

Figura 5: O Território Chapada Diamantina.



Fonte: <https://labregional.wordpress.com/2017/03/16/titulo-do-post-do-blog> acesso em 06 de mar.2023.

Segundo o IBGE (2010/2022), Seabra tem uma população estimada em 46.160 habitantes, com uma área de 2.402,170 Km², possui uma Densidade Demográfica 19.22 hab/km², com uma Escolarização de 6 a 14 anos em torno de 98,1%. Com um IDHM em torno de 0,635, o município está a 830 metros de altitude acima do nível do mar, possuindo um clima seco e subúmido, destacando-se a Serra do Gado Bravo, a 1.300 metros acima do nível do mar, como o ponto culminante do

município. A temperatura é média, considerada uma das mais baixas da região, sendo de 21°C; e a mais alta de 25,7°C. A economia é baseada na agricultura, no comércio, em pequenas indústrias, na extração de minérios, dentre outros. Devido à proximidade com os municípios de Lençóis, Palmeiras e Iraquara, o município de Seabra abriga o excedente turístico dessas cidades, e abriga também o turismo de base comunitária e rural em comunidades quilombolas e rurais.

Observando o censo demográfico (IBGE 2022), existem 1,3 milhão de pessoas no Brasil que se identificam como quilombolas, que possuem laços históricos e antigos de resistência com a comunidade e a terra onde vivem. Isso corresponde a 0,65% da população total do país. São quase 474 mil domicílios com pelo menos um morador quilombola e com número médio de moradores superior (3,17) à média nacional (2,79). O Nordeste concentra quase 70% dos quilombolas, com grande importância nos estados da Bahia e do Maranhão. Juntos, eles possuem 50% dos quilombolas do país. Mesmo com essa concentração, há quilombolas em todas as regiões do país e em quase todos os estados – com exceção de Roraima e Acre.

Dos 5.570 municípios do país, 1.696 têm população quilombola (30,5%). Desta porcentagem, 87,41% dessa população vive fora da área oficialmente demarcada para quilombolas. Historicamente, os quilombos foram espaços de liberdade e resistência onde habitavam pessoas escravizadas entre os séculos XVI e XIX. Centenas de anos após a abolição da escravatura, a constituição de 1988 criou a nomenclatura “remanescentes de comunidades de quilombos”, expressão substituída ao longo dos anos pelo vocábulo “quilombolas”.

Por outro lado, existe uma alta concentração de quilombolas em poucos municípios do país, o que, na prática, significa que 110 cidades concentram 50% da população quilombola do Brasil. A maioria dessas comunidades está na Bahia (40), Maranhão (32) e Pará (14). Ainda segundo o censo demográfico do (IBGE, 2022) a população de Seabra possui 4.311 pessoas que se declararam quilombolas. Esse quantitativo corresponde a 9,3% do total da população do município, que é de 46.160 habitantes.

Partindo para o contexto dos povos indígenas, segundo (Athyde, 1936 *apud* Nascimento, 2018). no território da Chapada Diamantina, houve uma concentração dessa população que se encontra ainda em alguns municípios. Segundo Gonçalo de Athayde (1936, pioneiro sobre a região da chapada diamantina), a origem indígena nesta região reúne Tupis (Tupinambás e Tupiniquins), Tapuias (Maracás) e Cariris.

Também de acordo com o Manual do Guia de Turismo da Chapada Diamantina produzido pelo SENAC, na região, viviam além das tribos indígenas dos povos Tapuias (Maracás) e Tupis (Tupinambá), Paiaiás, Cariris e os Guérém, confirmando a diversidade dos povos indígenas que lá habitavam a nossa chapa Diamantina (Athayde, 1936 *apud*) populações indígenas, implantando fazendas de gado, sendo os precursores das primeiras ocupações que possibilitaram a expansão do domínio colonial para o oesteda Bahia e do país (Bandeira, 2014 *apud* Nascimento, 2018).

Na Chapada Diamantina, a primeira localidade a ser alvo da exploração de ouro é a Chapada Velha, onde hoje se situa o município de Brotas de Macaúbas, Jacobina e Rio de Contas. Já o ciclo do diamante se deu nas regiões de Mucugê, Lençóis, Andaraí e Palmeiras, onde se encontra hoje o Parque Nacional da Chapada Diamantina (Nascimento, 2018). Especificamente, no município de Seabra, encontram-se dois povos indígenas: os Tapuias e os Petiquaras, sendo esses últimos, migrantes dos conflitos travados entre os bandeirantes e a população indígena no ciclo do ouro e do diamante.

De acordo com o censo demográfico (IBGE, 2022), o Brasil tem 1,7 milhão de pessoas que se identificam como indígenas. Isso corresponde a 0,8% da população total do país. O Norte concentra 45% dos indígenas brasileiros, com grande destaque para o estado do Amazonas - que, sozinho, tem 490,9 mil indígenas -, ou 29% do total. O Nordeste vem em seguida, com 31% dos indígenas do país. O destaque da região é a Bahia, o segundo estado com mais indígenas do país – com 229,1 mil pessoas. Mesmo com essa concentração, há indígenas em todas as regiões e em todos os estados brasileiros. Das 5.570 cidades do país, 4.832 têm moradores indígenas (86,8%).

Ainda conforme o IBGE, a população de Seabra declarada indígena é de 120 pessoas, ou seja, em 0,26% da população total do município. Portanto, neste contexto é que se insere o Campus Seabra, nessa relação territorial com comunidades negras rurais (Quilombolas) e essas comunidades indígenas.

Voltando aos aspectos da minha trajetória de vida – homem preto e nordestino - relato que foi a partir da vivência com os(as) alunos(as) do IFBA Campus Seabra, em especial os quilombolas, que me dei conta de quanto é necessário o engajamento na luta pelas garantias dos direitos aos grupos subalternizados dentro e fora do Campus. Como sujeito imerso nas múltiplas relações sociais e seus diferentes contextos marcados pelo racismo estrutural, na maioria das vezes, nem sempre

conseguimos perceber imediatamente os sentidos daquilo que se incide sobre nós, fazendo com que levemos muito tempo para compreender as chances e oportunidades profissionais perdidas, os convites que não recebemos, a realização de sonhos e/ou o reconhecimento que demora a chegar, entre outros.

Mesmo após mais de uma década de atuação na rede federal de ensino, realizando atendimentos de cunho pedagógico a todos os(as) alunos(as) e docentes, participando e organizando eventos e a execução das políticas de apoio estudantil, ainda é perceptível que é necessário estar atuante e vigilante para garantir o cumprimento das leis que objetivam a efetivação das chamadas Ações Afirmativas/Políticas Públicas nesta Instituição.

Neste período de vivência no *Campus Seabra*, sempre busquei uma atuação mais direta com os(as) alunos(as) das comunidades tradicionais quilombolas, procurando garantir através da política de assistência e apoio estudantil – PAAE, o acesso à permanência e o êxito deles(as) na instituição. Mesmo que ainda superficialmente, pois sei que poderíamos fazer muito mais, pois não se trata de garantir um auxílio financeiro, mas fomentar ações de fortalecimento político e identitário e colaborar criticamente e propositivamente sobre a inserção dessas pessoas no mundo do trabalho.

Desde a implantação o IFBA em Seabra, percebo que o Instituto atua como um agente direto na produção de estudos integrados e ações que prezam pelo aprofundamento das discussões no contexto social, cultural, ambiental e produtivo, promovendo ações de cunho pedagógico, territorial e que levem em conta a realidade/contextos diferenciados. Tais ações contribuem de forma direta na questão social e melhoria das condições de vida das comunidades, promovendo alterações diretas na dinâmica institucional, impulsionando⁷ de forma diretas/indiretas ações afirmativas e políticas públicas que favorecam as comunidades quilombolas e indígenas e outros grupos minoritários .

Neste contexto, ainda que de forma incipiente para o cumprimento das

⁷ Percebo que alguma maneira estamos contemplando o cumprimento da legislação: a Lei n.10.639 em 9 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), a qual alterou a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB – (BRASIL, 1996) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” entre outras providências; a Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008) que veio novamente alterar a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da Rede de Ensino; a Lei n.12.288 de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), a qual instituiu o Estatuto da Igualdade Racial; e a Lei n.12.711 de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

legislações, podemos citar os eventos (Semana Preta já na sua IX edição e Semana Indígena na sua V edição) como construções significativas. Os eventos são fruto de inúmeras discussões entre a comunidade acadêmica e alguns representantes das comunidades quilombolas e indígenas, como uma forma de comemoração do dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra (data, instituída pela Lei nº 12.519/2011, faz referência à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, como também relembra a luta dos negros(as) contra a opressão, e valorização da Lei Nº 11.645/2008, e comemoração ao dia 19 de abril (que era considerada "Dia do índio", revogada pela lei 14.402 /22, que passa a ser chamada Dia dos Povos Indígenas.

Neste sentido, parto da problemática: Os eventos Semanas Pretas e as Semanas Indígenas são ações afirmativas se constituem como espaços pedagógicos e de formação, mas o que representa nesse campo de disputa política, pedagógica e curricular?. Então, o objetivo geral desta pesquisa é *interpretar como a Semana Preta e a Semana Indígena constituem-se como espaço pedagógico e de formação contribuem na Educação Profissional e Tecnológica no IFBA Campus Seabra*. Como objetivos específicos definir: a) entender como as temáticas, abordagens e participação dos sujeitos nas edições das Semanas Preta e Indígena contribuem para fortalecer os espaços da re(existência); b) destacar elementos da Semana Preta e Semana Indígena e do NEABI, enquanto espaços de Ações Afirmativas de (Re)Existência e formação; e, c) produzir um documentário contemplando as reflexões realizadas pelos sujeitos envolvidos nas Semanas Preta e Indígenas, destacando esses eventos enquanto espaços de diálogos e interações pedagógicas na Educação Profissional e Tecnológica.

2. CAPÍTULO SEGUNDO. SEMANA PRETA E SEMANA INDÍGENA: PERCORRENDO ESPAÇOS DE (RE)EXISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

As Semanas Pretas e Indígenas são eventos cujos nomes aludem à necessidade de afirmar a presença historicamente silenciada de negros(as) e indígenas no mundo escolar. Numa nova perspectiva, as Semanas Pretas e Semanas Indígenas (configuram como momentos em que as instituições atentas às exigências da lei 10.639/2003 e a 11.645/2008, a olhar, ouvem dialogam e sentem na presença

de pessoas negras e indígenas (majoritariamente), estejam no campo ou na cidade.

Os eventos também representam um indicativo interessante de importância, visto que já foram realizadas diversas edições, e confirma que é preciso muito mais do que uma simples mudança no cotidiano de nossas instituições de ensino para quebrar o racismo institucional internalizado. O processo histórico que permitiu a transformação das pessoas em coisas no momento da escravidão e depois das coisas em pessoas no período pós-abolicionista, transformou a realidade material e simbólica através da sanção de leis.

A lei 10.639/2003 e a 11.645/2008, reconhecem os resquícios de laços históricos e legitima a posse negada pelo epistemicídio dos negros(as) e indígenas caracterizados através do racismo que é um fenômeno complexo e multifacetado que permeia diferentes aspectos da sociedade. Destaco aqui algumas dimensões importantes do racismo no país: racismo estrutural, institucional, do cotidiano, ambiental, mídia e cultural, religioso, movimento e ativismo antiracista e ações afirmativas e políticas de igualdade racial. Sobre os processos de institucionalização da Lei 10.639/2003, destaco a Figura a seguir

Figura 6: sobre as mudanças na participação social e aprofundamentos das ações reparatórias no Brasil.



Fonte:<https://questoes.grancursosonline.com.br/questoes-dconcursos/pedagogia-lei-no-10-639-de-2003-obrigatoriedade-da-tematica-historia-e-cultura-afro-brasileira>,
acessado em 10/12/2022.

No que tange a Lei 10.639/2003, Fonseca e Rocha (2019) apresentam um quadro interessante sobre a institucionalização:

Quadro 3: Nível de institucionalização da Lei nº. 10.639/03 extraídos das ações propostas pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Graus Indicadores	MÉDIO	ALTO
Ações afirmativas	Considera a questão, mas não possui propostas de acesso e permanência relativas à demanda étnico-racial.	São apresentadas políticas de acesso e permanência que consideram as questões étnico-raciais.
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Quando explicita o planejamento de criação de NEABs ou grupo correlato.	Apresenta o NEAB ou grupos correlatos em funcionamento.
Diálogos interinstitucionais	Quando esse diálogo é apresentado de maneira verticalizada e/ou quando não é possível identificar como aconteceu a relação com outras instituições.	São apresentadas parcerias e trocas institucionais nas quais é possível verificar uma relação horizontal.
Referências a Lei nº. 10.639/03	A Lei nº. 10.639/03 é apenas citada e/ou as questões étnico-raciais são agrupadas junto a outros processos de exclusão.	O texto apresenta uma elaboração a partir da legislação e expõe elementos específicos dos processos de exclusão ligados à questão étnico-racial.
Formação Continuada	Quando cita a necessidade de formação para o trato com a temática, mas não apresenta nenhum detalhamento.	São apresentados os cursos oferecidos pela instituição e/ou processos de formação dos quais seus funcionários tenham participado.
Publicações	Cita a necessidade de publicações relacionada à temática.	Apresenta publicações elaboradas pela instituição e/ou a sua produção é apresentada como uma diretriz a ser cumprida.

Fonte: Fonseca e Rocha (2019), disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/3993/399362349039/html/>, acessado em 08/08/2022.

Neste contexto de mudanças recentes, é crucial analisarmos a educação profissional e tecnológica como uma parte integrante do sistema educacional que está intimamente ligada às transformações ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Uma dessas alterações significativas foi introduzida pela Lei nº. 10.639/2003, que estabeleceu a obrigação de ensinar história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis de ensino. Esta modificação representa, uma das questões mais relevantes da educação brasileira nos dias de hoje, levantando a questão. Para os autores:

No processo de tratamento dessa questão não podemos deixar de considerar alguns elementos que historicamente marcam a organização dessa modalidade de ensino. Entre elas, merece destaque aquela que considera que a qualidade da formação, sobretudo no nível médio, depende da superação da dualidade entre formação humanística e profissional. Ou seja, uma formação de qualidade perpassa uma perspectiva politécnica, cujo ideário busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica (Fonseca e Rocha, 2019, p. 2).

Em termos epistemológicos e pedagógicos esse ideário defende um ensino que integre ciência e cultura, humanismo e tecnologia visando, com isso, o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas (RAMOS, 2010). Assim, um documento de grande importância é o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esse documento tem como finalidade estipular dimensões práticas a partir das Diretrizes. Nele, já se encontra uma explanação do papel significativo desempenhado pela educação tecnológica e profissional, reforçando assim as ambiguidades possíveis entre a educação das relações étnico-raciais e a educação científica e tecnológica. Para Fonseca e Rocha (2019, p. 3),

"A dinamicidade contida na estrutura conceitual que envolve implantação/implementação parece fértil para promover uma avaliação do grau de institucionalização da Lei nº. 10.639/03 nas escolas que compõem a Rede Federal de Educação Profissional".

Os critérios escolhidos para avaliar o nível de institucionalização da Lei nº. 10.639/03, presentes no Quadro 3 acima, foram extraídos por Fonseca e Rocha (2019, p. 4), "das ações propostas pelo Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana". O documento constrói indicadores e ações com vistas ao cumprimento da lei e as consequências da mesma, a partir Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Para estes autores:

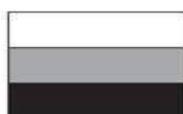
Este procedimento revelou um resultado que podemos classificar como preocupante, pois o primeiro elemento que chama a atenção em face destes procedimentos metodológicos é a ausência de qualquer referência sobre a temática relativa à Lei nº. 10.639/03 nos documentos de dezoito das trinta e sete instituições analisadas. Portanto, em praticamente metade dos documentos das escolas que selecionamos não houve qualquer referência aos dispositivos legais que se referem à educação das relações raciais. Podemos considerar que isso é mais do que uma omissão, pois, na verdade, representa que essas instituições não estão cumprindo aquilo que foi estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB). As outras dezenove instituições apresentam resultados diversos em relação ao tratamento dado ao tema (Fonseca e Rocha, 2019, p. 6).

Elas não se omitem, mas apresentam resultados que são pouco satisfatórios, como pode ser observado no Quadro 4:

Quadro 4: Grau de institucionalização da Lei no. 10.639/03 na Educação Profissional e Tecnológico

INSTITUIÇÃO	I. Ações afirmativas	II. NEABs	III. Diálogos interinsti- tucionais	IV. Referência a Lei nº. 10.639/03	V. Formação Continuada	VI. Publicações
IF de Alagoas						
IF do Amapá						
IF da Bahia						
IF do Espírito Santo						
IF de Goiás						
IF do Norte de Minas Gerais						
IF do Maranhão						
IF do Pará						
IF da Paraíba						
IF do Rio de Janeiro						
IF Fluminense						
IF do Rio Grande do Norte						
IF Farroupilha						
IF Sul-Rio-Grandense						
IF de Rondônia						
IF de Santa Catarina						
IF de São Paulo						
IF do Tocantins						
CEFET – MG						

Legenda:



- Baixo grau de institucionalização;
- Médio grau de institucionalização;
- Alto grau de institucionalização.

Fonte: Fonseca e Rocha (2019), disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3993/399362349039/html/>, acessado em 08/08/2022.

É possível observar, no Quadro 2, que o IFBA possui no que tange a institucionalização da Lei 10639 um médio grau de institucionalização das ações afirmativas e baixa institucionalização no âmbito dos NEABs (tratarei sobre isso adiante), diálogos interinstitucionais, formação continuada e publicações. Tal constatação suscita a importância destes eventos e de minha pesquisa.

A proposta de realização destes eventos se assenta numa perspectiva teórica e prática através da reflexão das temáticas que nos deixa sonhar com uma sociedade igualitária, mas sobretudo nas expectativas criadas pelos(as) alunos(as) sobre a programação e a reflexão que decorrem destes espaços.

Os eventos Semana Preta e Semana Indígena em todas as suas edições, consistiram na intercambiação de saberes entre as comunidades e o IFBA, além dos movimentos sociais e artistas locais e nacionais comprometidos com uma sociedade menos racista, o que se dá a partir das palestras, mesas, oficinas, apresentações culturais e exibições filmicas, garantido assim que esses ventos se tornem em espaços de formação, visibilidade e experiência educativa.

Veja a seguir o Quadro 5 apresenta as temáticas das Semanas Pretas realizadas até o momento:

Quadro 5: Eventos Institucionais Semana Preta entre os anos de 2012 a 2022 no IFBA Campus Seabra.

ANO / PORTARIA	EVENTOS	TEMA	MEMBROS	REPRESENTANTE
2012 Portaria N° 20 de 27/12/2012	I Semana da Consciência Negra	Quilombos e Periferias “O mote da semana é problematizar esse conflito entre a negritude urbana e do campo, tendo como eixo a relação Quilombo versus Periferia a intenção é incentivar a descoberta da identidade, combater o racismo e provocar o desenvolvimento da autoestima” (Projeto da I Semana da Consciência Negra do IFBA, 2012).	Cely dos Santos; Alexandro da Silva, Aline Barbosa, Ana Carla Lima, Cristiane Coopeq da Cruz, Daiane Silva, Matheus Brito, Simone Francisco e Theo da Rocha.	Docentes e Técnicos Administrativos

2013	Não foi possível a realização do evento por conta da falta de recurso financeiro	-	-	-
2014 Portaria Nº 53 de 25/12/2014,	II SEMANA PRETA	<p>“Seu Júlio Cupertino (in-memorian -(1940 a 2014) uma homenagem ao Zumbi da Chapada, com seus 74 anos de luta pelos quilombolas, é a inspiração da segunda edição da Semana Preta do IFBA Campus de Seabra. A morte de um ícone como Seu Júlio, herói de carne, osso e pele preta, liderança que se impõe pela ancestralidade dos saberes, sepulta um pouco da história de existência em luta do povo negro deste país. O Zumbi da Chapada era um dos convidados da Semana Preta para nos ensinar um pouco do seu legado: a vida em luta! A morte nos impediu de ouvir Seu Júlio, porém sua ausência deve reafirmar o compromisso com a valorização da presença negra na escola ” . (Projeto da II Semana Preta do IFBA, 2014)</p>	<p>Maria de Lurdes Nunes, Henrique Sena dos Santos, Theo da Rocha Barreto, Henrique de Oliveira Andrade, Dayse Sacramento de Oliveira, Azamor Coelho Guedes, Sergio Renato Goncalves e Elaine Cristina de Souza Santos</p>	<p>Docentes e Técnicos Administrativos</p>

2015 Não houve Portaria	III SEMANA PRETA	<p>“ Xiii! Encrespou! o título faz alusão ao cabelo crespo como símbolo do povo negro. A firmeza do crespo, o empoderamento de um cabelo que cresce para cima, macio ao toque com algodão, mas enredado numa teia de cachos que requerem um jeito especial para manter o viço. Xiii! Encrespou!</p> <p>É o crespo que exige passagem” (Projeto da III Semana Preta do IFBA, 2015)</p>	Sem informações	Docentes e Técnicos Administrativos
2016 Não houve Portaria	IV SEMANA PRETA	<p>Diamante Negro, mostra que a riqueza da Chapada não se restringe à paisagem natural, sua paisagem humana também resguarda tesouros. A região é um repositório com mais de sessenta quilombos e comunidades rurais negras, as quais resguardam a memória da escravidão na Chapada e arquitetaram uma estrutura comunitária de resistência com a qual academia tem muito aprender.</p> <p>Diamante negro é uma forma de reconhecer o povo negro da Chapada também como um símbolo de sua riqueza.</p>	Sem informações	Docentes e Técnicos Administrativos
2017 Portaria Nº 71 de 15/09/2017	V SEMANA PRETA	<p>IÚNA – Faremos palmares de novo! traz como tema: Iúna- Faremos Palmares de novo! É uma homenagem à comunidade que tenta sobreviver às dores de uma recente chacina que vitimou seis moradores, mas</p>	Ana Carla Lima Portel, Henrique de Andrade Oliveira, Azamor Coelho Guedes, Jucimar dos Santos Cerqueira, Joyce Cristina da Silva Holanda, Joevangela de	Docentes e Técnicos Administrativos

		arrisca a sobrevivência de toda a comunidade;	Matos Rosa, Raimundo Carvalho Rabelo Filho e Allyson Fernando Guedes Almeida;	
2018 Não houve Portaria	VI SEMANA PRETA	“ Legado Afro criar e resistir ” , vamos refletir sobre nossas origens e identidades, nossa existência no mundo e nossa cultura a partir do legado Africano para o Brasil.	Sem informações	Docentes e Técnicos Administrativos

2019 Não houve Portaria	VII SEMANA PRETA	“ Negritude Arte e Resistência ” essa temática retrata a importância das artes como símbolo de resistência e afirmação das políticas públicas voltado para o povo negro. É retrata também a valorização cultural e artística da região.	Sem informações	Docentes e Técnicos Administrativos
2020 Não teve a realização do evento	No ano de 2020, deixamos de realizar o evento por conta do início da pandemia COVID 19.	-	-	-
2021 Portaria Nº 42 DE 29/09/2021	VIII SEMANA PRETA (realizado de forma remota)	Educação, Saúde e Território para os povos Negros, tem se traduzido em uma ação que consolida a expressividade das identidades negras em nosso Campus, bem como uma prática formativa de educação em rede para a nossa comunidade. Vale	Michele Santos Barbosa, Allyson Fernando Guedes de Almeida, Azamor Coelho Guedes, Claudia Alexandra Silva, Deisiane Alecrim de Mello, Jessica Pereira Lacerda; Joyce Cristina da Silva,	Docentes e Técnicos Administrativos

		<p>lembrar que o evento, além do repositionamento institucional e educativo, apesar de todos os obstáculos envoltos, injeta vida e dinamismo na institucionalidade todos os anos.</p>	<p>Luanna Azevedo Cruz, Maria Aparecida Pereira Vitorio, Matheus Souza de Oliveira; Palhoma Iohana Santos; Renata Oliveira Silva; Robson Luiz da Silva Menezes; Rui Santos Carije Júnior, Therezinha Gauri Leitão Victor Pereira Menezes;</p>	
2022	IX SEMANA PRETA Portaria Nº 64 de 04/11/22	<p>Identidades Negras: Trilhas da (RE)existência, será realizada com vistas a refletir sobre relações raciais, seus impactos na sociedade e no IFBA. Além de celebrar a herança afro-brasileira, o evento se consolidou como uma ação de reconhecimento e valorização da</p>	<p>Michele Santos Barbosa, Alan Santos dos Santos, Aline Pereira Rocha, Ana Cláudia Silva Santos (Quilombola), André Ricardo Nunes, Azamor Coelho Guedes; Danielle Brito Silva, Eliana Evangelista Batista; Harley Souza Paixão (Quilombola), Jessica Pereira Lacerda, Jocinete Rosa dos Santos (Quilombola), Joene</p>	<p>Docentes, educandos, Técnicos Administrativos, NEABI-Local e</p>

		<p>diversidade étnico-racial junto à comunidade acadêmica. É uma oportunidade para que a comunidade escolar possa atualizar e reiterar a sintonia do IFBA, enquanto instituição de ensino centenária, com as transformações sociais contemporâneas a partir do compromisso de ensinar e aprender para a equidade.</p>	<p>Xavier Barbosa (Quilombola), Joyce Cristina da Silva; Jussiara Paulinio dos Santos (Quilombola), Laisa da Silva Santos; Lauro Roberto Ferreira (Comissão de Heteroidentificação), Renata Oliveira Silva, Robson Luiz da Silva Menezes, Romulo Lima Meira, Rosinete dos Santos Cassimiro (Quilombola) e Rui Santos Carijé Junior;</p>	<p>Comissão de Heteroidentificação</p>
--	--	---	---	--

Fonte: Próprio Autor, 2023 - informações coletadas nos projetos das Semanas Pretas e nas portarias;

É possível observar no Quadro 3 que, em 2012, na realização do primeiro evento no *Campus*, a nomenclatura foi “I Semana da Consciência Negra”. A partir de 2014 o evento recebe um novo formato passando a valorizar as comunidades quilombolas locais, e uma nova nomenclatura surge: Semana Preta. Vale ressaltar que em 2013 e em 2020 não foi possível a realização do evento, no ano de 2013, por falta de recursos financeiros. Já em 2020, a pandemia Covid-19 se estabeleceu no país. É possível também observar que em 2021, o evento a VIII Semana Preta foi realizada virtualmente, ainda devido às condições pandêmicas, os educandos participavam das oficinas, palestras e minicursos de forma on-line.

Sobre a Pandemia da Covid19 (Sars2-Cov2), período em que me tornei mestrando no ProfEPT e pude vivenciar os efeitos dela para a população em geral, sobretudo a negra. Para nós os efeitos desta experiência foram marcantes e alguns, definitivos. Segundo a página Geledés:

As doenças não são entidades democráticas. Pelo contrário, elas têm incidências determinadas pela renda, pela idade, pelo gênero e pela raça. Diante da pandemia provocada pelo coronavírus (SARS2- CoV2), diversos segmentos da sociedade estão mais expostos e são identificados como grupos de risco, por conta de comorbidades específicas. A população negra, em sua diversidade, também é um dos grupos de risco, obviamente com graduações internas, variando tanto por comorbidades que atingem negras e negros em maior número, caso da hipertensão e da diabetes e, principalmente, a anemia falciforme, ou mesmo pela letalidade social, motivada por questões históricas, políticas e sociais estruturantes de nossa sociedade. A Abrasco ouviu pesquisadores e lideranças sociais para entender esse cenário e ser um canal dessas demandas (Geledés, 2020, disponível em: População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas).

Em 2020, no início da Pandemia, os primeiros dados de raça/cor na pandemia foram divulgados nos Estados Unidos e mostraram que, lá, o coronavírus mata mais negros. Aqui, o primeiro boletim do Ministério da Saúde indicou que, proporcionalmente, há mais negros do que brancos morrendo de Covid-19. Estamos falando de realidades semelhantes, de um denominador comum? Observe o trecho da entrevista dada por Lúcia Xavier⁹, quando responde a esta pergunta feita por Vitória Régia da Silva e Sanny Bertoldo ao Portal Gênero Número:

⁹ Coordenadora da ONG Criola, Lúcia Xavier reafirma a importância da divulgação dos dados de raça/cor na pandemia para que se possa cobrar políticas públicas para a população negra.

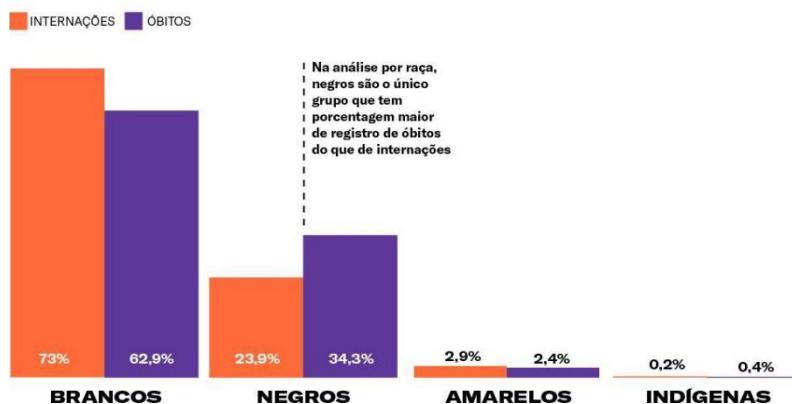
"Acho que sim. O primeiro denominador comum é ser negro. O fato de serem negros já constrói para eles pontes de semelhanças muito profundas. São os mais pobres entre os pobres, vivem em situação de vulnerabilidade, estão em processo de violência em vários sentidos, tanto estrutural quanto individual e familiar, não têm poder de tomada de decisão. Em que pese os EUA serem muito diferentes do Brasil em termos da participação dos negros na política, no nosso caso ainda é pior, lá os profissionais de saúde que são infectados são enfermeiros, técnicos etc., e o mesmo vai ocorrer aqui, são pessoas mais pobres, e, mais do que isso, a discriminação que essas pessoas sofrem ao acessar o sistema de saúde é semelhante ao que acontece aqui. Porque aqui nós temos um sistema único, gratuito, o que não é a realidade de lá, mas de certa maneira a dificuldade de acessar esse serviço acaba sendo semelhante. Aqui pela discriminação, lá pela falta de recurso financeiro. Tanto que quando esse dado surge na epidemia nos Estados Unidos, a primeira coisa que se faz aqui é reagir e dizer "não, aquela epidemia ainda não chegou à população negra". Claro que chegou, mas se os dados não são coletados com precisão, a gente não vai saber qual é a extensão da pandemia entre nós. Então, eu vejo muita semelhança, e vejo inclusive que, em termos de futuro, é bem parecido. Eu teria uma figura de linguagem para isso: é um furacão Katrina. Depois que passou, a população negra daquela região saiu em piores condições, e é mais ou menos isso que eu percebo que vai acontecer com a população negra do Brasil. A população negra vai sair devastada neste processo. Com muitos problemas de saúde, muitos problemas econômicos, muitos problemas de discriminação e violência, muito próximo a esse efeito de uma intempérie ambiental, como se a gente não conseguisse dar conta dessa dinâmica no futuro.

E abaixo, na Figura 7 a seguir, a exemplificação desses efeitos na mortalidade de pessoas negras em 2020.

Figura 7: efeitos na mortalidade de pessoas negras em 2020.

EFEITO DO CORONAVÍRUS EM INDIVÍDUOS DIVIDIDOS POR RACA/COR

No Brasil, a covid-19 é proporcionalmente mais letal entre os negros (pretos + pardos)



Fonte: <https://www.generonumero.media/intervistas/entrevista-o-coronavirus-nao-tem-nada-de-democratico-ele-tem-preferencias-e-os-negros-sao-um-dos-grupos-preferidos-dele/>

Na pesquisa realizada por Saraiva, Silva e Modesto (2022) sobre o Racismo e baixa escolaridade: relação com os óbitos da pandemia de Covid-19, as tabelas elaboradas por eles são contundentes. Com relação à Etnia e gênero nos registros de óbito por Covid-19. Neste sentido, homens pardos representam 19,1% e mulheres pardas 21,7% dos óbitos. Homens pretos representam 3,8% e mulheres pretas 5,9%, que juntos(as) representam 49,6% do total da população brasileira morta por conta do vírus entre 2020 e 2021. Tais elementos ilustram aspectos que aprofundarei pouco aqui, mas que representam importância no que diz respeito à importância da educação para estas populações, da significativa necessidade de eventos que fortaleçam a informação e o conhecimento sobre as questões étnico-raciais e da visibilização de dados, legislações, políticas e demais referenciais concernentes à nossa comunidade. Educar para as relações raciais é uma obrigatoriedade, prevista na Lei 10.63/03, assim como a de promover equidade nas instituições de ensino. A Semana Preta, tem se traduzido em um evento que consolida a expressividade das identidades negras em nosso campus, bem como uma prática formativa de educação em rede para a nossa comunidade. Vale lembrar que o evento, além do reposicionamento institucional e educativo, apesar de todos os obstáculos envoltos, injeta vida e dinamismo na institucionalidade todos os anos.

A Semana Preta é uma das alternativas de enfrentamento, que anima os projetos de pesquisa e extensão com as comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais locais, para promover educação de qualidade, considerando as relações complexas em uma sociedade racialmente hierarquizada. Além de celebrar a herança afro-brasileira, o evento se consolidou como uma ação de reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial junto à comunidade acadêmica. É uma oportunidade para que a comunidade escolar possa atualizar e reiterar a sintonia do IFBA, enquanto instituição de ensino centenária, com as transformações sociais contemporâneas a partir do compromisso de ensinar e aprender para a equidade.

É possível observar que as temáticas de cada Semana Preta procuram mostrar ao público participante a realidade vivenciada por mulheres negras e homens negros desde o período em que foram escravizados até os dias atuais, e que ainda sofrem com o racismo, discriminação e o preconceito. Justifica-se ao

Núcleo ter sido elaborada em 2021. Veja a seguir algumas fotos dos eventos Semana Preta:

Figura 8: Mesa de abertura da IV Semana Preta realizada em 2016 no IFBA Campus Seabra.



Fonte: Setor de comunicação -comunica.Seabra@ifba.edu.br

A Figura 8 retrata da mesa de abertura do evento IV Semana Preta, cujo tema foi “Identidades Negras: Trilhas da (Re)Existência, na composição da mesa estavam presentes o Diretor Geral, Diretora Acadêmica, uma Docente, Discente, Discente Egresso Quilombola, representante da sociedade civil e os Palestrantes(pesquisadores). A seguir, na Imagem 9, observa-se a participação dos alunos na oficina de culinária baiana em 2016.

Figura 9 : Participação dos alunos na oficina de culinária no IFBA Campus Seabra.



Fonte: Setor de comunicação, 2016 - comunica.Seabra@ifba.edu.br

Já na Imagem 10, a seguir, aparece a apresentação Cultural do Boi de Mariá (alusão ao boi bravo Marruá) em 2022

Figura 10 - Apresentação Cultural na IX Semana Preta em 2022 no IFBA Campus



Fonte: Setor de comunicação, 2022 - comunica.seabra@ifba.edu.br

Na figura 11, temos a participação de dois representantes quilombolas (convidados) e uma discente quilombola para a abordagem do tema “Identidade e Resistência Negra” em 2022.

Figura 11: Abordagem da Temática Identidade e Resistência Negra, IX Semana Preta 2022, IFBA Campus Seabra.



Fonte: Setor de comunicação, 2022- comunica.Seabra@ifba.edu.br

Na figura 12, temos a participação do Bloco Afro Ylê Aiyê, de Salvador. Um dos mais importantes representantes da cultura e resistência negra no mundo, responsável por ações de valorização da identidade negra.

Figura 12: Apresentação Cultural do Bloco Afro Ylê Aiyê no IFBA Campus Seabra.



Fonte: Setor de comunicação- comunica.Seabra@ifba.edu.br

Além da Semana Preta, outro evento institucional já citado no texto é a Semana Indígena, que procura mostrar ao público presente a luta pela preservação das etnias e o direito de permanência nos espaços que foram negados há séculos e também faz parte de minha pesquisa. Nestes eventos, entre 2013 a 2022, no IFBA Campus Seabra, foram realizados pelos indígenas: palestras, mesas redondas, oficinas, rodas de prosa e, sem dúvida, trouxeram para o público participante a discussão sobre a ancestralidade e o pertencimento de suas origens, em diálogos ricos, intensos e transformadores.

Sendo assim, é possível perceber no Quadro 4, que no ano de 2013, a I Semana Indígena foi realizada em conjunto com a Semana do Meio Ambiente, e apenas neste evento teve a participação dos discentes na comissão organizadora, diferente do Quadro 4 que passou a incluir os educandos(as) na comissão apenas no ano de 2022. Vale destacar que nos anos de 2014, 2017, 2019 e 2020 não foi possível a realização do evento por falta de recursos financeiros na (rubrica de custeio do Campus) e a falta de comprometimento de alguns servidores para realização do evento. Outro ponto a ser observado na Tabela 3 é que em 2022,

também foi possível a participação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Justifica-se a ausência do NEABI, nas edições anteriores, devido à portaria de constituição do Núcleo datada de 2021.

.Quadro 6: Semanas Indígenas realizadas entre os anos de 2013 a 2022 no IFBA Campus Seabra

ANO / PORTARIA	E	M	REPRESENTANTES	
	V E Semana Indígena T	E N B R		
2018		Sem informações.	-	
2019	Não foi possível a realização do evento por falta de apoio financeiro	-	O S	
2020	realização do evento por falta de apoio financeiro	"O que há de índio	Daiane Silva Oliveira, Adilson Oliveira Almirante, Ana Carla lima Portela, Azamor Coelho Guedes, Darilio Pires de Oliveira, Elaine Cristina de Souza Santos,	Docentes, Discente e Técnicos Administrativos
2020	Indígena não deu o ano de 2020, deixamos de realizar o evento por conta do início da pandemia	- em Nós "	Marcelo Marcos Magalhães, Olivia Silva Nepomuceno Santos, Patricia Dias Pinto, Rozane Suzarte Gesteira, Sergio Renato Gonçalves, Sisnando Pinto Vila Boas E Therezinha Gauri Leitão	vos
2021	Não foi possível a realização do evento por falta de recursos financeiros	-	-	-
2015	II Semana Indígena	Sem informações	Sem informações	-
09/03/2015				
2016	III Semana Indígena	Sem informações	Daiane Silva Oliveira, Juliana Vieira Galvão; Lucio Aderito dos Anjos V. Junior, Tamires Melo de Freitas, Theo da Rocha Barreto, Francisco Ramon A. Nascimento, Jucimar dos Santos Cerqueira, Olivia Silva Nepomuceno Santos, Jeovangela de Matos Ribeiro, Joyce Cristina da Silva Holanda, Jamile Villa Boas de Souza, Henrique de Oliveira Andrade e Therezinha Gauri Leitão	Docentes e Técnicos Administrativo
2017	Não aconteceu o evento	-	-	-

2022	V Semana Indígena	"Eu moro na mata, mas venho pela Chapada".	Michele Santos Barbosa., Santos Alan Santos dos Santos, Therezinha Gauri Leitão, Deisiane Alecrim de Melo Oliveira, Delliana Ricelli R. da Silva, Francine Novais Souza, Danielle Brito Silva; Eliana Evangelista Batista, Jaiana de Souza Menezes; Jessica Pereira Lacerda; Luanna Azevedo Cruz, Maria do Carmo P. dos Santos, Joyce Cristina da Silva e Nivaldo Correia da Silva; Tereza Violeta de Queiroz Martinez; Renata Oliveira Silva; Robson Luiz da Silva Menezes; Rui Santos Carijé Junior;	Docentes e Técnicos Administrativos
------	-------------------	--	--	-------------------------------------

Fonte: Próprio Autor, 2023 - informações coletadas nos projetos das Semanas Indígenas e nas portarias.

A figura 13, trata da mesa de abertura da IV Semana Indígena, cujo tema foi “Tempo de arar, Tempo de Colher”. Na composição da mesa estavam presentes, uma representação docente do *Campus* (defensora das causas indígenas) e vários representantes de Povos Indígenas da Bahia.

Figura 13: Mesa de Abertura com a participação de diversos povos indígenas na IV SemanaIndígena
2018 – IFBA Campus Seabra



Fonte: Setor de comunicação- comunica.Seabra@ifba.edu.br

A seguir, na figura 14, observa-se a participação dos(as) alunos(as) na Roda de conversa com o Cacique Juvenal Payaya da cidade de Utinga-Ba.

Figura 14: Roda de conversa com os educandos mais o Cacique Juvenal Payaya, na IV Semana Indígena 2018-IFBA Campus Seabra.



Fonte: Setor de comunicação- comunica.Seabra@ifba.edu.br

Já na figura 15, a seguir, o Ritual de abertura dos trabalhos realizado pelos povos indígenas, momento de respeito pela espiritualidade e a ancestralidade.

Figura 15 : Ritual Espiritual abertura dos trabalhos, IV Semana Indígena 2018, IFBA Campus Seabra



Fonte Setor de comunicação, 2018- comunica.Seabra@ifba.edu.br

Na figura 16, é possível ver o registro da integração de três educandos quilombolas com um representante Indígena em um momento de diálogo e troca de conhecimentos.

Figura 16: Integração dos educandos Quilombolas e Indígena - IV Semana Indígena 2018 IFBA Campus Seabra.



Fonte Setor de comunicação- comunica.Seabra@ifba.edu.br

A figura 17, abaixo, apresenta a oficina de pintura indígenas que contou com a participação dos(as) alunos(as) do IFBA em um momento de diálogo e troca de conhecimentos e valorização cultural.

Figura 17: oficina de pintura indígenas - IFBA Campus Seabra.



Fonte Setor de comunicação- comunica.Seabra@ifba.edu.br

Neste sentido, a pesquisa se orienta justamente a perceber que os eventos da Semana Preta e a Semana Indígena se caracterizam como ações afirmativas que fortalecem o diálogo e a formação entre os participantes. Esses eventos são fruto de inúmeras discussões entre a comunidade acadêmica e alguns representantes das comunidades quilombolas e indígenas.

3. CAPÍTULO TERCEIRO. SEMANA PRETA E SEMANA INDIGENA AÇÕES AFIRMATIVAS DE (RE)EXISTÊNCIAS

O termo Ação Afirmativa surgiu originalmente nos Estados Unidos, na década de 1960, no contexto da luta do Movimento Negro pelos direitos civis, que almejava o fim das leis de segregação racial vigentes no país. Entretanto, de acordo com Munanga (2007), as discussões sobre estas questões tiveram início na década anterior, durante a institucionalização da Constituição da Índia. Nas palavras deste citado pesquisador,

[...] podemos constatar a implementação de modalidades de ações afirmativas, anteriormente a esse período: como a Índia que em sua constituição republicana institucionalizou, a partir de 1950, ou seja, cerca de três anos após sua independência, um sistema de cotas em que são reservados cargos na legislatura federal, nas legislaturas estaduais, nos conselhos de aldeias, no serviço público e nas salas das universidades, em benefício dos cidadãos membros das castas intocáveis, na proporção de 15%. Apesar dos conflitos e tensões sociais provocados pela institucionalização de cotas, os partidos políticos dirigentes da Índia continuam a apoiá-las. Isso deu como resultado o acesso dos membros dessas castas aos empregos da vasta burocracia indiana, elevando o padrão de vida de alguns intocáveis, impelindo milhares à classe média, formando sua elite política e intelectual que não teria existido se não fosse implantado constitucionalmente o sistema de cotas. (MUNANGA, 2007, p.9).

O termo Ação Afirmativa, de acordo com Gomes e Silva, se define como:

[...] políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (Gomes e Silva, 2001, p. 90).

As Ações afirmativas são estratégias políticas que direcionam recursos em prol de pessoas pertencentes a grupos historicamente discriminados e marginalizados social e economicamente. Essas medidas visam combater discriminações baseadas em etnia, raça, religião, gênero, classe social ou casta, promovendo a participação das minorias

em atividades políticas, acesso à educação, cuidados de saúde, emprego, bens materiais, redes de segurança social e/ou preservação cultural. Algumas das iniciativas consideradas como ações afirmativas incluem o aumento na contratação e promoção de membros de grupos discriminados no mercado de trabalho e na educação, através de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; concessão de bolsas de estudo; facilitação de empréstimos e preferência em contratos públicos; estabelecimento de metas ou cotas mínimas de representatividade na mídia, política e em outros setores; compensações financeiras; distribuição de terras e moradias; medidas para proteger modos de vida ameaçados; e políticas que promovem a valorização das identidades culturais.

Dentro desse escopo, estão medidas que visam não apenas promover a igualdade em termos materiais e de direitos básicos de cidadania, mas também aquelas que buscam preservar e valorizar as identidades étnicas e culturais. Tais políticas podem ser implementadas tanto por iniciativa pública ou privada, de forma voluntária e descentralizada, ou por exigência legal. A ação afirmativa se diferencia das políticas puramente antidiscriminatórias ao atuar preventivamente em favor de indivíduos que possam ser potenciais alvos de discriminação, agindo como uma forma de prevenção e reparação dos efeitos da discriminação. Por outro lado, as políticas exclusivamente antidiscriminatórias agem reprimindo os discriminadores ou aumentando a conscientização para evitar práticas discriminatórias.

No contexto público e acadêmico, as ações afirmativas frequentemente são entendidas como políticas que visam garantir o acesso a posições sociais importantes para membros de grupos que, sem essas medidas, permaneceriam marginalizados. Dessa forma, seu objetivo primário é reduzir desigualdades e diversificar as elites, tornando-se justa o aumento da distribuição de renda e da riqueza em nosso país tornando-as mais representativas do perfil demográfico da sociedade, tendo acesso e bem estar social em prol da coletividade. De acordo com Seel (2002), estas ações procuram oferecer igualdade de oportunidades a todos e todas.

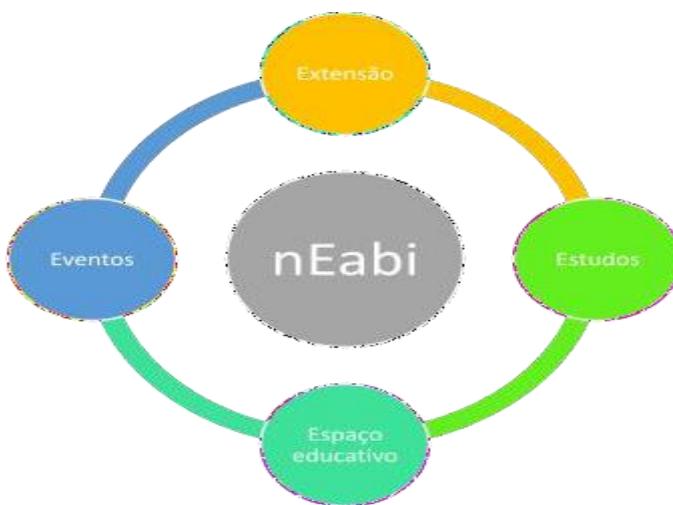
No desenvolvimento desta pesquisa foi possível observar que o objetivo das ações afirmativas caracterizadas através a partir da realização dos eventos Semana Preta e Semana Indígena, é neutralizar os efeitos da discriminação e da desigualdade

vivenciadas pela comunidade acadêmica, mais especificamente aquelas circunscrita

aos(as) discentes quilombolas e indígenas através do racismo. Promovendo um educação de qualidade e de consciência social fortalecendo a auto estima dos discentes com realização de atividades informativas / formativas no campo das relações raciais, com vista a promoção de equidade e valorização da cultura / história africana e afro-brasileira e indígena. Durante um período o IFBA *Campus Seabra*, negou e ainda tem negado os seus direitos. As ações afirmativas que foram implementadas até então, de forma voluntária dentro do campus por alguns servidores. Um exemplo disso é a letargia na criação do

Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI). Compreendo que não é tarefa simples compor um Núcleo Institucional em um Campus. No entanto, são necessárias críticas ao perfil aparente que este Núcleo apresenta. Chamo aqui a atenção da potência que a letra “E” apresenta na nomenclatura do NEABI. Vale ressaltar que esse processo de potencializar a letra “E” é fruto do trabalho investigativo e análise documental, que levou-me a entender que a visão do Nucleo perpassa para além do significado da abreviatura . O seu potencial é bem maior . Observe a Figura 18.

Figura 18: Problematização do potencial institucional do NEABI a partir da re-significação da letra E.



Elaboração do autor, 2023.

Para além da prescrição de ser um Núcleo de Estudos que considero gerar confusão e reduzir o potencial dele, penso que a realização de Eventos e a construção da Extensão com enfoque nas populações afro-brasileiras e indígenas

além de discentes fortalece o NEABI na percepção potente de ser um Espaço Educativo. Assim, as ações que envolvem os Estudos (aqui compreendido como um conhecimento construído ou adquirido , ato ou processo de estudar, compreender algo que se desconhece ou de que se tem pouco conhecimento) caracterizando como pesquisa-formação) se somam a outras dimensões articuladoras. Segundo o artigo publicado por Sousa,Martins (2021, p. 24) na Revista Internacional de Formação de Professores, cita que o uso da pesquisa-formação “almeja uma transformação dos sujeitos participantes a partir das experiências que são compartilhadas”, o que faz o processo de (re)-existência estar imbuído de uma coletividade necessária.

A Semana Preta e a Semana Indígena são percebidas por mim como ações afirmativas de enfrentamento, que fomentam os projetos de ensino, pesquisa, administração e extensão no Campus em diálogo com as comunidades quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais locais. Ou seja fica entendido nesse momento que as semanas Preta e indígenas tem sido mais potentes que o NEABI, uma vez que o a sua implantação do núcleo é recente e que se deu muito em virtude dos movimentos de construção e realização dos eventos pautado no dialogo. O objetivo desses eventos é promover educação, considerando as relações complexas em uma sociedade racialmente hierarquizada. Nesta perspectiva de fazer valer as políticas públicas que garantam a igualdade e oportunidades a todos e todas se originam, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas se posicionam de forma estratégica.

Voltando um pouco à história do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) vinculado às instituições de ensino superior brasileiras, essa articulação começou em 1959, quando a Universidade Federal da Bahia (UFBA) criou o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). Outras instituições de ensino superior públicas e privadas começaram a criar instituições afins, com destaque para a sigla NEAB. Segundo Ratts (2009), a chegada dos "Núcleos de Estudos Afro-brasileiros" se deu no contexto do movimento negro contemporâneo. Segundo os autores, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros nas décadas de 1980 e 1990 se colocaram como parte integrante do movimento negro de base acadêmica.

Em consequência das suas características iniciais, os Núcleos reportam aos grupos de estudos e discussão estruturados por jovens negros acadêmicos

nosanos de 1970. No entanto, segundo Ratts (2009), apenas nas décadas posteriores serão criados os "Núcleos de Estudos Afro-brasileiros" com maioria de dirigentes negros:

Nos anos 1980 e 1990 foram criados Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, com essa denominação ou correlata, voltados para o estudo do racismo e das relações raciais: CEAB/UCG (1983), NEAB/UFAL (1983), NEAB/UFMA (1985), NEN/UFSC (1986), PENESB/UFF (1995), NEAB UFSCar (1995), E NEAB/UDESC (1995). Estes Núcleos, em sua maioria, foram fundados e dirigidos por docentes/ pesquisadores(as) /ativistas negros(as). (RATTS, 2009, p.90).

Tais Núcleos continuaram atuantes no interior de algumas universidades, possibilitando encontros, formação e reflexão. Como exemplo dessas atuações, tem-se o Núcleo de Consciência Negra da USP (Universidade de São Paulo, em 1991), formado por estudantes e aberto à participação de professores e funcionários. Esse Núcleo criou, em 1995, o Comitê de Cotas para Negros na USP, que mesmo não tendo alcançado seus objetivos, e seus membros sofrido retaliações aumentaram a reflexão a respeito das cotas e somou esforços na luta para a adoção de ações afirmativas, que nos anos seguintes foram fortificadas até culminar na aprovação da Lei Federal nº 12.711/2012 que trata sobre as Cotas para Universidades (Alves, 2017).

Em 2004, o título Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros surge novamente, agora no cenário da legislação educacional, em um parecer e em uma resolução. O Conselho Nacional de Educação, através do Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004, que determina as "Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana", determina com relação aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros que:

Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar: -Mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior, secretarias de educação, assim como levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola e encaminhamento de medidas para resolvê-los, feitos pela administração dos sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-brasileiros. -Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico racial. -Identificação, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e de aprendizagens. - Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte

afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e educandos para o combate à discriminação e ao racismo. (BRASIL, 2004).

A Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, identifica a existência dos NEABs e a oportunidade de discussão desses com os sistemas e estabelecimentos de ensino:

Art. 4º Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, Núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino (BRASIL, 2004).

Em seguida, a Resolução nº 14, de 28 de abril de 2008, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que estabelece os critérios para assistência financeira nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior, para formação docente inicial e continuada, tendo foco às ações afirmativas para o povo negro, também apresentará uma definição de NEAB e determinará a obrigatoriedade da existência dos Núcleos de Estudo Afro-Brasileiros (NEAB), para o acesso das IES ao financiamento:

Art. 2º Os cursos de formação inicial e continuada, assim como os materiais didáticos objetos desta Resolução, visam à implementação do Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à promoção do estudo da História da África e Cultura Afro-brasileira com o objetivo de contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias do racismo por meio da aplicação de práticas pedagógicas qualificadas nesses temas nas escolas de Educação Básica no Brasil. § 1º Somente as Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior dotados de Núcleo de Estudo Afro-Brasileiros (NEAB) ou grupos correlatos poderão solicitar recursos para a formação inicial e continuada de professores e para a elaboração de material didático. § 2º Define-se NEAB ou grupo correlato, como Núcleo de natureza acadêmica que desenvolva atividades explicitamente vinculadas aos estudos afro-brasileiros e africanos e à educação para as relações étnico-raciais, reconhecido institucionalmente por meio de instrumento legal validado por dirigente máximo da instituição. (BRASIL, 2008).

O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Africana, já apresentado neste texto, também determina as atribuições dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs). Trata-se das atribuições dos grupos colegiados e Núcleos de estudo (Alves, 2017). Então,

O Art. 3º, § 4º da Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação diz que “Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-

brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases temáticas para a educação brasileira".

As Principais Ações para os Núcleos de Estudos e Grupos correlatos são:

- a) Cooperação com a formação inicial e continuada de professores e graduandos na educação das relações étnico-étnicas e no ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e CNE/ Parecer CP nº 03/2004 e Lei nº 11.645/08 (se aplicável);
- b) materiais didáticos específicos para uso em sala de aula sobre Relações Raciais-Étnicas e Educação Histórica e Cultural Afro-Brasileira e Africana 01/2004 e Parecer CNE/ CP nº 03/2004.
- c) Mobilizar recursos para a implementação dos temas para atender às necessidades de formação continuada de professores e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, para a produção de materiais didáticos e/ou pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias educacionais adequadas ao tema; e entrega aos órgãos de comunicação do sistema educacional Pesquisa, pesquisa, material didático e atividades de educação continuada;
- b) a divulgação e disponibilização de pesquisas, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação do sistema de ensino;
- d) manter diálogo permanente com os fóruns de educação e diversidade étnico-étnico, sistemas de ensino, conselhos de educação, sociedade civil e todas as instituições e entidades que requeiram atendimento especializado neste tema;
- e) Auxiliar e orientar o setor educacional no tratamento das questões das relações étnico-étnicas, auxiliando no desenvolvimento de métodos de pesquisa que contribuam para a implementação e monitoramento das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/08, conforme o caso; (Brasil, 2009).

Entende-se que as instituições de ensino de alguma forma vão se adequando as legislações, implantando os NEAB como representatividade da lei 10.639/2003, e passam a alterar a nomenclatura para NEABI com a criação da lei 11.645 de 10 de março de 2008, que incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena através da

lei 10.639 e 11.645. Dentro da nossa instituição, temos plena consciência que precisamos fazer muito mais pelos povos (negro e indígena) em especial aos educandos(as) quilombolas do Campus, estimulando outras ações com vistas ao acesso, a permanência e êxito desses educandos(as) no mundo do trabalho.

Retomando as características identificadas na pesquisa com relação ao NEABI, em seu processo criação de espaços educativos, eventos, estudos e extensão, percebemos que desde a realização das primeiras edições das semanas Pretas e Indígenas e com a constituição do Núcleo no Campus, o NEABI passou a realizar em articulação os eventos, somando um terceiro, o “Julho das Pretas⁹”. Assim, importa ouvir uma das servidoras do Campus:



“fizemos uma arte linda com todos os estudantes, né, e aí, todos os estudantes, cada um exibindo um black mais lindo do que o outro etambém as minas com suas tranças. Enfim, foi um momento onde foi além da dimensão da autoestima, foi uma reivindicação. De uma dignidade que é do campo da estética. Então assim, meu corpo ele existe e eu estou reivindicando este lugar. Dele nesse espaço enquanto instituição, mas também no mundo, né.” (Joyce, Técnica administrativa)

Fica evidente na fala da entrevistada, como a construção de uma jornada de empoderamento nas discentes passa pela reflexão da igualdade, dos direitos, dos sonhos possíveis e das lutas, onde se torna necessário ultrapassar as fronteiras e reconhecer os fatores subjacentes que governam as relações de gênero e a alteridade. Este reconhecimento é necessário para afirmar a autonomia e independência das mulheres como indivíduos com a mesma agência e subjetividade que os homens. O aspecto psicológico desta transformação inclui o cultivo de emoções e atitudes que podem ser aplicadas tanto no nível pessoal como social para provocar mudanças positivas de encontro ao processo de opressão, e uma crença na sua própria capacidade de conscientização ou seja, uma consciência crítica dos fatos e liberação.

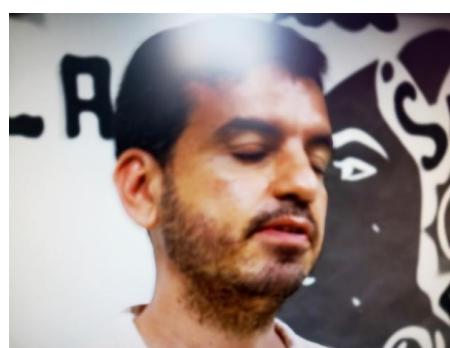
Não se trata de ter poder sobre os outros ou de ser superior, mas sim de adquirir o controle sobre a própria vida e ter a capacidade de influenciar as circunstâncias ao seu redor. Isso inclui a capacidade de tomar decisões, ter voz e participar ativamente na sociedade. O NEABI do Campus Seabra, pela vivência,

ainda precoce procura entender que o empoderamento é especialmente importante para grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros(as), indígenas e a comunidade LGBTQ+, porque esses grupos muitas vezes enfrentam desigualdades estruturais e sociais que limitam suas oportunidades e poder de decisão. Sendo assim, ao buscar promover o empoderamento dessas minorias, podemos trabalhar para reduzir as desigualdades e promover uma sociedade mais igualitária e justa.

Partindo para outra característica assumida pelo NEABI, fica evidente que durante o processo de realização de entrevista com alguns membros da comissão de constituição do núcleo, os mesmos deixam transparecer que a ideia é de fato que o NEABI se consagra como um espaço importante de (re)existência fora da sala de aula, oferecendo um ambiente onde os discentes, docentes, técnicos administrativos e a comunidade externa possam se reunir para discutir questões relacionadas à história, cultura e identidade afro-brasileira e indígena.

Além disso, esse Núcleo desempenha potencialmente um papel fundamental na formação da conscientização sobre o racismo e na luta por um sonho possível, sucesso e esforço por uma sociedade mais justa e igualitária, através da realização de diversas atividades, como palestras, debates, cursos, exposições e eventos culturais que contribuem para a valorização, formação e o fortalecimento das culturas afro-brasileira e indígena, além de estimular o engajamento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral nessas questões.

Portanto, o NEABI é um espaço onde a (re)existência que se manifesta através do conhecimento, da cultura e da luta contra o racismo e a discriminação racial e de gênero, expandindo-se para além das paredes da sala de aula. Para um dos docentes que se envolve desde o início das Semanas Pretas e Indígenas:



“É o NEABI tem um espaço físico, né mas ele também busca, né ter um laстро dentro das salas de aulas e para além, né por exemplo, se a gente pensar que a gente já fez formações pros servidores, podendo fazer com que as discussões raciais fomentassem, né o ambiente propício a reflexão dos servidores, a gente fez essa formação tem acho que cerca de um mês se eu não me engano e a gente pode criar ali um espaço de discussão, né de debate entre os servidores, NE a gente também pretende é fazer com que o NEABI seja um espaço de denúncia, né que os alunos possam viraqui pra buscar algum tipo de acolhimento, né ser um espaço de reflexão sobre os processos, por exemplo, de evasão dos estudantes que são negros, né e tudo isso dentro de uma perspectiva pedagógica antirracista, né e de uma

perspectiva institucional também de combate ao racismo institucional, né pra fortalecer os processos pedagógicos, né que a gente tem diante dos nossos alunos, né pra poder promover pesquisas, né sobre as relações raciais em nossa região.(AZAMOR, docente.E.7.P.2).

Na fala do professor Azamor Coelho-EBTT, fica evidente na pesquisa que o NEABI atualmente transcende suas ações de estudos. Para ele, se faz necessária uma ampliação das ações para outros espaços de discussão, reflexão e formação para o fortalecimento do processo pedagógico. Ainda dentro da visão do Núcleo enquanto espaço educativo, podemos entender também na fala do Professor Rui Carige-EBTT que:



"Então, é um espaço realmente de reflexão, é um espaço de formação para nós docentes técnicos administrativos, pessoas terceirizadas, estagiários e por outro lado também é um espaço de formação, empoderamento, é um espaço de reforço da nossa cultura, reforço da nossa história para os nossos estudantes. A gente consegue dialogar, consegue se enxergar, se identificar melhor e isso fortalece muito bem também as nossas relações em sala de aula. A partir dessa identidade também a gente consegue que o estudante esteja mais atento às nossas sinalizações, consegue também que a gente esteja mais aberto para escutar as considerações do estudante" (Rui Carige-Docente-E.13. p.8).

Analizando ainda outra característica assumida, de acordo com a Resolução Nº 31, de 03 de novembro 2021, o NEABI destaca no Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da rede IFBA, cita que:

Art. 2º O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI- IFBA é um órgão de natureza consultiva, propositiva e deliberativa no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia.

Fica evidente que o IFBA descreve em seu regulamento a autonomia para que o Núcleo seja consultivo, propositivo e deliberativo, valendo-se do fortalecimento das ações afirmativas e em especial no campo do ensino, pesquisa e extensão sobre África, cultura e identidade negra no Brasil, fundamentadas na Lei nº 10.639/2003, bem como das questões Indígenas: História, Cultura, Organização Política, Dimensões Étnico sociais, Dimensão Espiritual/Cosmovisão Indígena, baseados na Lei nº 11.645/2008, que normatiza a inclusão das temáticas nas diferentes áreas de conhecimento, tendo como finalidade contribuir para uma educação que democratize as relações étnico-raciais e potencialize de forma afirmativa as diferenças entre os

sujeitos dos cursos da Educação Profissional de Nível Médio e da Educação Superior do IFBA, cuja prática educativa deverá buscar a vivência do princípio da equidade. E para que haja a garantia desses princípios, o regulamento traz na redação do regimento do NEABI, 6 (seis) objetivos descritos no artigo Art. 5º.

1. Propor e articular atividades transversais ao Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas aos estudos sobre os africanos e seus descendentes e sobre os povos indígenas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA;
2. Produzir conhecimentos referentes ao campo de estudos;
3. Difundir conhecimentos produzidos na área de estudos;
4. Promover intercâmbio de informações entre os NEABI Locais do IFBA e interinstitucionais;
5. Propor normas, regulamentos e diretrizes consoantes a legislação vigente referente à temática da educação das relações étnico-raciais no IFBA;
6. Atuar como órgão consultivo e avaliativo das políticas institucionais do IFBA, em especial das Políticas Afirmativas de Promoção da Diversidade e Igualdade Étnico- Racial no Instituto.

Ainda visando a garantia da aplicabilidade das legislações referentes à população negra e indígena, o regulamento cita no Art. 6º Compete ao NEABI:

1. Pesquisar, produzir, analisar, propor e acompanhar as ações afirmativas para implementação da educação das relações étnico-raciais no IFBA com base nos requisitos legais e normativos pertinentes à temática;
2. Ampliar o debate no cotidiano do Instituto sobre as questões étnico-raciais, a influência e a importância das culturas negra e indígena na formação do povo brasileiro e suas repercussões, garantindo a efetiva participação das comunidades acadêmicas;
3. Articular-se com as entidades culturais locais de matrizes africanas e indígenas com o objetivo de fortalecer as discussões no espaço do Instituto;
4. Auxiliar na inclusão de questões e temáticas para implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos Projetos Pedagógicos de Cursos garantindo que as temáticas sejam contempladas nos diversos componentes curriculares e projetos didáticos;
5. Acompanhar as ações de formação continuada da comunidade institucional sobre conteúdos de História e Cultura afro-brasileira e africana, Educação das relações étnico- raciais, diversidade na construção histórica e cultural do país e ações afirmativas.
6. Acompanhar as ações de combate e prevenção ao racismo institucional no IFBA;
7. Divulgar o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal 12.288/2010) e o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 13182/14) no IFBA com o objetivo de fortalecer o princípio da igualdade e o respeito às diferenças;
8. Propor ações que levem a conhecer e valorizar o perfil social e étnico-racial da comunidade interna e externa do Instituto;
9. Desenvolver ações que levem à constituição de um acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica-racial;
10. Estabelecer programa de pesquisa que agregue estudos dos diversos participantes do NEABI IFBA;
11. Buscar a captação de recursos que viabilize os programas de pesquisa
12. Estabelecer local, horários e forma de funcionamento do NEABI-IFBA;
13. Promover cursos, seminários, palestras, conferências, ministrados

- pormembros do NEABI-IFBA e/ou convidados(as);
14. Fomentar publicações sobre a temática afro-brasileira, africana e indígena;
 15. Articular a troca de informações entre Universidades e Centros de Pesquisa no Brasil e no exterior, nas áreas de atuação.
 16. Fomentar a qualificação continuada de docentes e Técnico(a)-Administrativos(as) em Educação (TAEs) para que, em suas ações profissionais, possam lidar com a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, Educação das Relações Étnico-raciais e as Políticas Afirmativas de Promoção da Diversidade e Igualdade Étnico-racial, independente da área em que atuem.

Entretanto, a pesquisa revela que o NEABI, *Campus Seabra*, por ser novo na sua existência dentro da instituição, mesmo com a aplicabilidade das legislações, já pontuam para a necessidade e possibilidade do Núcleo de construir ações, propondo e acompanhando as ações afirmativas; além disso, também poderá articular, acompanhar ações de formação continuada para os(as) servidores(as), assim como acompanhar o combate e a prevenção do racismo institucional: Veja o que sinaliza o professor Rui Carijé - EBTT:



“Recentemente fizemos uma formação também, uma roda de conversa com servidores, servidoras a respeito da branquitude. Então já foi mais uma ação formativa como a gente comprehende esses espaços, espaço de formação pro nosso corpo interno aí eu me refiro ao quadro de servidores, estudantes e dialogando também com a comunidade externa” (Rui Carije-Docente, E13.p.3)

Este trecho da entrevista revela que aos poucos que o Núcleo procura ir além do cumprimento da legislação. Sua estrutura busca envolver a participação de toda a instituição e a comunidade externa na realização desses estudos para a garantia da formação crítica. Veja também o trecho da entrevista da professora Michele Barbosa, docente EBTT, que é hoje a responsável pelo Núcleo:

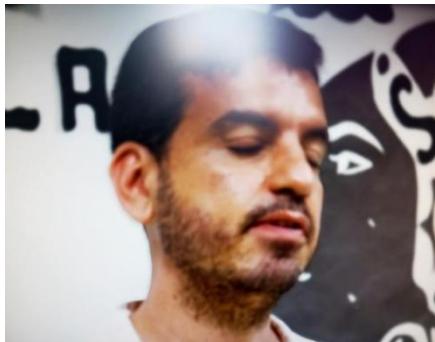


Pronto, acho que no próprio nome, né, que fala núcleo de estudos, né, Afro-brasileiras e indígenas, acho que no próprio nome, né, a própria definição já demarca esses lugares, né, que é sim, que é um lugar pedagógico, né, já que a gente vai falar de estudos e aí não apenas um estudo teórico, acadêmico, né, mas esse estudo que vai sempre está trazendo essa relação e esse contato com as comunidades, né, valorizando todos os tipos de saberes inclusive, então o NEABI esse espaço de estudo não só acadêmico, né, mas que valoriza também e principalmente eu diria até os saberes das comunidades, né, locais, os saberes, né, dos povos, das pessoas, né, mais antigas.(Michele-Docente, E10.p.2).

Dando continuidade nas análises das características do NEABI, fica entendido na minha pesquisa que os eventos realizados pelo IFBA *Campus Seabra*, eram todos organizados por comissões organizadoras, instituídas por portarias. Cito aqui os evento Semana Preta e Semana Indígena, como exemplos. O Núcleo se dá como formal a partir doda portaria nº 62 de 20 de dezembro de 2021, que resolve:

Art. 1º. CONSTITUIR o Núcleo Local de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, composto pelos membros abaixo e sob a presidência da primeira, que tem como objetivo analisar, articular, promover, assessorare acompanhar atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão relacionadas à temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena ', à Educação das Relações Étnico-Raciais e às Políticas Afirmativas de Promoção da Diversidade e Igualdade Étnico-Racial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ IFBA *Campus Seabra* (Portaria nº 62 de 20 de dezembro de 2021).

Também fica referenciada essa constituição através das entrevistas realizadas na pesquisa com relação ao Núcleo. Leia o relato dos docentes EBTT(Azamor Coleho e Rui Carije):



"Certo, é NEABI em Seabra é um processo novo ainda né, Ainda é relativamente recente, mas a gente pode já verificar, por exemplo é que a gente tenha um espaço já específico pra discutir as questões raciais né, eu acho que nesse processo inicial ainda tá muito concentrado nos servidores né, mas a gente já pode né, poder articular entre nós né, ações né por exemplo, as Semanas Pretas e Indígenas e outros eventos ligados às questões próprias do NEABI né, ele já começa a ser discutidos muito antes das datas né, então vira realmente um espaço, um fórum permanente de troca né alguns servidores que tem interesse em discutir pedagogicamente ou em termos de pesquisa ou extensão as questões raciais né" (Azamor-Docente.E.7p.1),

Já para o Professor Rui fica evidenciado que a constituição do Neabi, vem através das provocações de alguns servidores defensores da causa e das experiências com os eventos:



"Então nós tínhamos diversas ações, né , Que eram isoladas até então o NEABI, ele vem justamente pra criar essa rede, ta, Então a gente consegue é a partir das ações que eram realizadas aqui no NEABI, né Trazer é uma, uma perspectiva para que outros campi também possam se fortalecer a partir dessas experiências nossas que são trocadas tá bom, A gente consegue também no fortalecer a institucionalização desses eventos, que até então esses eventos eles eram

caracterizados como alguns coletivos, algum grupo de pessoas específicas e o NEABI ele vem realmente referendar esse espaço que é o espaço de pra que todas pessoas se sintam responsáveis, se sintam também convidadas a participar dessa construção” (Rui Carije-Docente.E.13, p.3).

Entende-se, na fala de ambos, que o NEABI, busca assumir outras responsabilidades, a exemplo da organização e planejamento de eventos que promovam uma reflexão e discussões sobre questões raciais como: palestras, Seminários, Oficinas, Conferências e demais atividades culturais. Naturalmente as edições já realizadas das Semanas Pretas e Semanas Indígenas, em sua historicidade e constância, se apresentam como fértil experiência neste aspecto.

Partindo da observação das características do NEABI, a pesquisa permite apresentar a necessidade de sair da “caixa de acomodação” e passar a conhecer as vivências externas para uma difusão e divulgação cultural, científica e/ou tecnológica, a exemplo de capítulos de livros, livros, cartilhas, boletins, revistas e produtos visuais e artísticos e que estão propostos na legislação completa do próprio Núcleo. Assim, no Art. 6º. compete ao NEABI:

- [...] 8. Propor ações que levem a conhecer e valorizar o perfil social e étnico-racial da comunidade interna e externa do Instituto;
- 9. Desenvolver ações que levem à constituição de um acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica-racial;
- 13. Promover cursos, seminários, palestras, conferências, ministrados por membros do NEABI-IFBA e/ou convidados(as);
- 14. Fomentar publicações sobre a temática afro-brasileira, africana e indígena; (Art.6º da resolução nº 31, de 03 novembro 2021)

Sendo assim, fica pontuada a necessidade do NEABI, em fazer valer a efetivação da sua legislação, e propor para a institucionalmente essas ações de fomento. Que faça valer o que está regulamentado para a efetividade das leis 10.639 e a 11.645, dentro dos pilares da educação: ensino, pesquisa, extensão e administração, fazer valer a legitimidade da Lei 12.711 (lei de cotas) garantindo também a participação das comissões de heteroidentificação no processo de seleção, prevalência e todas as questões que as compete.

Contudo, fica mais do que evidente que não é só o compromisso social, o NEABI traz para si, o comprometimento com o indivíduo enquanto ser social, permitindo a este acesso ao espaço de construção, formação e produção do saber edo saber fazer, cabendo a nós acadêmicos um papel como protagonistas neste processo, visto que, o papel principal pertence àqueles que tomam para si a arte de

viver e vivenciar com autonomia aspectos que se relacionam conflituosamente ao encontro dos anseios da sociedade e que também possam dirimir e mediar conflitos que por ventura pertençam a estes. Por outro lado, não basta só o cumprimento das leis, é necessário conhecer e entender como os NEABI estão estruturados e se as instituições dão todo suporte necessário para o funcionamento dos Núcleos (Martins,2021).

4. CAPÍTULO QUARTO. COMO ERA PARA SER E COMO FOI? DA METODOLOGIA À EXECUÇÃO

No início do meu percurso como mestrando, iniciei o meu pré-projeto de pesquisa junto com a minha primeira orientadora pensando em desenvolver um produto educacional denominado Programa de Acompanhamento dos Egressos Quilombolas (PAEQ). Entretanto, por motivos que não merecem menção, quem assumiu a responsabilidade de dar seguimento ao processo de orientação foi o professor Dr. Davi Costa da Silva. Em um momento de conversa com ele, falando sobre a temática a ser pesquisada, ele colocou que deveria ser uma temática voltada para a minha contextualização profissional e anseios profissionais e pessoais. Optamos então em trabalhar com os eventos: Semana Preta, Semana indígena, enquanto espaço: ambiente, tempo e lugar pedagógico. tendo como Produto Educacional a realização de um documentário, com a explanação dos participantes destes eventos, através das suas narrativas, sobre como foram e que consequências educativas, políticas e territoriais podemos atribuir. Estive desde o início do Campus atuando como servidor, participando da construção e execução desses eventos.

O presente projeto de pesquisa científica que foi desenvolvida apresenta a seguinte pergunta: “Entender como a Semana Preta e a Semana Indígena se constituem como espaços pedagógicos e de formação, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica no IFBA Campus Seabra?”. Para tentar responder a esta pergunta, foi proposta a realização de uma pesquisa realizada através do trabalho de campo, de acordo com o objeto de estudo serão interpretadas as narrativas através da redução eidética, pois classificaremos os eventos Semana Preta e a Semana Indígena como marcos de experiência.

A técnica de coleta de dados foi através de entrevistas comprehensivas, que foram filmadas para a composição do documentário, como também passará pelo processo de transcrição, facilitando assim na interpretação sobre os dois eventos, a partir da redução eidética. As entrevistas gravadas em vídeo e áudio compõem a edição do Produto Técnico e Tecnológico ou Produto Educacional, que é uma das prerrogativas para a titulação no Programa de Mestrado em Educação Geral

Profissional e Tecnológico em Rede Nacional (BRASIL, 2018). Assim, descreve em seu Art. 2º: que

“o programa visa proporcionar educação e formação técnica profissional, com o objetivo de produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado”.

Ainda de acordo com o parágrafo único de seu Artigo 15º.

“O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação ou artigo, de acordo com decisão da Comissão Acadêmica Local” (BRASIL, 2018),

Entendendo que para a realização do documentário seriam necessárias realizar as entrevistas dentro da perspectiva compreensiva a partir de Jean-Claude Kaufmann, organizei a indicação dos(as) participantes através de uma análise dos documentos (portaria de constituição das comissões de organização dos eventos, memorandos enviados, por exemplo). Entretanto, tive algumas dificuldades na aquisição de alguns documentos por conta da burocracia institucional.

Na seleção dos participantes escolhi aleatoriamente um(a) participante por evento, garantindo a diversidade entre os(as) servidores(as) efetivos(as) e terceirizados(as), como também representantes da comunidade externa, sendo da sociedade civil ou representantes das comunidades tradicionais Quilombolas e Indígenas, que participaram dos eventos no período de 2012 até 2022.

Vale ressaltar que o foco da seleção dos(as) participantes foi direcionado paraas pessoas que participaram da organização dos eventos, isto porque essas pessoas possuem compreensão da intenção de cada uma dessas Semanas, atuaram de alguma forma do planejamento, da execução e da avaliação de cada uma das edições. Então não foram entrevistadas nesta pesquisa, pessoas que participaram sobre outras perspectivas, isto é, como ouvintes, palestrantes e colaboradoras eventuais, isso porque a ideia macro era focar em narrativas que trouxessem reflexões sobre na concepção dos eventos como espaços: ambiente, tempo e lugar pedagógico.

Entendendo que esses participantes já desenvolvem um trabalho voltado

para a garantia dos direitos dos grupos minoritários e na efetivação das políticas públicas e ações afirmativas, com isso certamente esses participantes incidiram na formulação do NEABI, de alguma forma. Entendo de forma muito imbricada, as relações entre as ações afirmativas no Campus, a partir desses dois eventos que se configuraram antes e a partir da criação do NEABI. Estes eventos e espaço são (re)existência da comunidade negra e indígena. Na realização das entrevistas e na interpretação das mesas, foi possível perceber como essas edições das Semanas Pretas e Semanas Indígenas colaboraram para a formulação do NEABI e suas consequências.

Na realização das entrevistas, e entendendo que o método criativo da entrevista comprensiva assegura que teremos a garantia de uma interação maior entre o pesquisador e o interlocutor, me coloquei na posição de pesquisador conforme cita Kaufmann (1948, p.14):

[...] a boa sociabilidade entre o pesquisador e o pesquisado como condições incontrolável de ambientes mais ou menos bem sucedida. Trata-se, na verdade de uma longa entrevista, com duração variável, com encontros repetidos com os informantes sempre que possível ou necessário. Ele advoga que, em que pesem a necessidade e a utilidade de um roteiro, a boa pergunta, por exemplo, não costuma ser aquela que compõe o esquema elaborado previamente. Na maioria das vezes surge como resultado da conquista de uma interação eficaz, que é a um só tempo existencial, social cultural e política (Kaufmann, 1948, p. 14).

Compreendo que o “sim” e o “não” como respostas estava fora do contexto daproposta da entrevista comprensiva. Desejei alcançar, segundo Kaufmann (1948, p.78) que “o objetivo da entrevista comprensiva é quebrar essa hierarquia, o tom que se deve buscar e muito mais próximo de uma conversa entre dois indivíduos iguais do que aquele questionário administrativo de cima para baixo”.

Após a constatação de que o processo da entrevista comprensiva exigiria acolhimento, criei um cenário sala de NEABI com a montagem de símbolos caracterizando os eventos anteriores.

Neste sentido, criei um ambiente propício para a construção do diálogo, a partir da simplicidade, interação e respeito. Isso porque os interlocutores poderiam falar sem receio, seguindo o que Kaufmann (1948, p.102) diz:

(...) ele entra em uma biografia, viaja guiado pelo entrevistador em torno de um tema; e toma gosto pela viagem. Fala de si e nós o escutamos, desenvolve os seus argumentos e suas opiniões têm relevância. Fala de si e verifica a sua capacidade em ser dotado de uma identidade claramente identificável e digna de interesse. Fala de si com a ajuda do entrevistador, interroga de forma inédita sobre sua própria vida. (...) mas nessa capacidade de falar de si mesmo de forma tão profunda e forte reside uma

"felicidade de expressão", uma felicidade por ter o que dizer por poder falar e falar bem, o que leva a falar cada vez mais .

Sendo assim, a produção que pretendemos construir como produto Educacional, o documentário que seguiu guiado e fundamentado no método criativo da entrevista compreensiva. De acordo com Kaufmann (1948, p. 123) "não é possível imaginar que possa existir uma boa pesquisa sociológica sem trabalho e sem rigor: ainda que flexível, a entrevista compreensiva exige muito".

Por se tratar de uma pesquisa que envolveu seres humanos, o projeto foi submetido na Plataforma Brasil ao Comitê de Ética. Vale ressaltar que, todos os aspectos éticos pretendidos dentro do projeto deveriam atender às exigências éticas e científicas fundamentais, de acordo com a resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Depois de uma tortuosa tramitação (ver Quadro 8), o Projeto foi aprovado de acordo com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética-CAAE nº 70655523.1.0000.0249, em 17/08/2023.

Quadro 7: Tramitação do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética.

SUBMISSÃO	DATA	PARECER
1 ^a	26/05/2023	Projeto cadastrado no CONEP através da Plataforma Brasil e submetido ao CEP do IF Baiano
2 ^a	26/07/2023	Solicitação de Ajustes
3 ^a	14/08/2023	Solicitação de Ajustes e emissão do parecer
4 ^a	17/08/2023	Aprovação

Fonte:<https://plataformabrasil.saude.gov.br/visao/pesquisador/gerirPesquisa/gerirPesquisaAgrupador.jsf>- último acesso em 10/10/2023.

Trago essa tramitação para que o(a) leitor(a) compreenda que é fundamental possuir essa aprovação, mas quão tortuosa pode ser essa etapa. Após aprovação do projeto no CEP, o convite foi confeccionado e enviado para os participantes selecionados para a realização das entrevistas, conforme modelo abaixo:

FIGURA 19: convite entregues aos participantes



Fonte : Arquivo Pessoal - acessado em 10/10/2023

Nesta pesquisa eu entrevistei docentes, técnicos(as), discentes e egressos(as), além de pessoas da comunidade, sobre o seu olhar sobre as Semanas Pretas e as Semanas Indígenas. A seguir as informações das pessoas entrevistadas que tiveram participação na Semana Preta:

Quadro 8: Caracterização das pessoas entrevistadas nesta pesquisa relacionada à Semana Preta.

NOME	FUNÇÃO	EVENTO
Azamor Coelho Guedes	Docente- EBTT	Semana Preta
Joyce Cristina da Silva Holanda	Técnica em Laboratório	Semana Preta

Jussiara Paulina dos Santos	Discente representante Quilombola	e Semana Preta
Joene Xavier Barbosa	Discente representante Quilombola	e Semana Preta
Michele Santos Barbosa	Docente EBTT	Semana Preta
Jessica Lacerda	Docente -EBTT	Semana Preta
Renata Oliveira Silva	Docente-EBTT	Semana Preta

Fonte : elaboração proprio autor 2023

No Quadro 9 seguem as informações das pessoas entrevistadas que tiveram participação na Semana Indígena:

Quadro 9: Caracterização das pessoas entrevistadas nesta pesquisa relacionadas à Semana Indígena.

NOME	FUNÇÃO	EVENTO
Eliana Evangelista Batista	Docente- EBTT	Semana Indígena
Hildete Rosa dos Santos Oliveira	Representante do povo Tapuia	Semana Indígena
Sisnando Vilas Boas	Egresso	Semana Indígena
Danielle Brito Silva	Técnica-Bibliotecária	Semana Indígena
Michele Santos Barbosa	Docente EBTT	Semana Indígena
Renata Oliveira Silva	Docente-EBTT	Semana Indígena

Fonte : elaboração proprio autor 2023

Já no Quadro 10 seguem as informações das pessoas entrevistadas que tiveram participação na constituição⁹ do NEABI:

Quadro 10: Caracterização das pessoas entrevistadas nesta pesquisa relacionadas à Semana Indígena.

NOME	FUNÇÃO	EVENTO
Azamor Coelho Guedes	Docente- EBTT	NEABI
Michele Santos Barbosa	Docente EBTT	NEABI
Rui Santos Carijé Júnior	Docente-EBTT	NEABI

Fonte : elaboração proprio autor 2023

Estas pessoas, diante do momento em que participaram dos eventos, compreendem o momento vivido e suas consequências, sobretudo aquelas que deram origem à novas edições, temáticas, participação, relação escola-comunidade, efeitos pedagógicos e criação do NEABI.

As entrevistas foram quase todas realizadas na sala do NEABI neste espaço que criei. Apresento abaixo as imagens de alguns(as) participantes da entrevista:

Figura 20: Foto com a Entrevistada Joyce Cristina (Técnica de Laboratório)



Fonte : arquivos da equipe técnica responsável pela construção do documentário-acessado em
10/10/2023.

Na realização da entrevista com a Joyce Cristina, as perguntas foram direcionadas para o evento Semana Preta. Sobre esse evento, ela diz:

"É um evento que é conhecido na região também e na cidade, inclusive estudantes de outras escolas. acabam vindo se inscrevendo nas oficinas, estudantes de escolas do município, escolas estaduais. Então eu acho que a Semana Preta consegue. realmente superar os muros da escola, sabe. Eu acho que a gente chega em lugares que talvez não chegássemos se a abordagem do tema e a construção não fosse feita dessa maneira, inclusive espaços. Abertos" (Joyce- Técnica em laboratório.E.14.p.6)

Figura 21: Foto com as entrevistadas Danielle (bibliotecária) e Jussiara (discente Quilombola).



Fonte: arquivos da equipe técnica responsável pela construção do documentário-acessado em 10/10/2023.

Na realização da entrevista com a técnica (Bibliotecária), as perguntas foram direcionadas para o evento Semana Indígena. Já realização da entrevista com a Discente (Representante Quilombola), as perguntas foram direcionadas para o evento Semana Preta. A figura 21 apresenta o registro do encontro entre as duas. Já na Imagem 16, a seguir, a quilombola Joene está ao meu lado:

Figura 22: Foto com a entrevistada Joene Xavier (Discente quilombola)



Fonte : arquivos da equipe técnica responsável pela construção do documentário-acessado em 10/10/2023.

A discente, por estar trabalhando no horário comercial, e não tinha como ela se deslocar para o IFBA, foi agendado a realização da entrevista na Escola Estadual Filinto. A diretora da escola cedeu uma sala de aula. A outra menina que aparece na foto, a discente Bianca Marques do 4º ano do curso Técnico em Meio Ambiente, amiga da entrevistada, pediu para sair na foto para mostrar a camiseta da VI Semana Preta, primeiro evento que ela participou assim que entrou no Campus. Na realização da entrevista com a discente (Representante Quilombola), as perguntas foram direcionadas para o evento Semana Preta. Na Imagem 23, a realização da entrevista com a Docente Michele Barbosa (Representante do NEABI), as perguntas foram direcionadas para dois momentos, sendo que primeiro para o evento Semana Preta, e segundo a constituição do NEABI.

Figura 23: Foto com a entrevistada Michele Barbosa (Docente EBTT e representante NEABI)



Fonte: arquivos da equipe técnica responsável pela construção do documentário-acessado em 10/10/2023.

Após a finalização das entrevistas, chegou o momento intenso das transcrições. Por se tratar de catorze entrevistas. Ao realizar as transcrições, um novo envolvimento me tomou, compreendendo melhor as falas e podendo interpretar os contextos e sentidos. Finalizado todo o processo de transcrições das entrevistas, eu e o orientador marcamos um encontro na Biblioteca da UFBA, para a realização do processo da redução eidética a partir das entrevistas.

Para chegar em Salvador viajei cerca de 400km. Ao chegar na UFBA importa relatar que encontrei dos egressos do IFBA Seabra que estudam nesta Universidade. A surpresa deles ao me verem e dizerem sobre as saudades que sentiam do Campus pareceu fazer sentido naquele meu lugar de pesquisador-servidor. Esse dia foi fundamental para o meu posicionamento como pesquisador e pensar sobre as entrevistas e dialogar sobre as tessituras narrativas presentes. No momento da orientação foi significativo, pois onde pude aproveitar para refletir sobre meu objeto e voltar para Seabra com outras indagações.

Seguindo o roteiro do método fenomenológico proposto por Giorgi (1985), depois de todo o processo de leitura das transcrições das entrevistas comprehensivas que foi realizada por mim, com os interlocutores que participaram das Semanas Pretas, Semanas Indígenas e a criação do NEABI, essa viagem em uma jornada cognitivo-observacional que envolve a identificação de nossas percepções pretendidas e percepções reais para criar unidades significativas foram fundamentais na redução eidética. Assim, “a busca do sentido dos fenômenos” se processou a de acordo com Husserl (Diniz 2006; 2006; Castro; Gomes, 2011). Desta forma,

“Na redução eidética, os fenômenos dados à consciência são reduzidos à sua essência, partículas constituintes de sua evidência. Nessa etapa, Husserl sugere a adoção de um procedimento que nomeia variação imaginativa livre, no qual seriam suscitadas variações evidentes possíveis de um fenômeno a fim de descobrir os limites de sua identidade expressiva. Em outros termos, seria a atitude de modificar os elementos essenciais de um fenômeno para então verificar se ele é ainda reconhecível” (Husserl, 1913 *apud* Diniz, 2006; Castro; Gomes, 2011).

Dentro do contexto institucional, os eventos Semana Preta e a Semana Indígena parecem ter uma ampla visão de características, para uma grande parte do público, presente simplesmente como uma ação festiva e ou cultural. No entanto a pesquisa revelou que de acordo com redução eidética (*eidos-forma*) que questões são fundantes nestes eventos. Segundo Fabri:

A restrição aos puros fenômenos. Tenho a intuição do sentido, este, o

primeiro passo do método, a intuição que o revela como uma possibilidade para captá-lo. Assim, se retirarmos um pedaço reduzimos, permanecendo uma outra parte. Redução a essência (Eido) pode dizer algo como: tirar a existência e colocá-la sob observação, ou seja, algo como, em vez de pedirem para descrever o que você vê, os "objetos" de sua experiência visual, considere que tivessem pedido a você para descrever seu ver dos objetos; desloque sua atenção dos objetos para sua experiência, além dos sentidos, ao Eidos, ou essência. A redução eidética é a transição da atitude natural, na qual estamos direcionados a objetos materiais particulares, para a atitude eidética, na qual nós direcionamos para as essências (FABRI, 2013).

Sendo assim, dado início ao processo de redução eidética, após leitura e releitura das transcrições, eu segui para a formulação dos noemas, noesis e as unidades de sentido. De acordo com Sokolowski, 2014 *apud* Costa, 2023:

[...] Noemas e Noesis são termos utilizados na fenomenologia visando à distinção da atitude natural para a atitude filosófica. Noemas são os objetos de nossa intencionalidade (aquilo que é percebido); são correlatos objetivos a partir da atitude fenomenológica. Noesis são os atos intencionais através dos quais intencionamos as coisas; o ato de perceber (SOKOLOWSKI, 2014, p. 68-69. Apud Costa 2023, p.60).

Percebendo que as categorias citadas acima são a base fundamental da fenomenologia, de acordo com (Gil, 2019, *apud* Costa-2023)

Não há dúvida de que o olhar fenomenológico é altamente subjetivo, no entanto, a redução fenomenológica (os objetivos da pesquisa) que coloca "entre parênteses" as atitudes, teorias e crenças, é elemento condicionante para nos atermos à experiência em si, reduzindo as possíveis deformidades da realidade que se investiga (Gil, 2019, *apud*, Costa, 2023, p.62)

A relação consciência-objeto mostra-se como o campo de análise da fenomenologia. Martins (1992) refere-se à relação *noesis-noema*, na qual *noesis* significa o ato intencional da consciência, ou seja, a disposição do sujeito para ver um objeto e *noema* significa aquilo que é visto. Para o mesmo autor, a análise fenomenológica mais importante pertence ao lado "noético", tratando-se da consciência de um sujeito, que atribui significado a algo que focaliza. A partir desse movimento ocorre uma modificação que pode gerar uma nova atribuição de significado (experiência significativa). Mais à frente tratarei melhor sobre essas categorias. Partindo para casa e seguir com as reflexões, tinha em posse quatro noemas para as interpretações, como pode ser vista na Figura 24.

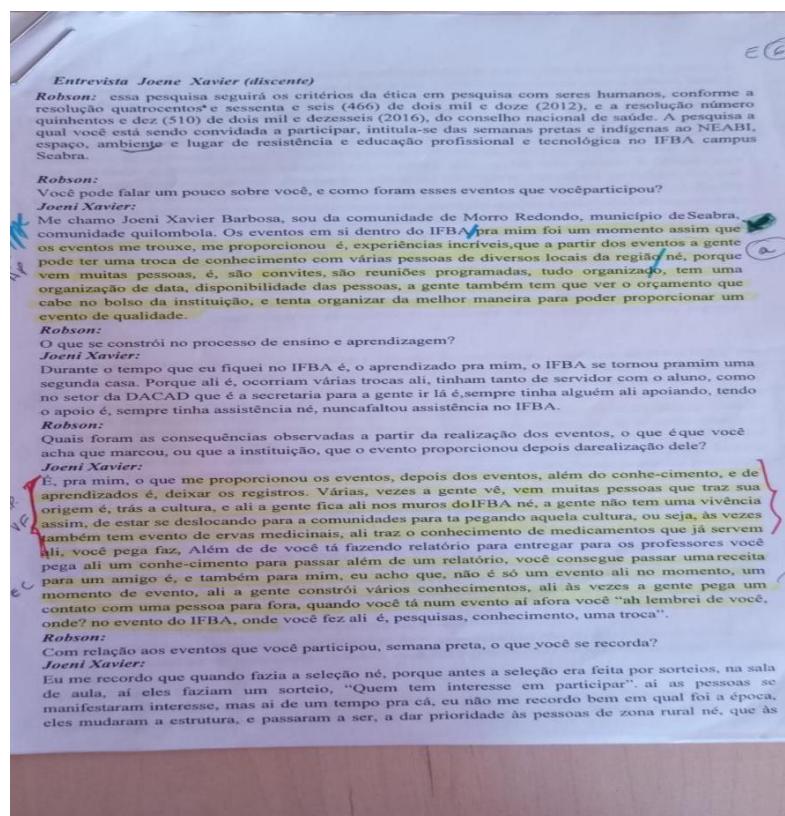
Figura 24: Noemas construídos na redução eidética.



Fonte: Elaboração do autor, 2023.

Iniciamos o processo de identificação das *noesis* dentro do texto, procurando sublinhar cada uma com uma caneta marca texto (ver Imagem 25). Em seguida, foram utilizados os *posts it* coloridos destacando para cada noema em uma cor diferente. Estávamos tão concentrados nos trabalhos, que terminamos esquecendo a hora do almoço ou já seria a hora do jantar? Essa tarefa ficou inconcluída e depois, já em Seabra, me deter a isso, trouxe a mim, muitas reflexões.

Figura 25: Destaques no texto das Noesis grifadas na cor amarela

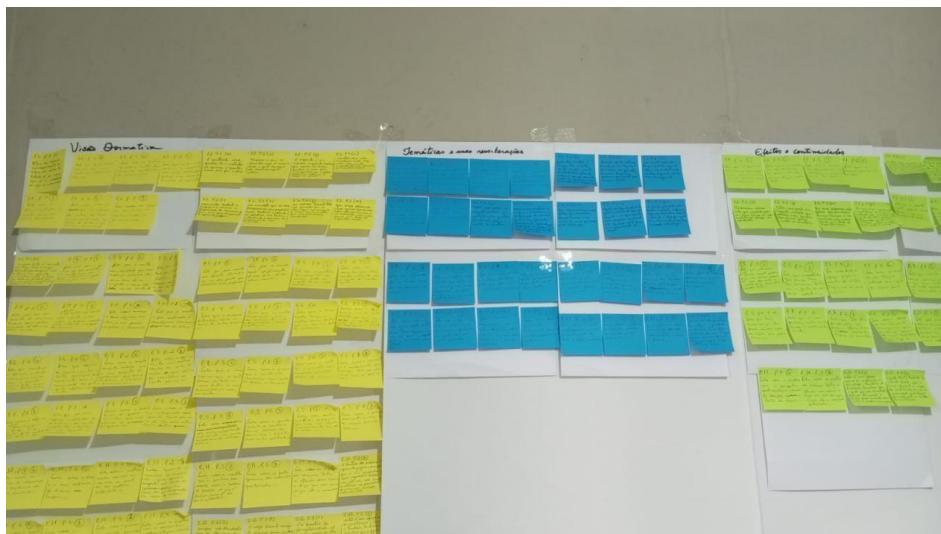


Fonte: Arquivo Próprio, acessado em 13/10/2023

Esse processo de atribuição da consciência ao lugar de encontro às subjetividades dos(as) entrevistados(as) me deslocou daquilo que eu supunha,

imaginava ou possuía certa convicção. As ideias surgidas neste processo foram fundamentais para a assimilação do fenômeno. A sistematização então ocorre de forma procedural e resulta no que está exposto na Imagem 26, onde as *noésis* figuram como trechos onde há relevância para a interpretação a partir dos relatos.

Figura 26: Bricolagem das Noesis nas entrevistas de acordo com cada Noema.



Fonte: Arquivo Pessoal acessado em 13/10/2023

Após o processo de orientação terminei voltando a minha rotina de associar trabalho de 40 horas semanais, com os estudos. Tinha muito o que dar conta, porém tinha pouco tempo. Não é fácil ser mestrandinho e trabalhador concomitantemente. Fiquei como o estudante da Figura 27, a seguir:

Figura 27: Representação de um estudante cansado.



Fonte: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/08/02/no-facebook-aluno-conta-dramas-da-vida-universitaria-em-charges.htm>.

Associada à tarefa decorrente da redução eidética, a construção simultânea do roteiro para a elaboração do documentário, selecionando os áudios, as fotos e

os vídeos dos eventos que iriam compor a edição, foram desafios que tive que superar. Para a garantia que todas as informações dos(as) entrevistados(as) me permitissem organização nesta tarefa, usei uma Ficha de Identificação, como pode ser vista na Imagem 28.

Figura 28: Ficha de Identificação do participante.

INSTITUTO FEDERAL
Balão

PROFEPT

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA BALÃO
CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICO

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE –
ETAPA I APÊNDICE IV

1. Dados Pessoais

a. Nome: *Jaque Cristina da Silva Holanda*
b. Endereço: *Setoramento Recanto das Orquídeas*
c. Cidade: *Suaíba - BA* CEP: *46900-000*
d. Telefones: *75 9 9980-6777*
e. E-mail: *jcrholanda@gmail.com*
f. Sexo: () Masculino () Feminino
g. Idade: *35* anos

2. Formação

a. Ensino Médio
Curso: _____ Ano de
ingresso: _____ Ano de conclusão: _____
Participou de projeto de iniciação científica? () Sim () Não

b. Graduação em (se houver): _____
c. Especialização (se houver): *Doutoria do Ensino Superior*
d. Mestrado (se houver): _____
e. Doutorado (se houver): _____

3. Informações profissionais

a. Atividade que exerce atualmente: *Túnica de Paleontólogo - Sócio/Meio Ambiente*
b. Tempo de atuação na atividade mencionada: *14*

Fonte: Arquivo Pessoal do Pesquisador, acessado em 11/10/2023.

Concluída essa etapa, o Quadro 11 apresenta a síntese de todo esse processo e construção.

Quadro 11: Descrição de noemas, as unidades de sentido e as essências.

NOEMAS	UNIDADES DE SENTIDO	ORIGEM /ESSENCIA
Apropriações pessoais (Re) Leitura de Mundo	Impacto, Impacto do racismo, espaço de formação, diálogos, avaliações, empoderamento feminino, conflitos	(re)construção das identidades, choque de realidade, discriminação racial, mudança estrutural
Visão formative	Protagonismo, pertencimento, compromisso, cultura, aprendizagem, quebra de barreira, papel do educador, visibilidade	Identidades, produção literária; realidade dos grupos sociais, espaço formativo, informação, miscigenação; espaço de construção
Temáticas e suas reverberações	empoderamento feminino, legado, memórias, pertencimento, lutas e identidades	espaço de construção, desconstrução e diversão, estreitamento dos laços com a comunidade, discussão étnico-racial, cor da pele, autorreconhecimento
Efeitos continuidades e	pertencimento, protagonismo, perspectiva, conhecimento, desconstrução, inclusão, denúncias, rupturas	movimento contrário, conhecer as comunidades, discussões étnico-raciais; participação dos alunos e da comunidade

Fonte :elaboração do próprio autor.

A compreensão do fenômeno como ele aparece é que “as Semanas Pretas e Indígenas são espaços de (re)existência”. Assim, importa agora refletir sobre como esses eventos que culminam na criação do NEABI, se configuram nessa existência e resistência das pessoas negras e indígenas.

5. CAPITULO QUINTO- O QUE É POSSÍVEL INTERPRETAR? NOTAS A PARTIR DAS (RE)EXISTÊNCIAS

Para a interpretação das narrativas, primeiro busquei entender os sentidos dos eventos percebidos como espaços de formação, visibilização de questões que envolvem as pautas negras e indígenas e como elas produzem experiências educativas e de (re)existência.

Partir do entendimento que a categoria espaço deveria ser interpretada para além do espaço físico, atuando assim como um lugar de experiências e de formação . Entendi, ouvindo as entrevistas, que a formação do sujeito passa através de um processo que não é estanque, pois irá evoluir ao longo da sua vida, suas relações com os outros, com o ambiente em que estão inseridos,e até mesmo em compreensão sobre si mesmo. Neste sentido, os eventos se colocam como espaços educativos potentes para a aprendizagem, a formação política, a construção de laços de pertencimento com a Instituição e como promotora de experiências de (re)conciliação com categorias políticas e teóricas.

Há muito conhecimento que nos permite ver que nunca estamos prontos, acabados ou fechados, porque sempre há algo que ainda não foi alcançado. Portanto, devemos estar abertos a novas buscas e em diferentes espaços e os eventos possibilitam isso. Dito isto, entendo que o sujeito dentro desses espaços de formação irá constantemente constituir-se, marcar-se e (re)marcar-se, aprender e (re)aprender no seu dia a dia, esse processo fica mais que evidente na citação de Paulo Freire (1979)

“Quando o homem comprehende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias” (Freire,1979,p16)

Fica entendido na pesquisa que os eventos Semana Preta e Semana Indígena, tornaram-se espaços de construção do conhecimento e que permitem que todos e todas que participam, vivenciem algo que lhes agrega valor para além das aulas, possibilitando o estabelecimento de conexões entre conhecimentos teóricos e práticos a partir da sua participação, se não antes, durante e/ou depois da sua realização. Pensar nestes espaços como uma oportunidade de aprendizagem é pensar numa oportunidade aos(as) discentes, docentes,

técnicos(as) administrativos e comunidade externa, ou seja, todos(as) que desejam buscar uma formação crítica e também social através de experiência de troca e construção de redes de interconhecimento.



"é interessante esse evento tanto pra nós é ter essa interação com outros povos porque cada povo tem o seu modo de vida diferente, a sua cultura diferente. Então essa interação é muito interessante tanto pra fortalecimento nosso quanto é importante também para o mundo, o mundo não, perdão, para a escola, a sociedade em si, porque a gente vai ter esse espaço de convivência e a troca de conhecimento é importante para a sociedade em si saber da existência de outras pessoas, de outros povos e poder trocar experiência. é muito rico esse momento"(Hildete-Representante Indígena,E 8.p.3)

Desta maneira, as Semanas Pretas e Semanas Indígenas na perspectiva da visibilização, buscam de alguma forma, mostrar para a sociedade que nestes espaços, a população negra, pobre, LGBTQI+, indígenas e outros grupos subalternizados terão voz e vez dentro dessa sociedade injusta com as causas sociais, políticas, culturais e econômicas, mas, sobretudo, a inserção em uma epistemologia que nos atenda.

A visibilidade desses eventos, de alguma forma, também garante o cumprimento das legislações e criação de oportunidades com a comunidade externa. Os eventos se atrelam à perspectiva da extensão e produzem imaginários sobre o papel do IFBA no Território. Possibilita, ainda, que pessoas ainda invisíveis (ao imaginário e percepção coletivos) como autores (as) negros(as) e indígenas, artesãos(a), artistas e militantes das causas possam ter espaço de manifestação e conexão. Vejam o que diz o docente Azamor Guedes Coelho - EBTT.



"Lembro eu assistindo por exemplo a palestra de Nelson Macca, né, que foi uma palestra com música e palestra ao mesmo tempo, né, onde ele juntocom o professor Fabrício que é do IFBA não lembro o campus, né, mas que é do IFBA também, que também tem uma pesquisa sobre música, né, eaí foi uma palestra muito é eu lembro, cheguei no auditório uma palestra de um público, a platéia se envolveu muito, ne a música contagiou muito o público" (Azamor,Docente.E 11.p.1)

Fica evidente na fala do Professor que esse eventos são espaços para projeção e divulgação dos trabalhos desse autores que lutam para ocuparem os

seuslugares de fatos na sociedade.

Entretanto após qualificação e indicação da “Banca Examinadora”, algumas propostas precisavam ser melhoradas no decorrer da escrita para a defesa final, especificamente na questão dos objetivos gerais e específicos como na temática que passou a ser “As semanas pretas e indígenas, no IFBA campus Seabra, como espaço de formação visibilização e experiências educativas” uma interpretação da (re)existência necessária, encaixando corretamente dentro da proposta da fenomenologia - redução eidética.

Partimos então para associação de como a temática está relacionada às entrevistas que foram pautadas nas análise de quatro noemas (o que se propõe a perceber) são elas :Apropriações Pessoais, Visão Formativa, temáticas e suas reverberações e Efeitos e Continuidades .Já as noesis (aquilo que foi percebido) ou seja o que foi grifado e interpretado na transcrição das entrevista e que deram origem as essências e consequentemente as unidades de sentido .

Sendo assim, analisando o primeiro noema Apropriações pessoais dentro da perspectiva da temática “As semanas pretas e indígenas,são espaços de formação visibilização e experiências educativas” (re)existência ., destaque na fala dos professores , não citarei todos pois alguns deles contém falas repetitivas. Chamo a atenção que uma mesma noesis pode ser percebida em outros noemas.

5.1 Redução Eidética destacando os noemas e as noesis a partir da fala dos entrevistados.

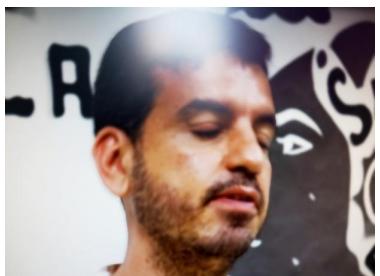
5.1.1 Apropriações pessoais e a unidades de sentido (impacto)

Vejam o que é possível interpretar a fala dos entrevistados, associando a unidades de sentido (Impacto), os impactos são inerentes à vida humana e à sociedade em que vivemos. Cada ação que tomamos, cada decisão que fazemos, tem o potencial de gerar consequências, efeitos, influências, resultados e, em alguns casos, comoções profundas. O impacto é uma força motriz de mudança e essa é uma das unidades de sentido que está inserida nas noesis extraídas da entrevista com os participantes que vivenciaram os eventos Semana Preta e Semana Indígena.identificada através da pesquisa.

Vale salientar que o sentido da palavra impacto aparece nas entrevistas analisadas com percepções diferentes, observem a fala de alguns dos entrevistados:Daniele,Azamor e Jessica Lacerda.



"foi um evento muito grande, sabe, Eu fiquei muito encantada. como ouvinte, ne Primeiro foi como ouvinte esse ano me encantou muito, ne Enquanto servidora, enquanto participante, eu pude participar de muitas coisas, e palestras, oficina, é não consegui participar de muito, porque ele tem muita coisa que acontece ao mesmo tempo. No caso das oficinas eu fiquei muito encantada, eu ficava assim com o olho brilhando, correndo no corredor querendo ver tudo" (Danielle, Bibliotecária)



"Então foi a primeira vez que eu estava ali tendo contato com a Semana Preta, né, daquela vez na condição de público, né, tinha acabado de chegar no campus e recebi aquela é o impacto, né, daquela semana assistindo"(Azamor,Docente)



"E a primeira vez Pra mim foi um choque de realidade, que eunão sou da Bahia, né? Eu sou paraibana. Então, tudo pra mim foi muito novo. E muito da cultura preta mesmo, coisas que eu não tinha ideia, eu fui aprendendo a partir desse primeiro momento que eu cheguei logo de cara já teve uma semana preta né? E aí pra mim foi muito bom também, porque eu já cheguei nessa

Faço um destaque aqui a fala da discente Jussiara, pois foi possível entender na analise da sua entrevista que a unidade de sentido Impacto esta direcionada ao preconceito do racial. Veja a citação:



"foi a primeira vez que eu participei de um evento como esse, e pude entender a partir desses o que era o racismo e como ele se comportava nas nossa sociedade . identificar também algumas vezes que já teria passado por isso e também levar para os outros da minha comunidade eh a importância da discussão sobre o que se constrói que você acha disso" (Jussiara, Discente –Quilombola)

É visível na fala dos entrevistados que a unidade de sentido (impacto) assumiu várias características e seus efeitos podem ser momentâneos, profundos e duradouros .Os impactos são inegáveis e inevitáveis em nossas vidas. Eles geram consequências, efeitos, influências, resultados e, por vezes, comoções que moldam nosso presente e futuro. É fundamental que, como indivíduos e sociedade, reconheçamos a responsabilidade que temos ao tomar decisões e agir. Devemos buscar um entendimento profundo das implicações de

nossas ações, promover o bem-estar coletivo e trabalhar para minimizar os impactos negativos, enquanto maximizam os positivos. Somente através dessa compreensão e ação consciente podemos construir um futuro melhor e mais equitativo para todos.

Em resumo, o impacto é uma manifestação tangível ou percebida das consequências ou efeitos de uma ação ou evento e desempenha um papel fundamental na análise de como ações humanas ou características naturais que afetam o mundo ao nosso redor.

Descarto aqui o sentido da palavra impacto como: colisão choque, pancadas e tombadas foram descartadas por não ter nenhuma relação com a proposta da pesquisa.

Analizando que a próxima unidade de sentido (**Racismo**), teve uma forte relação os noemas : Apropriação Pessoal, Visão formativa , Temáticas e sua reverberações e Efeitos e continuidade, entendi que para uma fácil interpretação do público com relação a temática será apresentada um compilado das noesis;, e entendendo que o racismo existe em diversas formas e maneiras, estabeleci que trataremos direto sobre o racismo estrutural, pois de acordo com a conclusão Almeida 2018, onde cita que

{...} O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas , económica, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo o racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de uma processo social que “ocorre pelas costas do indivíduo e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso , alem de medidas que coibam o racismo individual e institucional, torna-se imperativo refletir sobre as mudanças profundas nas relações sociais , políticas e económicas (Almeida 2018.p 38/39)

Entendendo uma vez que os eventos que são referências acontecem dentro IFBA – campus Seabra. Sendo este um fenômeno que se infiltra nas estruturas das instituições, perpetuando a discriminação racial de forma sutil e muitas vezes inadvertida. No Brasil, um país marcado pela diversidade étnica e cultural, o racismo institucional manifesta-se em diversos setores da sociedade, a

exemplo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFBA-campus Seabra. A educação é uma área onde o racismo estrutural se manifesta desde a tenra idade. O acesso desigual a recursos educacionais, professores mal preparados para lidar com a diversidade étnica e a falta de representatividade nas escolas contribuem para a reprodução das desigualdades raciais. Fanon enfatizava que a verdadeira obra de descolonização inicia-se no nível da consciência ". (FANON, 1963).

Vejam o que refletem as transcrições das entrevistas:



"pra mim foi um momento de desconstrução daquilo que eu achava que era certo ou errado,e perceber que existia segregação, existia o racismo mesmo e entender também eh como isso nos afeta, nos adoece,e compreender também que é muito grande complexo porque eram poucas as discussões que a gente tinha em sala de aula aonde tudo terminava comosomos todos iguais e tem que respeitar era o certo né? Mas é muito mais complexo que isso entender o racismo da forma como ele se comporta e como ele foi sendo construído ao longo da sociedade. É muito mais complexo pra quem já entende e pra quem não entende é muito mais complexo ainda porque aí a gente vai desconstruindo alguns alguns paradigmas, algumas questões e se colocar no lugar que um dia também já foi opressor como não se conhece a gente acaba oprimindo nós mesmos" (Jussiara,Discente representante quilombola)

A fala de jussiara deixa claro que é necessário a busca por uma compreensão maior de enfrentamento ao racismo enfrentando aos poucos os problemas existentes..e que é reforçada de acordo com FREIRE,1987 onde cita:

"O seu conhecimento de si mesmos, como oprimidos, se encontra, contudo, prejudicado pela "imersão" em que se acham na realidade opressora. "Reconhecer-se" a este nível, contrários ao outro, não significa ainda lutar pela superação da contradição. Daí esta quase aberração: um dos pólos da contradição pretendendo não a libertação, mas a identificação com o seu contrário".(FREIRE,1987.p.21)

A desconstrução do racismo é um processo fundamental na luta contra a discriminação racial e na promoção da igualdade racial. Envolve uma desmontagem das estruturas entendendo que todos as pessoas são iguais e que tenham a capacidade de pensar, criticar, dialogar, fazendo valer os direitos e deveres, estereótipos, preconceitos e práticas enraizadas que perpetuam a

desigualdade com base na raça. Reconhecimento da existência do racismo é a primeira etapa da desconstrução do racismo envolve o reconhecimento de que o racismo existe em todas as sociedades, independentemente da forma como sutis ou evidentes sejam suas manifestações. Isso requer uma reflexão honesta sobre como o racismo está presente nas instituições, na cultura popular e no comportamento individual. Veja a fala da entrevistada:



"vou votar para a discussão sobre o racismo eh como ele impacta na nossa sociedade eh foi a primeira vez que eu participei de um evento como esse, epude entender a partir desses eh o que era o racismo eh como ele se comportava nas nossa sociedade identificar também algumas vezes que já teria passado por isso e também levar para os outros da minha comunidade eh a importância da discussão sobre, é o que se constrói que você acha disso" (Jussiara, Discente Quilombola. E4.p.1)

Fica o entendimento na fala da entrevistada que a conscientização e educação sobre o racismo é fundamental para a desconstrução. Isso inclui a educação sobre a história da discriminação racial, das desigualdades sistêmicas e dos impactos do racismo nas vidas das pessoas racializadas. Ficou evidente também que a partir da participação nos eventos ela veio refletir que a educação pode ajudar as pessoas a compreenderem a profundidade e a persistência do problema.

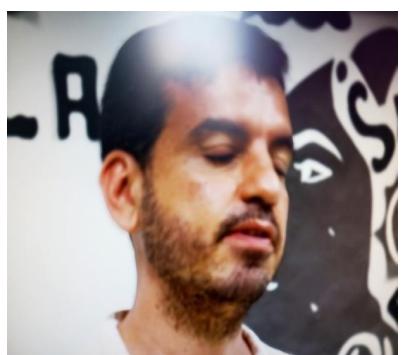
Muitas pessoas não autorizam os privilégios que têm com base em sua raça. A desconstrução do racismo envolve a consideração desses privilégios e como eles são considerados para a desigualdade. Isso exige uma reflexão profunda e a disposição de abordar as disparidades raciais de maneira honesta. Os estereótipos raciais abordados são abrangentes e limitantes. A desconstrução do racismo exige questionar e desafiar esses estereótipos, tanto em nível pessoal quanto na sociedade em geral. Isso envolve a substituição de narrativas negativas por narrativas mais precisas e inclusivas. Veja o que diz a Entrevistada:



"Eu acho que a gente consegue assim, desarticular toda uma história eh, que é largamente conhecida, mas que não dá conta darealidade dos povos indígenas nesses eventos que tem a participação das populações indígenas, a gente tem a oportunidade de ouvi-los e de contradizer, né? De contrapor eh essa história que é oficial que vem nos livros didáticos e

que e que não ressete aí a realidade da maioria das populações indígenas do Brasil, né? E da Bahia também.”
(Eliana,Docente,E1.p1)

É perceptível na fala da entrevistada que a desconstrução ele é iniciada principalmente na sala de aula e também no processo de escuta , do racismo também exige que as pessoas enfrentem o preconceito e a discriminação quando as testemunhas. Isso pode incluir entrevistas quando alguém faz um comentário racista, apoiar vítimas de discriminação racial e se envolver em esforços para criar ambientes inclusivos. Veja a fala do entrevistado:



“agente pode criar ali um espaço de discussão, né de debate entre os servidores, agente também pretende é fazer com que o NEABI seja um espaço de denúncia, né que os alunos possam vir aqui pra buscar algum tipo de acolhimento, né ser um espaço de reflexão sobre os processos, por exemplo, de evasão dos estudantes que são negros, né e tudo isso dentro de uma perspectiva pedagógica antirracista, né e de uma perspectiva institucional também de combate ao racismo institucional, né pra fortalecer os processos pedagógicos, né que a gente tem diante dos nossos alunos,né pra poder promover pesquisas, né sobre as relações raciais em nossa região” (Azamor,Docente,E 7.p,2)

O professor procura demonstrar na sua fala que a criação de espaços de denúncia , diálogo aberto e a comunicação são essenciais para a desconstrução do racismo. Isso envolve conversar com pessoas de diferentes origens raciais, ouvir suas experiências e perspectivas e estar disposto a aprender com elas. Também implica participar de pesquisas e debates públicos sobre questões raciais.

Além de ações individuais, a desconstrução do racismo envolve o apoio a políticas e ações que visam eliminar a discriminação racial e promover a igualdade. Isso pode incluir a defesa de reformas nas instituições, o apoio a organizações que lutam contra o racismo e a participação em manifestações e movimentos antirracistas.

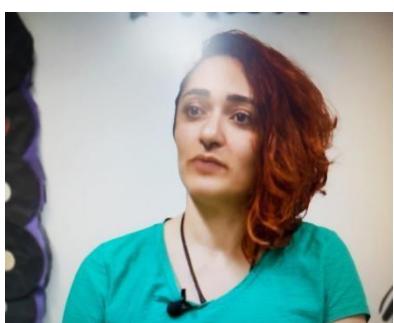
Fica evidente também na pesquisa que os eventos Semana Preta e Semana Indígena e o NEABI, procura iniciar uma desconstrução do racismo

entendendo que é um processo contínuo e desafiador que requer esforço constante. Não é algo que possa ser feito de forma rápida e isolada, mas é fundamental para criar uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, onde todas as pessoas, independentemente de sua raça, tenham oportunidades e tratamento equitativos.

Sabendo que o racismo estrutural é evidente no IFBA-campus Seabra, que se dar desde o processo de seleção na cobrança de documentos (partes burocráticas) para a efetivção da matrícula, como também na fila do almoço, na formação de grupos para desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, o isolamento na sala de aula, na participação nos projetos de pesquisa e extensão. Ficou perceptível na pesquisa através das fala dos entrevistados que a instituição vem procurando mudar este cenário. Através da realização dos eventos semana preta e semana indígena ,enquanto espaço de formação ,visibilização e experiências educativas de :(re) resistência. Vejam algumas falas que reforçam essa mudança:.



“o que eu observo principalmente a partir das aulas de história ,eu acho que é a reconstrução do que é identidade indígena no Brasil. Eu acho que os estudantes eles passam aa perceber a pessoa indígena e não mais o índio.Eu acho que essa é o grande legado assim das semanas indígenas, ele consegue diferenciar esse esse índio que é genérico, que foi criado pelo colonizador e essa pessoa indígena que tem uma identidade, que faz parte de uma comunidade, que tem uma trajetória, que tem um costume,um modo de ser, um modo de ver o mundo”(Eliana.Docente.p1)



“recordo muito especificamente de uma fala de um aluno surdo, que ele, enquanto uma pessoa negra, ele passou a entender quando ele participou do evento né que ele era uma pessoa negra e que ele sofria determinado a situação o que depois ele veio saber que era racismo justamente por ter participado de uma semana preta e ter identificado e aí ele chegou para mim e falou assim Ah então quer dizer que quando o policial me parou daquela vez foi porque isso foi racismo aí disse é exatamente isso então ele pela a semana preta né pelo que foi trazida os debates expulsões uma pessoa surda que não tinha conhecimento do que é o racismo uma coisa que ele sofre todo dia ele veio entender e ver de fato identificar aquilo né como preconceito”



“passaram né como eu falei a identificar se como uma pessoa preta a compreender muitas coisas que eles não comprendiam pela falta de informação e a se posicionar também quando eles identificavam coisas que não eram corretas exatamente porque tinha um cunho racista ali dentro né eles passaram a identificar isso é importante porque eles passaram também a criar sua própria identidade a construir né

a continuar essa construção da própria identidade enquanto uma pessoa negra mas também enquanto a pessoa surda que é negro né que passa por diversos outras questões no dia dia por ser uma pessoa com deficiência e essa construção dessa identidade é muito importante que a gente passa a se reconhecer né". (Jussiara.Docente.p.3)

A fala da entrevistada Jessica reforça o quanto os eventos Semana Preta e Semana Indígenas são importantes no enfrentamento ao racismo como também a unidade de sentido inclusão, em especial os alunos PCDS,.Sabemos que a inclusão social e a acessibilidade é a ponte que permite a participação plena e igualitária, e a proteção é o escudo que salvaguarda os direitos e a dignidade das pessoas. Com isso os eventos da a devida importância de se promover a inclusão em todas as esferas da sociedade, destacando os obstáculos que precisam ser superados. Além disso, procura mostrar a acessibilidade como marco ético e legal para garantir a segurança e os direitos das pessoas, especialmente aquelas que apresentam algum tipo de deficiência, seja ela física, mental, sensorial ou intelectual.

Voltando para as unidade de sentido através do noema apropriações pessoais , destaco a unidade “Empoderamento”, mesmo que tenhamos vários tipos de empoderamento(cognitivo,psicológico,político e econômico), mais por estarmos realizando anualmente esse eventos Semana Preta e Semana Indígena , e percebendo que essa unidade repercute não só dentro da instituição mas a nível geral no pais, sobre a situação de vulnerabilidade da mulher, feminicídio e outros aspectos, as nuances destacadas nas entrevistas remetem ao empoderamento “feminino”. que tem ganhado destaque no Brasil nas últimas décadas, promovendo a igualdade de gênero e empoderando mulheres em diversas esferas da sociedade sendo fundamental para combater a desigualdade de gênero e promover a equidadeem todas as áreas da vida, incluindo o mercado de trabalho, a política, a educação e a cultura,sendo também importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Vejam algumas falas da entrevistada na pesquisa em dois momentos que remetem a essa condição:



“No ano que eu cheguei aqui, eu fui no ano seguinte. O tema foi. Empoderamento crespo né o título era vixi encrespou. Que assim fizemos uma arte linda com todos os estudantes, né? E aí, todos os estudantes, cada um exibindo um black mais lindo do que o outro e também as minas com suas tranças. Enfim, foi um

momento onde. É, e além da dimensão da autoestima, foi uma reivindicação. De uma dignidade que é do campo da estética. Então assim, meu corpo ele existe e eu estou reivindicando esse lugar. Dele nesse espaço enquanto instituição, mas também no mundo, né”(Joyce,Tecnica .p.3)



“Eu consigo perceber algumas. Modificações, né? Por exemplo, tem uma coisa engraçada aqui, não agora, né? Mas antes, quando a gente via muitas via, meninos com cabelo é black e ou enfim, ou com muita ou com tranço adotando um estética. É, mas dessa subalternidade, né? Sempre as pessoas diziam á é aluno e se bem isso, para mim sempre foi motivo de orgulho, né? Então, essa colonização dos corpos, né? Eu acho que o que a gente fez aqui continua fazendo. Possibilita uma Liberdade, uma Liberdade que a gente precisa reivindicar, que nos foi negada por muito tempo.”

Na relato dessa entrevistada , fica claro que os eventos , semana preta e semana indígena , procura alavancar essa temática, principalmente com relação ao tipode cabelo ,nesse sentido o cabelo crespo,usando como estética o black. Nos últimos anos, houve avanços significativos no empoderamento feminino no Brasil. A conscientização sobre a importância da igualdade de gênero tem aumentado, resultando em mudanças políticas e sociais positivas.

Na fala da entrevistada Joene Xavier, reforça ainda mais o compromisso que os eventos Semana Preta e Semana Indígena possuem com relação ao empoderamento das mulheres.



“a gente tá de dentro, a gente ta como, palestrantes, como primeiras pessoas. antes a gente via assim as outras pessoas ocupando aquele espaço que a gente teria vontade de ocupar, mas ah, eu mesma quando meconvidaram pra participar, eu falei“ah eu não quero participar não, que eu não sei.”, mas aí eles falaram “O evento é vocês, que vão fazer o evento”. Então ali, é, foi um momento ali de reunião, de troca de conhecimento organização que até eu participei da organização, de toda estrutura, era organização, quem era o responsável pela oficina, quem era o responsável pelo café e ali, aquilo ali, talvez tem gente que acha que “ah só tô fazendo aquelas funções, e nada mais”. Mas ali pra gente que é da zona rural, e quer ser valorizado, e quer ser reconhecido, a gente se sente muito feliz, muito feliz.”(Joene.Discente..E 6.p.2)

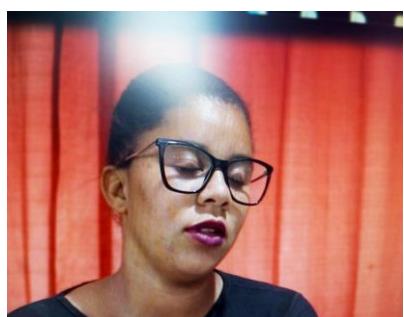
No entanto, ainda existem desafios significativos a serem enfrentados no caminho para o pleno empoderamento feminino no Brasil. A disparidade salarial entre homens e mulheres persiste em muitos setores. A violência de gênero

continua sendo uma questão alarmante, afetando a vida de inúmeras mulheres no país. Estereótipos degênero prejudiciais e preconceitos de raça ainda influenciam a forma como as mulheres são tratadas na sociedade (Bezerra, 2012; Tavares, 2018).

A chave para o empoderamento atuantes reside no empoderamento coletivo. Quanto mais mulheres forem capacitadas psicológica, política e economicamente, maior será a probabilidade de igualdade de gênero. Esta igualdade manifestar-se-á na igualdade de oportunidades para todos, incluindo a garantia de saúde, segurança e liberdade em situações de violência, bem como o controlo total sobre a própria vida.

Fazendo agora uma análise da unidade de sentido “espaço de formação” afala das entrevistadas caracteriza que os eventos Semana Preta e Semana Indígena como “espaço de formação” pode ser entendido como um ambiente ou contexto onde ocorre o processo de aprendizagem e desenvolvimento de indivíduos e que promova a aquisição de conhecimento, habilidades e valores, além de estimular o crescimento pessoal e profissional. .

Durante as análise das noesis , o noema que mais teve uma relação direta com os eventos .foi a unidade de sentido “espaço de formação”, pois muitas das fala destacadas nas entrevistadas traziam essa característica :



“é um espaço que é muito importante, muito importante no IFBA porque às vezes a gente precisa de um momento assim de troca, lá mesmo tem, existe, que às vezes eles trazem oficinas de trançista, e ali, pra muitas pessoas, que tipo, ta numa transição capilar, no cabelo, ali já traz uma força assim pra pessoa né porque a gente vê muitos relatos, principalmente das trançistas né como que é no meio do mundo, viver com várias questões da pessoa não se aceitar do jeito que é, então no IFBA, as oficinas, são uma coisa necessária, e são pessoas que vem de fora, vem pessoas de fora mesmo, e eu acho muito importante”.(Joene,Discente Quilombola .E6.p.1)



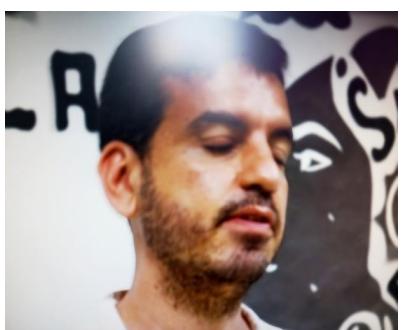
“O evento ele é para informação e divulgação também e exposição da arte também Então é um evento importante que aborda questões atuais sobre o racismo e vem sempre atualizando. Então é um evento para a comunidade como um todo importante de ter a participação de pais, alunos, funcionário, quem quiser participar pra poder se informar e conhecer e entender o racismo na sociedade”(Jussiara,Discente Quilombola.E4.p.3)



"eventos como esse aconteçam cada vez mais são muito importantes pra formação do cidadão crítico, né Que ele do sujeito crítico aí que consegue absorver toda essa, todas essas eh culturas e se reconhecer nesse lugar defala, ter esse pertencimento, né Da sua cultura, das suas raízes, né E ter esse reencontro com a sua pluralidade, né Dentro desse ser que é singular, mas é plura" (Sisnando.Egresso.E2.p.6)



"mas também um processo formativo muito intenso pra tanto aspessoas que estão na organização, como para as pessoas que vão assistir, sejam pessoas do campus ou pessoas de fora e quem participa da semana preta sempre fica com algumalembança de aprendizagem ou mesmo momentos de partilha momentos eh também de diversão é um evento que ele não temesse caráter apenas festivo mas tem um caráter formativo que é muito maior e é um evento que anualmente a gente espera que aconteça a gente torce muito pra que cada vez mais ele se fortaleça porque a gente sabe que existem as barreiras, as dificuldades financeiras eh que toda educação né Veio sofrendo nos últimos anos mas que eventos que são importantíssimosque dão também uma projeção pro campo Seabra eh e pros nossos estudantes são momentos riquíssimos de aprendizado então a mensagem é de torcer pra que a Semana Preta sempre se fortaleceae esteja sempre presente aqui no campo Seabra e em outros camping também"(Renata, docente E3.p.4)



"Que são a luta que é a luta antirracista, né, E o fortalecimento da da luta é afro-brasileira em relação a firmação identitária, né, o fortalecimento da cultura, por políticas públicas de restrição, né, redistribuição, redistributivas mas cada semana também tem sua identidadeprópria, né, então é geralmente a gente é parte de um fio é condutor." (Azamor,Docente.E11.p.2)

Nas falas dos(as) entrevistados assegura a relação que os eventos semana preta e semana indígena são espaço formativo que envolve várias questões do processo ensino aprendizagem como: diálogo, currículo, interação, oficinas, políticas públicas , cultura, discussão, associação teoria e prática, ambiente escolar. Fica entendido que dentro desse espaços de formação mediados pelo contexto ensino, pesquisa e extensão e pela articulação do conhecimento com as trajetórias históricas e sociais dos sujeitos do conhecimento,e que se este encontro for

realizado de forma ativa, será propício à formação da autonomia e ao progresso da aprendizagem sistemática. Os caminhos oferecidos pela instituição a torna uma instância mediadora da formação permanente ao longo da carreira dos envolvidos no processo que compreende a comunidade escolar (aqui alunos, pais, professores, equipe docente, gestão, e a comunidade externa). Podemos, portanto, enfatizar a organização cotidiana das práticas de convivência, das atitudes, dos objetivos e das ações cotidianas na busca de uma sociedade igualitária e equitativa, com a participação de todos envolvidos no processo, pois de acordo com Paulo Freire 1987:

{...} “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.” (Freire 1987.p.1)

Observe que as questões e características apresentadas acima vão ao encontro com a concepção de Paulo Freire, sobre o “espaço de formação”, onde o diálogo é fundamental. Na concepção da palavra “dialogo” Segundo Paulo Freire 1987, cita que:

“O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum. Não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo. Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistem em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção.”(Freire,1987,p.14).

Voltando para a compreensão de espaço de formação, pois discutir a “formação” nos faz refletir sobre os diferentes espaços que circunda e acontece, e nos leva a compreender o alcance das escolas como locais de formação eterno. Como instituição, a escola é uma comunidade onde todos precisam se unir para atingir objetivos comuns, pergunta-se: que tipo de cidadãos serão formados, quem os aprendizados, atitudes e valores que compõem a instituição se desenvolverão em conjunto? Sendo assim é necessário entender que a formação

dentro da conceção Paulo Freire vai muito além da formação familiar, pois de acordo com Freire 1975:

"Uma coisa é a "formação" que dão a seus filhotes os sabiás cujo canto e boniteza me encantam, saltitantes, na folhagem verde das jaboticabeiras que temos em frente à nossa biblioteca e outra é o cuidado, o desvelo, a preocupação que transcende o instinto, com que os pais humanos se dedicam ou não aos filhos. O ser "aberto" em que nos tornamos, a existência que in-ventamos, a linguagem que socialmente produzimos, a história que fazemos e que nos faz, a cultura, a curiosidade, a indagação, a complexidade da vida social, as incertezas, o ritmo dinâmico de que a rotina faz parte mas a que não o reduz, a consciência do mundo que tem neste um não eu e a de si como eu constituindo-se na relação contraditória com a objetividade, o "ser programado para aprender", condicionado mas não determinado, a imaginação, os desejos, os medos, as fantasias, a atração pelo mistério, tudo isso nos insere, como seres educáveis, no processo permanente de busca de que falei. O que eu quero dizer é que a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou, ao longo da aventura no mundo dos seres humanos uma conotação de sua natureza, gestando-se na história, como a vocação para a humanização"(Paulo Freire 1975, p.12)

Corroborando com o entendimento de Paulo Freire, Imbernón (2010,p.43,apud Coelho,Santos ,Malta, Araujo 2020) cita que:

{...} "Uma formação não apenas em noções ou disciplinas, o que podemos chamar de "conhecimento objetivo", embora esse termo não seja completamente certo, mas, sim, uma formação em um maior "conhecimento subjetivo": autoconceito, conflito, conhecimento de si, comunicação, dinâmica de grupos, processos de tomadas de decisões coletivas, etc. A formação e a reflexão sobre os aspectos éticos, relacionais, colegiais, atitudinais e emocionais" Imbernón (2010,p.43, apud Coelho,Santos,Malta,Araujo 2020)

Sendo assim, a pesquisa mostra que esse espaço proposto por Paulo Freire,tem uma relação direta com os eventos realizados pelo campus Seabra, Semana Preta e Semana Indígena a relação com os noemas identificados nas entrevistas e suas reverberações associando as noesis.

Ainda nas analyses da entrevistas através do processo de redução eidética foi possível destacar também as unidades de sentido "legado e Memória " associado

a cultura, e para um melhor esclarecimento foi necessário entender este conceito, pois de acordo com Freire (1994, p.31 e 56), “cultura é tudo o que é criado pelo homem.” E são culturais “todos os produtos que resultam da atividade do homem.” Dentro dessa visão os eventos semana preta e semana indígena são segundo a entrevistada Joyce Holanda- (técnica em Laboratório) “Patrimônio imaterial do IFBA” e legado cultural. Partindo agora para associar as noesis , que deram referencia as unidades de sentido “legado e Memória”.os eventos deixar isso registrados nas falas das entrevistadas:



Então a semente nós temos é preocupação em guardá-las. Entãotemos semente que tem muito tempo já estamos o quê? Naséntima geração e temos semente desde então que a gente vem guardando. é um preparo todo que a gente a gente tem pra tá guardando com os conhecimento dos nossos pais, avós é teve épocas que quando o nosso povo ainda vivia de vida nomade É tinha sementes que ela precisa levar também então0 era plantadas em balaios quando precisava sair, mudar de lugar ou outro a gente colocava esse balao na cabeça e levava essa semente e foi assim que a gente conseguiu preservar algumas é e temos até hoje temos com a gente.(Hildete. RepresentanteIndigena ,E8.p2)

Refletido sobre a fala da entrevistada sobre o processo de conservação das sementes, este legado cultural transcende o tempo e o espaço, englobando os valores, pensando, práticas e tradições que uma comunidade ou sociedade passa de uma geração para a próxima. Trata-se de uma herança preciosa que molda a identidade cultural de um povo. Reforçando a fala da entrevistada citada acima, a egressa quilombola cita que:



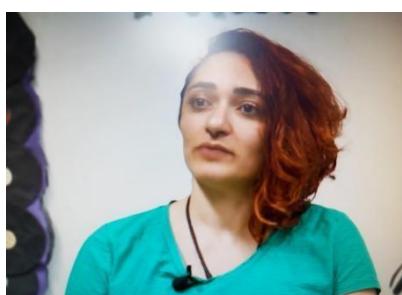
Na minha comunidade mesmo, lá tem o Boi de Mariahá, que é a cultura, então a gente já foi chamado para vir, algumas vezes não deram para vir, mas quando deu, a vez que a gente veio.{...} o Boi de Marhá, então assim, como a comunidade é bem unida, todo mundo assim, quando tem uma questão de apresentação, se não tiver algum imprevisto, a comunidade está de braços abertos para abraçar todas as oportunidades, porque não é só para a gente vir a apresentar, para a gente que é da comunidade de Morro Redondo, para a gente ali é gratificante, porque a cultura é o que a comunidade abraça, é a cultura, porque sem a cultura(Joene.Discente Quilombola.,E6.p 2.3)

A fala da entrevistada remete a dois desafios ,quando fala da questão da locomoção ou logística esse é um dos principais entraves que a instituição enfrenta com relação a logística para trazer a comunidade até o campus, e também o desafios que as culturas enfrentam na era moderna, marcada pelas mudanças rápidas e globalização.Fica evidente também na pesquisa que a preservação do legado cultural é essencial para manter a diversidade e a riqueza das tradições humanas. Assim como permite que uma sociedade mantenha viva a memória de suas origens e história. Isso ajuda a fortalecer a coesão social e a identidade cultural.. Com isso, o fortalecimento da Identidade é um elemento central na formação da identidade de um povo. Ele fornece uma base sólida para que as pessoas se considerem parte de uma comunidade cultural.

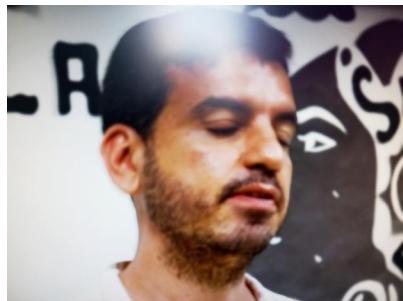
Não se pode falar de legado cultural sem associar a unidade de sentido “memória”, de acordo com (ALINE; DENISE.2015) cita que:

“a memoria faz de nos aquilo que somos e podemos vir a ser, pois cada lembrança recordada ou esquecia faz com que sejamos sujeitos únicos, uma vez que, para duas pessoas , vivenciando a mesma situação., a forma como este momento ser armazenado será distintas, levando a ponto de vistas diferente , que por sua vez, trarao recordações difetentes”(Revista Liberato,Novo Hamburgo,V16.Nº26,p101-220,jul/dez.2015).

A pesquisa procura deixar claro que não haverá um aprofundamento no conceito de memória,o objetivo é mostrar que as noesis identificadas nas entrevistas, construíram a unidade de sentido.”memórias” retratando apenas as lembranças segue abaixo os trechos das entrevistas .



“Inclusive nesses eventos, eu sempre estava ali naquela parte da acessibilidade cuidando para que as pessoas com deficiência né? E também as pessoas surdas que são estudantes aqui do IFBA tenham a participação plena nessas atividades, oficinas, nas palestras e que elas possam realmente compreender, né? E chegar até elas toda essa informação que os eventos trazem”.(Jessica,Docente. E5.p.1)



"Lembro eu assistindo por exemplo a palestra de Nelson Macca, né, que foi uma palestra com música e palestra ao mesmo tempo, né, onde ele junto com o professor Fabrício que é do IFBA não lembro o campus, né, mas que é do IFBA também, que também tem uma pesquisa sobre música, né, e aí foi uma palestra muito é eu lembro, cheguei no auditório uma palestra de um público, a plateia se se envolveu muito, ne a música contagiou muito o público, né, Então foi a primeira vez que eu estava ali tendo contato com a Semana Preta"(Azamor .E11.P.1)

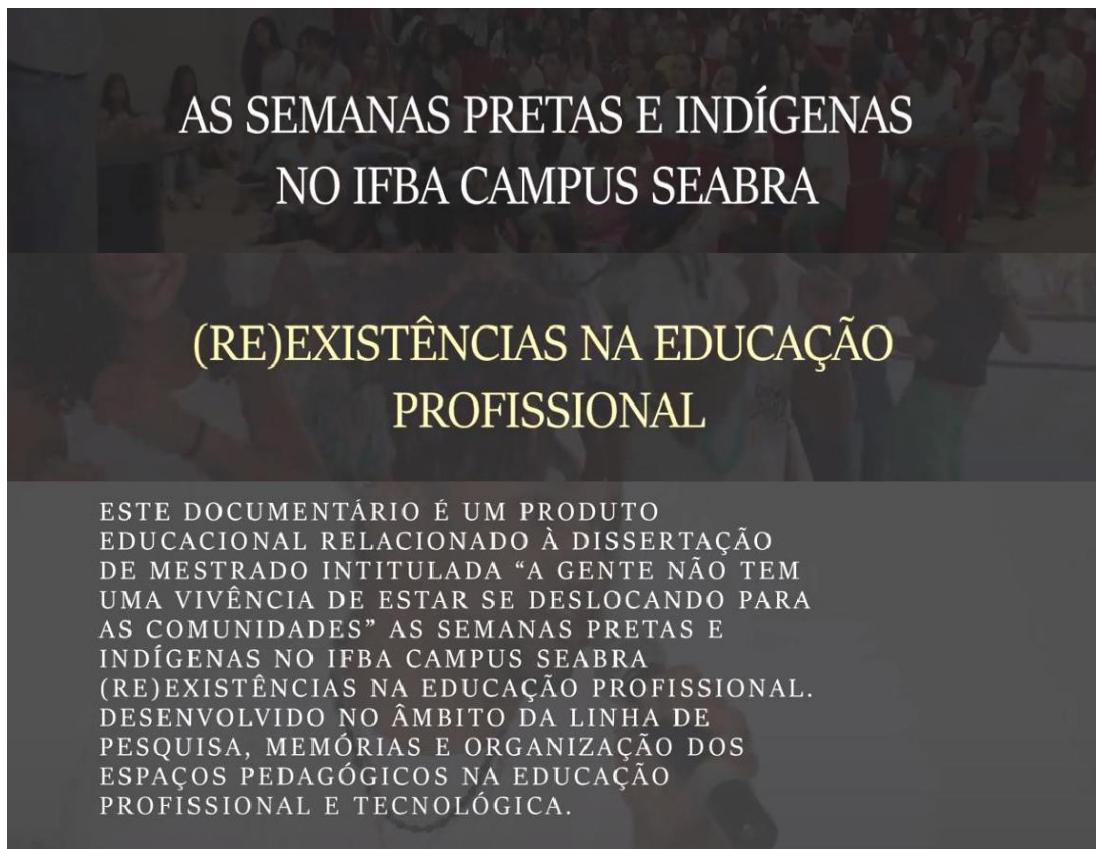
Observa-se que as falas na entrevistas corrobora com citação feita por (ALINE;DENISE.2015), levando a pontos de vistas diferentes , que por sua vez, trarão recordações diferentes.

6. CAPITULO SEXTO - PREÂMBULO

O documentário “**A gente não tem uma vivência de esta se deslocando para as comunidades” As Semanas Pretas e Indígenas do IFBA Campus Seabra: (Re)existência na Educação Profissional**”, a ideia de realização deste documentário foi um desafio para mim e meu orientador, pois a própria temática causava uma inquietação com relação ao produto educacional, o que construir? Eis que surge a ideia de fazermos um documentário que mostrasse as reflexões dos participantes do eventos Semana Preta e Semana Indígena e o NEABI enquanto espaço de formação, ambiente, tempo e lugar pedagógico.

O Filme: Documentário

Figura 29-Título do Documentário



ESTE DOCUMENTÁRIO É UM PRODUTO EDUCACIONAL RELACIONADO À DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTITULADA “A GENTE NÃO TEM UMA VIVÊNCIA DE ESTAR SE DESLOCANDO PARA AS COMUNIDADES” AS SEMANAS PRETAS E INDÍGENAS NO IFBA CAMPUS SEABRA (RE)EXISTÊNCIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DA LINHA DE PESQUISA, MEMÓRIAS E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.

Fonte: Link de acesso

<https://youtube/CkJA0J42bV8?si=Ltl7GLZ3iRQOJQku>

6.1 A PRODUÇÃO DO FILME DOCUMENTÁRIO

A origem e o percurso da elaboração do produto técnico e tecnológico chamado documentário e entendendo que de acordo com Programa de Mestrado em Educação Geral Profissional e Tecnológico em Rede Nacional (BRASIL, 2018), onde descreve em seu Art. 2º: “o programa visa proporcionar educação e formação técnica profissional, com o objetivo de produção de conhecimento e desenvolvimento de produtos por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado”.

Ainda de acordo com o parágrafo único de seu Artigo 15º.

“O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em um produto educacional que possui aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação ou artigo, de acordo com decisão da Comissão Acadêmica Local”.(BRASIL, 2018),

Com a ideia mais ou menos já formulada de como seria o produto educacional, parti para a jornada procurando associar a tríade: projeto, trabalho, família , sempre fazendo um rodízio de prioridade entre a tríade. O tempo foi passando e ainda não tínhamos um esboço real de como seria o produto educacional documentário, o projeto foi submetido ao CONEP / Plataforma Brasil, neste intervalo entre a submissão e aprovação, foram realizados os procedimento deanálise dos documentos (portarias, ofícios e memorandos) que fundamentaram a seleção dos participantes e construindo os critérios de inclusão e exclusão. e por fim a lista definitiva dos participantes .

Com a aprovação do projeto no comitê de ética , e com os 18 participantes já selecionados , dei inicio a confecção de convites, mas um problema ainda perdurava, onde realizar as entrevistas? foram pensadas várias opções que facilitasse o acesso de todos os envolvidos, e percebendo que em sua maioria os participantes eram do campus e por se tratar de temáticas que envolviam os afrobrasileiros e indígenas ,foi decidido que o local seria no próprio campus e que seria usado a sala do NEABI. foi enviado o ofício de solicitação do espaço a DG do campus,que automaticamente autoriza.

Em seguida montei um cenário na sala do NEABI, aproveitando os materiais que foram utilizados em eventos anteriores. e contratei uma empresa de uma aluno egresso do curso de informática para formatação do produto educacional documentário, neste período os convites foram entregues, e todos confirmaram., durante o percurso de realização das entrevistas, tivemos a desistência de 4 participantes com justificativas., na realização das mesmas todos os procedimentos foram tomados conforme o comitê de ética solicita, pois estávamos envolvendo seres humanos . Após a finalização das entrevistas, solicitei ao pessoal da produção os áudios das mesmas, pois eles seriam através das transcrições a peça fundamental para a escrita final do projeto.

O desenvolvimento da pesquisa transcorria normalmente, e o meu tempo agora era dedicado também a orientação da pessoa responsável pelo documentário no sentido de consultor, ah isso ta bom , ta ruim ,tira esse imagem coloca, tira esse áudio e coloca outro e etc. No decorrer de todo esse processo fui compreendendo o conceito de produto educacional como objetivo final da pesquisa, que é produzir um documentário contemplando as reflexões realizadas pelos

sujeitos envolvidos nas Semanas Preta e Indígenas, destacando esses eventos enquanto espaços, de diálogos e interações pedagógicas com a Educação Profissional e Tecnológica. Minha intenção era construir algo a partir do processo de investigação, que esse eventos e os demais, possam ser vistos enquanto espaços de formação ,visibilidade e experiências educativas na educação profissional e tecnológica.. Uma vez que eu fiquei interessado em entender os efeitos do processo de formação após realização dos eventos..

Como foi transcrito no projeto de pesquisa a elaboração/ideia de um produto que pudesse ser compartilhado com outros, especialmente a todos discentes, docentes,comunidade externa e demais servidores da rede IFBaiano e IFBA . Assim,o produto educacional foi concebido com o objetivo específico baseado nas experiências e reflexões dos participantes. Evidenciando assim que o processo ensino e aprendizagem não se resumem às quatro paredes e nem tão pouco só na escola que a educação emerge também através da realização de eventos, e possa ser visto como um processo formativo num duplo movimento: a constituição dos sujeitos enquanto indivíduo, como também a formação de um sujeito social, capaz de respeito, socializar-se, passando a refletir sobre as políticas públicas voltadas para as ações afirmativas respaldadas nas leis 10.639/03, 11.645/08, 11.288/10 , 12.711/2012 e outras leis votadas

para os grupos minoritário.

O compartilhamento desse

produto educacional com essas reflexões e experiências será também disponibilizado no Youtube para que as pessoas tenham acesso, estará disponibilizado também na(educapes.capes.gov.br) e outras tecnologias digitais.

É importante destacar que o roteiro foi desenvolvido somente após a transcrição das entrevistas,o foco estava na exploração das reflexões levantadas pelos entrevistados.O filme é estruturado em 4 eixos, além da abertura, os eixos estão relacionados aos noemas, às unidades de significado e às essências. A trilha sonora de abertura traz a musica na “Minha Pele” de autoria do de um aluno egresso do campus Jonh Belik.

Em resumo o documentário tem uma duração de 38 minutos e 14 segundos. O título, que também faz parte deste trabalho e se origina das observações da discente Quilombola Joene Xavier e da professora Eliana Evangelista , onde em suas falas remete a cobrança de que a instituição também precisaria ir às comunidades. Ao revisitar esse material, sinto uma profunda

conexão com as palavras da aluna Jussiara Pinto, representante da comunidade Quilombola Serra do Queimadão, citadas na epígrafe, quando se refere ao processo de “desconstrução:



“pra mim foi um momento de desconstrução daquilo que eu achava que era certo ou errado,e perceber que existia segregação, existia o racismo mesmo e entender também eh como isso nos afeta, nos adoece,e compreender também que é muito grande complexo porque eram poucas as discussões que agente tinha em sala de aula aonde tudo terminava como somos todos iguais e tem que respeitar era o certo né? Mas é muito mais complexo que isso entender o racismo da forma como ele se comporta e como ele foi sendo construído ao longo da sociedade. É muito mais complexo pra quem já entende e pra quem não entende é muito mais complexo ainda porque aí a gente vai descontruindo alguns alguns paradigmas, algumas questões e se colocar no lugar que um dia também já foi opressor como não se conhece a gente acaba oprimindo nós mesmos” (Jussiara,Discente representante quilombola)

Essa conexão é evidenciada através das relações, fatos e acontecimentos que nós povo preto sentimos no nosso dia a dia , e que permanecemos em um processo histórico de enfrentamento e empoderamento principalmente nas questões étnicos raciais .

6.2 Como se deu o processo de avaliação do Produto Educacional (documentário) na evento “X Semana Preta do IFBA- Campus Seabra.

Figura 30-Logomarca da X Semana Preta do IFBA-Campus Seabra



Fonte: Setor de Comunicação (arquivo do campus) acessado em 27/12/2023

Por fazer parte da comissão organizadora do evento foi solicitado em reunião da comissão a cessão de um espaço na programação do evento para que pudesse realizar a avaliação do produto educacional (documentário) conforme o regulamento proposto pelo PROFEP. O documentário tem uma duração de 38 minutos e 27 segundos, em que busca *interpretar como a Semana Preta e a Semana Indígena constituem como espaço pedagógico e de formação contribuem na Educação Profissional e Tecnológica no IFBA Campus Seabra*, a sua apresentação foi agendada para o dia 28/11 no auditório do IFBA no período vespertino dentro da programação do evento. O evento X Semana Preta “na encruzilhadas do reencantamento”, teve participação dos discentes, docentes, técnicos administrativos e comunidade externa. Para a avaliação foi proposto junto com orientador da pesquisa a elaboração de um formulário contendo questão que indicasse a aceitação ou não se produto teria aplicabilidade nas instituições de ensino Federal, Estadual e Municipal. O acesso ao formulário de avaliação online foi via utilização do QR Code ou via link:

https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQWXM/edit, composto por 6(seis) perguntas objetivas, para facilitar no processo de avaliação, a distribuição impressa do QR Code foi realizada por mim e pelos monitores que davam apoio ao evento com a finalidade de agilizar as avaliações, pois o tempo de apresentação e validação do documento não poderia extrapolar

o tempoproposto na programação do evento. Veja nas figuras 31 e 32 as imagem no momento da apresentação do material:

Figura 31 - apresentação do documentário no auditório do campus



Fonte: arquivo pessoal.

Figura 32- apresentação do Documentário no auditório do campus



Fonte: arquivo pessoal.

A imagem disposta na Figura x, abaixo apresenta o modelo do formulário que foi desenvolvido para a avaliação do produto educacional. Para além da visão deles/as sobre o documentário, minha intenção era saber se o mesmo serviria de fato como um produto que ajudaria a pensar sobre os eventos como espaços de formação, viabilização e experiências educativas. Apresento na figura abaixo o modelo do formulário que foi apresentado e os resultados encontrados:

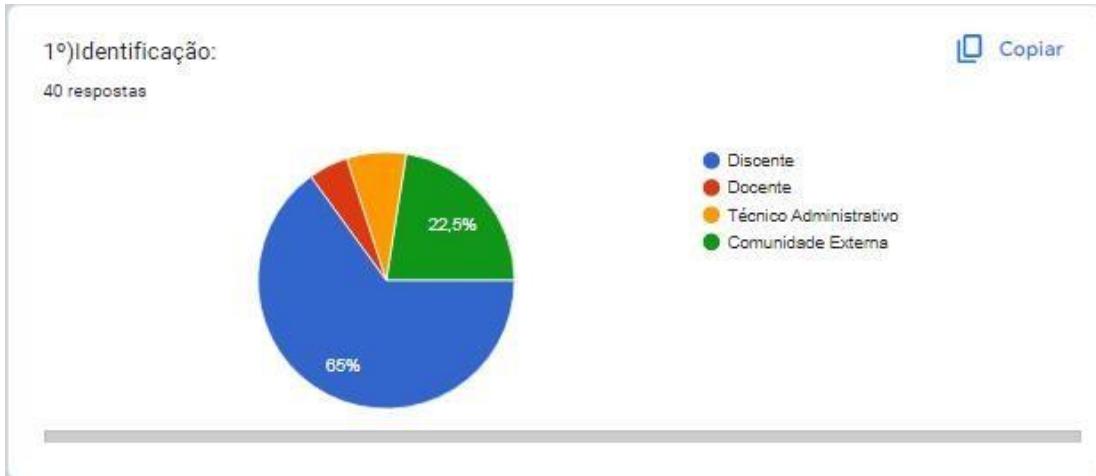
Figura 33 modelo de formulário de avaliação apresentado para o participantes

The screenshot shows a Google Forms survey titled "As semanas PRETAS e INDÍGENA no IFBA, campus Sebra:(Re) existências na Educação Profissional e Tecnológica." The survey is in Portuguese and asks for participants' email addresses. A sidebar on the right contains icons for adding questions, responses, and configurations. The bottom of the screen shows a taskbar with various icons and the system clock indicating 05:45 on 11/01/2024.

Fonte:https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQWXM/edit

Na compilação do formulário observa-se que 40 pessoas responderam via link ou QR Code, e suas identificações foram as seguinte. Veja na figura abaixo:

Figura 34 Gráfico de identificação dos participantes



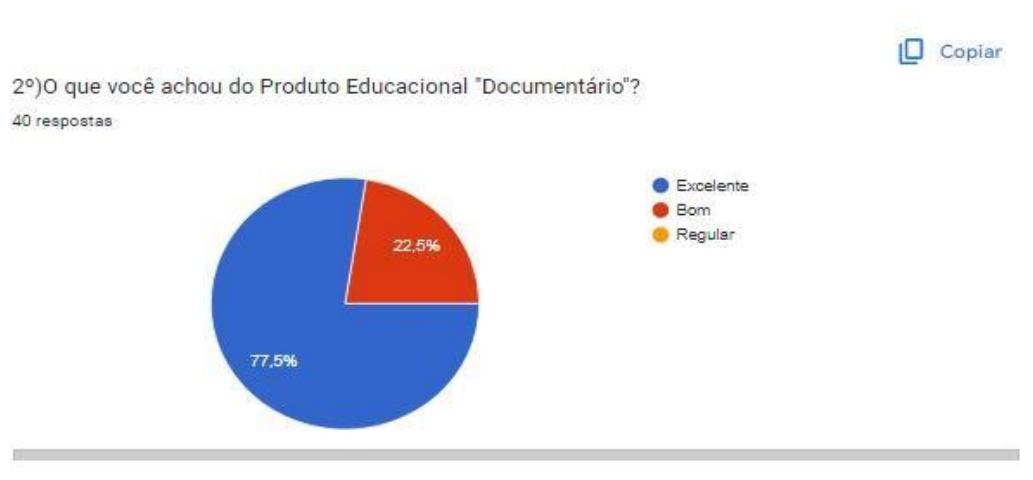
Fonte:https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQWXM/edit

Veja acima que foram preenchidos 40 formulário pelo publico presente e as identificações e percentuais se deram da seguinte forma: 26 alunos responderam o formulário, tonalizando um percentual de 65%, 9 participantes da comunidade externa totalizando um percentual de 22%, foi obtida a resposta de 3 técnicos administrativos que totaliza um percentual de 7,5%,e por fim, apenas 2 docentes

responderam o formulário totalizando um percentual de 5%. Sendo assim, com base nos resultados obtido fica clara a participação efetiva dos discentes e da comunidade externa no evento que foi de fundamental importância para a avaliação do produto educacional, mas fica um questionamento, porque será que tivemos a pouca participação dos docentes no preenchimento do formulário?

Com relação a pergunta “O que você achou do Produto Educacional (documentário)?” das respostas obtidas pelas pessoas que preencheram o formulário 31 delas disseram achar “Excelente” o produto perfazendo um total de 77,5% dos do preenchimento, já 9 pessoas disseram achar “Bom” apresentando um percentual de 22,5%. Sendo assim, fica claro que o material produzido superou as expectativas esperadas. Veja abaixo os resultados obtidos:

Figura 35 - Gráfico o que você achou do produto educacional documentário

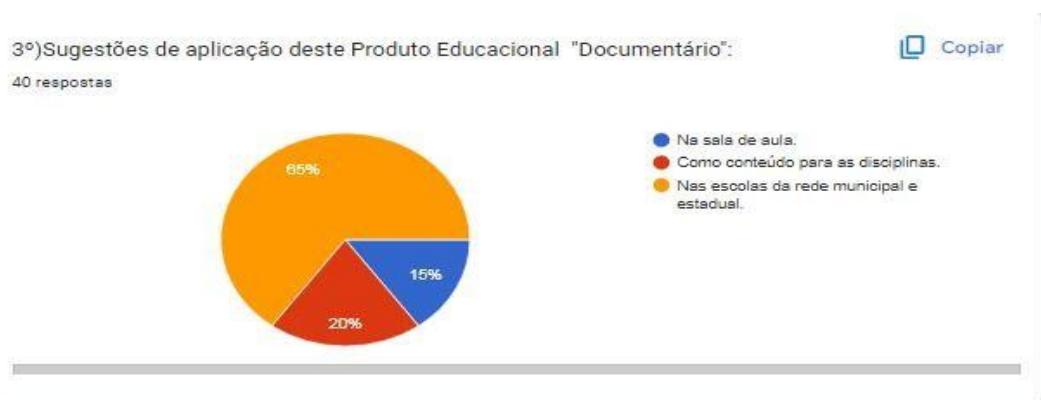


Fonte:https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQ
[WXM/edit](#)

Com relação a pergunta: Sugestões de aplicação deste Produto Educacional “Documentário” o gráfico abaixo apresenta os seguintes dados: 26 participantes disseram que faria a aplicação do documento nas escolas da rede municipal e estadual, e que corresponde a um percentual de 65% que preencheram o formulário, 8 participantes disseram que usaria o documento como conteúdo para as disciplinas apresentando um percentual de 20% do preenchimento, Já 6 participantes responderam que aplicaria o documento na sala de aula, apresentando um percentual de 15%. Fica evidente na apresentação dos dados que o produto educacional produzido terá um aplicabilidade efetiva nos três segmentos, servindo de referência que os eventos são sim espaços formativos .

Veja a figura abaixo que apresenta os dados.

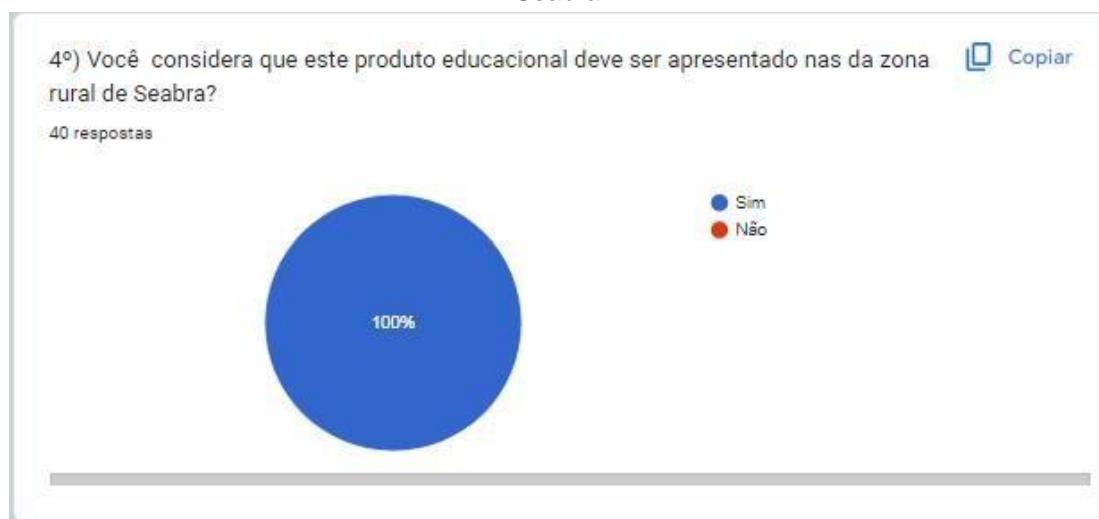
Figura 36- Gráfico sugestões de aplicação deste produto educacional “documentário”



Fonte:https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQWXM/edit

Com relação ao gráfico abaixo que apresenta a seguinte pergunta “Você considera que este produto educacional deve ser apresentado nas escolas de zona rural de Seabra? Das duas opções apresentadas como alternativas entre o “Sim” e “Não”, a resposta “Sim” atingiu o patamar de 100 %, ou seja, avaliadores consideram a efetividade do produto e confirmam que ele deva ser apresentado. Justifica-se a apresentação deste produto nas escolas de zona rural de Seabra, por termos um público discente considerável oriundo desse segmento. Veja o gráfico abaixo que confirma essa aprovação.

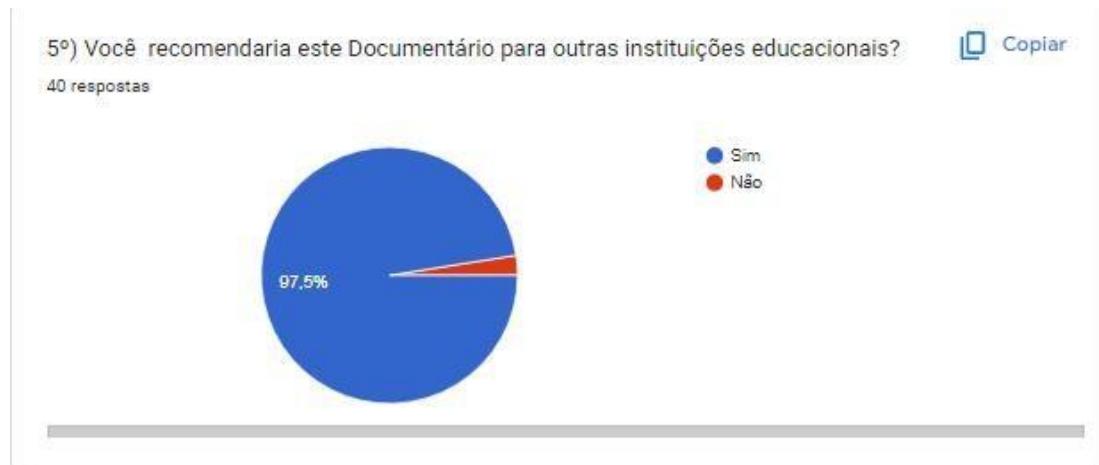
Figura 37 - Gráfico apresentação do produto educacional ‘documentário’ nas escolas da zona rural de Seabra.



Fonte:https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQWXM/edit

Já na apresentação da figura x que traz como pergunta “Você recomendaria este documentário para outras instituições educacionais? O gráfico mostra também que das opções apresentadas como alternativa “Sim” e “Não” prevaleceu como resposta a alternativa “sim” com 39 respostas q corresponde a 97,5%, e 1 resposta “não “ como alternativa que corresponde a 2,5%. Fica claro que o produto educacional “documentário” em consideração as respostas obtidas será recomendado para as instituições educacionais, ratificando a avaliação positiva do produto. Veja figura abaixo.

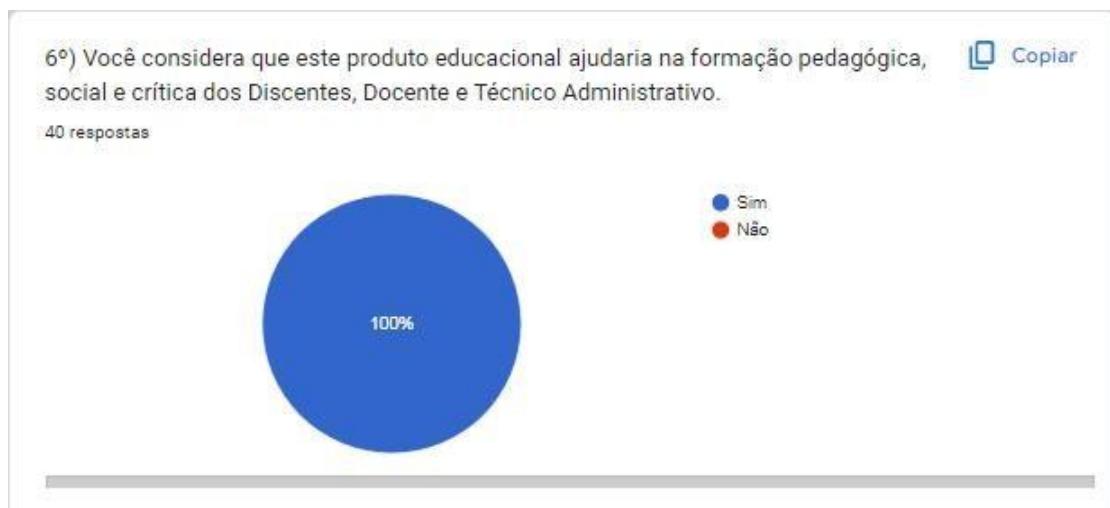
Figura 38 - Grafico de recomendação do documentário para outras instituições educacionais.



Fonte:https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQWXM/edit

Finalizando a apresentação dos dados a figura abaixo representada através do gráfico apresenta a seguinte pergunta “Você considera que este produto educacional ajudaria na formação pedagógica social e critica dos discente, docentes e técnicos administrativos . Esta pergunta obteve um resultado de 100% para o “sim”, ou seja, que os este produto educacional contribui para a formação. Veja a figura abaixo.

Figura 3.9 - Gráfico de “consideração do produto educacional ajudaria na formação pedagógica social e critica dos discente, docentes e técnicos administrativos”



Fonte:https://docs.google.com/forms/d/1eQ6_frb1wDMEZr9NjZ8VRRAV99YEM1eA7e8ps5jQWXM/edit

Na análise geral do processo de avaliação realizada pelos participantes do evento discentes , docentes , técnicos administrativos e comunidade externa, os dados mostram que nos gráficos apresentados o produto educacional “documentário” obteve uma avaliação positiva. Esse documento ficará armazenado no Portal eduCapes. que funcionará como um repositório de objetos educacionais abertos para uso de professores/as e estudantes na educação básica técnica e tecnológica., superior e na pós-graduação: <https://educapes.capes.gov.br/>, , com também será disponibilizado nas escolas da rede municipal e estadual dos municípios que compõe o território da chapada diamantina .

CONSIDERAÇÕES

O Brasil é uma nação rica em diversidade cultural, resultado de sua história complexa e multifacetada. No entanto, essa riqueza muitas vezes foi negligenciada na educação formal, deixando de fora a contribuição fundamental das culturas afro- brasileira, africana e indígena. Para garantir uma educação mais inclusiva e justa, o país promulgou as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

A LEI 10.639/2003 tornou obrigatória o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do Brasil, com foco especial na história do continente africano, na luta contra a escravidão e nas contribuições das populações negras para a formação do país. Em 2008, a Lei 11.645 ampliou esse enfoque ao incluir também a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena nas escolas essas leis representam uma mudança significativa na educação brasileira, reconhecendo a importância de promover a diversidade cultural e étnica do país. Elas têm como objetivo combater o racismo, a discriminação e o preconceito, além de resgatar a história e as tradições das comunidades afro-brasileira, africana e indígena, que durante muito tempo foram marginalizadas e dentro deste contexto que estavam inseridos os eventos Semana Preta e Semana Indígena do IFBA campus Seabra. enquanto espaço de formação, visibilização e experiências educativas, a partir dessa temática que a pesquisa foi desenvolvida.

Considera-se que os espaços escolares através da realização dos eventos precisam ser vistos como locais de compartilhamento e troca de conhecimentos, bem como de formação para a vida .Nesse sentido, torna-se importante a organização de processos coletivos de formação nas escolas, para que surjam novos saberes coletivos, impulsionados principalmente pela realização de eventos organizados e sistemáticos, que facilita experiências individuais e coletivas. Sendo assim, a instituição através da realização dos eventos é entendida como um espaço de formação, geralmente formal, porém, algumas situações de formação ocorrem de forma informal, por não ocorrerem por meio de espaços e ações planejadas, e por não terem caráter intencional,

como quando se considera o bate papo, o dialogo no momento dos intervalos dos eventos garantindo assim a verdadeira formação.

Realizar essa pesquisa enquanto homem preto retinto foi um desafio para mim, sendo um dos servidores mais velhos do campus tendo o privilegio da participar de todas as edições dos eventos tanto a Semana Preta, em sua 10º edição, e a Semana Indígena na sua VI edição, onde esses eventos eram, e ainda são considerado como eventos festivos dentro da instituição, e ter presenciado vários momentos de preconceito e discriminação racial, e principalmente o racismo institucional que se revela dos portões da escola até a sala de aula , e confessar que em alguns momentos fiquei de “braços cruzados” no sentido de não poder fazer alguma ação por conta da burocracia também institucional. Esse é um dos fatores que me levou a desenvolver essa pesquisa e iniciar a escrita do meu texto nas considerações finais, a obrigatoriedade de cumprir as leis deve ser acompanhada por um processo de formação e continuidade, os eventos são os espaços que oferecem essa possibilidade de formação., entretanto a continuidade cabe a quem? se os eventos namaioria das vezes acontecem em dois ou três dias.

Neste sentido, na analise da problemática: Os eventos Semanas Pretas e as Semanas Indígenas são ações afirmativas se constituem como espaços pedagógicos e de formação, mas o que representa nesse campo de disputa política, pedagógica e curricular?. E tendo como objetivo geral *interpretar como a Semana Preta e a Semana Indígena constituem-se como espaço pedagógico e de formação contribuem na Educação Profissional e Tecnológica no IFBA Campus Seabra.*

Fica explicitado e entendido que no desenvolvimento e elaboração dos eventos que foram realizados no campus voltados especificamente para o enfrentamento e empoderamento do publico participante sobre as questões étnicas raciais, tornando-se esses eventos ações afirmativas que se constituem como espaços de formação através da realização de oficinas , palestras, mesa redonda, apresentações culturais e outras atividades pedagógicas de formação crítica para a vida e para o mundo do trabalho. Com pesquisas foi possível observar que o objetivo das ações afirmativas caracterizadas através a partir da realização dos eventos Semana Preta e Semana Indígena, é neutralizar os efeitos da discriminação e da desigualdade vivenciadas pela comunidade acadêmica, mais especificamente aquelas circunscritas aos(as) discentes

quilombolas e indígenas através do racismo. Promovendo um educação de qualidade ede consciênci social fortalecendo a autos estima dos discentes com realização deatividades informativas / formativas no campo das relações raciais, com vista apromoção de equidade e valorização da cultura / história africana e afro-brasileira eindígena, entendendo como as temáticas, abordagens e participação dos sujeitos nas edições das Semanas Preta e Indígena contribuiram para fortalecer os espaços dare(existênci) e formação. Com a produção do documentário com base nas reflexões realizadas pelos sujeitos envolvidos nas Semanas Preta e Indígenas.

O processo de realização das entrevista foi para mim um momento de formação, pois tive o prazer de ouvir cada entrevistado perceber e entender os momentos de angústias, entender o nervosismo por parte de alguns deles, criara ambientação para que se sentissem à vontade., é entrevistado que atrasa, é o pessoal da filmagem que atrasa, é a agenda com os entrevistados que não dá certo mas no final tudo deu certo. As entrevistas e os relatos e as transcrições foram fundamentais na reformulação da nossa compreensão sobre os eventos que são vistos como festivos. Os princípios fenomenológicos que adotamos neste trabalho foram essenciais para abordar as questões centrais desta investigação. Os docentes ,discentes ,técnicos administrativos e representante da sociedade civil,foram figuras centrais em nossas análises..Esse método até então desconhecido pra mim, proporcionou entender que por trás da fala de cada entrevistado existe um noema , uma noesis , uma unidade de sentido que reverbera na formação do cidadão.

As análise das reflexões através das transcrições dos entrevistados que participaram da pesquisa têm demonstrado que,os eventos Semana Preta e Semana Indígena são sim espaços de formação, visibilização e experiencião educacional, mesmo que o IFBA Campus Seabra, desempenhe um pape fundamental no contexto das relações sociais de produção, é no campo da formação que a instituição através da realização do seus eventos Semana Preta e Semana Indígena vistos com essa características pode contribuir também para a formação humana, que está intimamente ligada a consciênci critica dos indivíduos.

Um projeto educacional que se integra e se compromete socialmente com a formação de seu público participante: docentes, discentes, Técnicos Administrativos, e comunidade externa através da realização de eventos voltados para formação crítica, ética e social, pode abrir caminho para processos formativos

mais libertadores, que promovam o desenvolvimento social, econômico, profissional e acadêmico dos sujeitos. Além disso, pode fomentar a liberdade criativa, tanto intelectual quanto prática, na maneira como os sujeitos se relacionam através da construção do conhecimento.. Sendo assim, O documentário contribuiu para a minha formação critica e social e a do publico participante mostrando que os eventos podem sim se configurar como espaços de formação, visibilização, experiência educativa, torna-se uma oportunidade de reflexão para cada participante sobre as questões étnicos raciais.

Deixo aqui para os futuros pesquisadores como aprofundamento e reflexão de que os eventos que são realizados dentro do âmbito académico ou fora dela voltados para a área educacional, são sim espaços formativos e informativos na construção do conhecimento como cita Brandão, 2007,p.7 apud Jusus, Macedo, Cajaiba 2021.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: Para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar, para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação. [...] não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática (Brandão, 2007,p.7 apud Jesus, Macedo, Cajaiba 2021)

Deixo aqui registrado que a rede federal de educação , especificamente o IFBaiano e o IFBA podem dentro das suas possibilidades fomentar mais esse eventos voltados para os grupos subalternizados, como também a Fomentação dos NEABI.

POSFÁCIO

Se você leu com atenção o texto de Robson, saberá que ele não fala de minorias. Fala de potências, de forças, de lutas. Os espaços públicos se tornam coerentes quando todos e todas desejam e estão ocupando, inteiramente, o seu lugar. Lugar de indígena e de quilombola não é, apenas, nos festejos. Fica nítido quetodos desejam protagonismo e isso não exclui, inclui a todos e todas que por direito, possuem lugar.

Como homem negro e ciente de seu lugar na história, Robson toma para si o seu lugar. Brigou por ele. E ao acessar o posto que desejava, quis ser mediação. Podem perceber na leitura que seu lugar é de mestre de cerimônia. Aliás, essa posição só é digna para quem entende o valor de dar a voz. E por muitas vezes silenciado, ele decidiu também falar.

Não é fácil para um homem negro desejar ser outra coisa. O determinismo não construído e instituído por nós é crudelíssimo. Robson nem tomou conhecimento e com a inocência de quem não se convence, decidiu e foi fazer. Sua contribuição neste sentido não é só científica, é política. Ao puxar o evento para si, no palco e na plateia tem cativo o lugar dos nossos. E são muitos e muitas que, compreendendo a importância da pesquisa, se colocaram a organizar esse momento inesquecível.

Robson subverteu as posições, negou os protocolos embranquecidos, forjou seus próprios sintagmas, decorou com penas e tambores a seu redor, olhou para os ilustres convidados e trouxe para ribalta os ancestrais que ocupam esse território com dignidade e perseverança. Ser primaz no Brasil para alguns não é honra, para ele, necessidade de reparação histórica.

Robson desejou em seu texto colocar a todos e todas no palco desse evento. Não por ser a apresentação de baluartes, mas por serem eles e elas, pilares dessa construção. E por mais que ainda folclorizados e estigmatizados e invisibilizados, ter espaço e voz é uma oportunidade formativa. Aprendemos com respeito, tudo o que possuem para dizer. Então não são necessários microfones, eles e elas sabem falar, gritar e se fazerem entender e ainda bem que querem mais. São as Conceições Evaristo e Sônias Guajajaras, são Tapuias e Rios das Rãs, são estudantes e servidores, se olharmos pra dentro, com consciência de classe de ver histórico, nos movemos a transformar juntos esse país e igualdade de direitos e oportunidades.

O que Robson almejou construir com entendimento é que para além dos palcos essas pessoas e seu legado desejam construir os bastidores, serem celebração, mas também pautar, construir e transformar. Tal movimento só é possível se todos e todas tiverem seu lugar nessa disputa desigual, embranquecida e estranhamente burguesa. Um evento produz formação e quem participa dele com olhos, ouvidos e coração atentos sairá deles diferentes, adequadamente sintonizados com a realidade.

Como orientador e homem negro-gay, ver Robson tratar com respeito e dignidade as comunidades e protagonistas do Território é motivo de respeito e gratidão. Somos nós e são eles/as parte da história. Ciência se faz assim, na escuta dileta, na dedicação necessária e no fazer possível. Desejamos que a leitura tenha sido provocativa, elucidativa e te faça pensar sobre datas comemorativas e eventos festivos. Ciência conosco e para nós se faz importante, também. Aplausos no final do evento não produzem transformação social. O que mudará o mundo é sermos protagonistas de nossa história e da oportunidade de experiência da vida como desejamos.

REFERÊNCIAS

Almeida , Silvio Luiz de . O que é racismo estrutural?.Belo Horizonte ,Letramento 2018.p 38/39

ARAÚJO, Emily Lima; MARTINS, Iara Saraiva; FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos. Ações afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará: o processo de implantação do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas–NEABI. 2018.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

COSTA, Joseane da Conceição Pereira.NARRATIVAS ENTRE EGRESSOS(AS) DE UM INSTITUTO FEDERAL: experiências formativas no/do Ensino Médio Integrado , p. 1- 49, Catu- Ba, 2019.

DE CARVALHO, Erenice Natália Soares. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. Revista educação especial, v. 26, n. 46, p. 261-275, 2013. ESPAÇO PEDAGÓGICO. Online: Upf, v. 29, n. 2, maio de 2023. Trimestral. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep>. Acesso em: 01 fev. 2023.

ESPIRÍTO SANTO. Glauciqueli Brambila Bernabé. Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante (org.). Os espaços escolares como ambientes de aprendizagem. Venda Nova do Imigrante: Prefeitura, 2016. 25 p. Disponível em:<http://c2sisweb.tecnologia.ws/SisWeb/Repositorio/Arquivos/0/21aaaf282-5.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023. 65

EVANGELISTA, Ariadne de Sousa. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR: UMLEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO. Fapesp, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-14, dez. 2014. Disponível em:
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/organizacao-do-espaco-escolar.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

Entrevista: “O coronavírus não tem nada de democrático. Ele tem ‘preferências’, e os negros são um dos grupos preferidos dele”. Disponível em:
<https://www.generationmedia.com.br/intervistas/intervista-o-coronavirus-nao-tem-nada-de-democratico-ele-tem-preferencias-e-os-negros-sao-um-dos-grupos-preferidos-dele/>. Acesso em: 17 out. 2023.

FANON, F. Os Condenados da Terra . Nova York: Grove, 1963.

FILHO GUERRA, Willis Santiago. Coordenador. Dos direitos humanos aos direitos

fundamentais. Porto Alegre: Do advogado, 1997. P.65.

FONSECA, Marcus Vinícius; ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues da. O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LEI NO. 10.639/2003 NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Educação em Revista, v. 35, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/edur/a/YXTp7BmKB6MSTnGmfp4kCkc/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2023.

GARIGLIO, José Ângelo; BURNIER, Suzana Lana. Os professores da educação profissional: saberes e práticas. Cadernos de Pesquisa, v. 44, p. 934–959, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/cp/a/CKVFM3VCFFSRpTmBpkD4rRH/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2023.
Gil, 2019, apud, Costa, 2023, p.62

Gomes, Lino Nilma , Brasil de Fato | Belo Horizonte (MG) | 17 de Abril de 2017 às 13:19, acessado em 26/05/2023.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. Rev. Bras. Educ., 2002, n.21, p. 40-51.

GOVERNO DA BAHIA (Bahia) (org.). Povos Indígenas. 2022. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/povosIndigenas>. Acesso em: 23 fev. 2023.

Husserl (Diniz 2006; 2006; Castro; Gomes, 2011)

JESUS, Carla da Silva de, MACEDO, Alice Costa , CAJAIBA, Jaqueline Braga Morais. Quando vivências humanas constroem Oásis: reflexões a partir da pedagogia de Freire sobre a atuação do pedagogo na educação não formal. Revista de Iniciação à Docência, v.6, n. 2, 2021-Publicação: dezembro, 2021 -ISSN 2525-4332
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/rid/article/view/9597/6405>

KAUFMANN, Jean Claud, 1948-A entrevista compreensiva: Um guia para a pesquisa de campo/Jean Claud Kaufmann; Tradução de Thiago de Abreu e Lima Florêncio; Revisão Técnica de Bruno Cesar Cavalcanti - Petrópolis, RJ: Voes: Maceió Al: Edufal, 2013

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. Novos estudos CEBRAP, p. 77-95, 2010.

MARTINS, J. Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poiesis. São Paulo: Cortez, 1992.

MARTINS, Luci Helena Silva; DE SOUZA, Valesca Rodrigues. O NEABI e a educação para as relações étnico-raciais. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 7, 2021. 66

MIRANDA, Melina Laís Farias et al. TEMPO E ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: OBSERVAÇÃO EM UM CEI DO MUNICÍPIO DE PARINTINS NO BAIXO AMAZONAS. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 8., 2020, Imperatriz. Anais VII FIPED. 2020: Editora Realiza, 2020. p. 1-6. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2016/TRABALHO_EV057_MD1_S_A1_7_ID1665_30092016204202.pdf. Acesso em: 26 fev. 2023.

MOREIRA,Daniel Augusto. O Método Fenomenológico na Pesquisa-São Paulo:Pioneira. Thomson 2002

PAULO FREIRE; SHOR, I. Uma pedagogia para a libertação: diálogos sobre a educação transformadora . Basingstoke: Macmillan, 1987.

PAULO FREIRE, P. Pedagogia da liberdade: ética, democracia e coragem cívica .Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 1998.

PAULO Freire. Memória presença. In: O Estado de S. Paulo, Cultura Dois, 27 demaio de 2007. p. D6.

PAULO FREIRE, Educação e Mudança. 12 Edição,Editora Paz e Terra, p 16, agostode 1979.

PEREIRA, Gustavo Leonardo Maia. Lei de cotas nas universidades: constitucionalidade e necessidade . Revista Jus Navigandi. Teresina, ano 17, n. 3365 , 17set.2012 . Disponível em: A Lei Nº 12711/2012 e sistema de Cotas (jusbrasil.com.br) . Acesso em 18 jul 2022.

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em:https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 27 fev. 2023.

Regimento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFBaiano (NEABI)-Reformulação-Resolução do CONSUP nº 33 de 25 de novembro de 2015 e a sua reformulação foi aprovada pela Resolução nº 56 de 19 de dezembro de 2018.

Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da rede IFBA resolução nº 31, de 03 de novembro de 2021.

RESOLUÇÃO nº 510 de 7 de abril de 2016

RESOLUÇÃO nº 466, de 12 de dezembro de 2012;

Revista Liberato,Novo Hamburgo,V16.Nº26,p101-220,jul/dez.2015

Rev.Int. de Form.de Professores (RIFP), Itapetininga, v. 8, 2023. Dossiê “Tendências e aportes teóricos atuais para a pesquisa em educação e ensino”, e023007, p. 1- 15,acesso em 27/12/23.]

SELL, Sandro Cesar. "Ação afirmativa e democracia racial: uma introdução a debate no Brasil". Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

SISS, Ahyas. AÇÕES AFIRMATIVAS, EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEABs:INTERSEÇÕES HISTÓRICAS. (SYN) THESIS, v. 7, n. 2, p. 181-190, 2014.

SOKOLOWSKI, 2014, p. 68-69. Apud Costa 2023, p.60

UNIÃO, Brasília. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação. VENTURINI, Anna Carolina. A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. Seminário Internacional "Fazendo Gênero", v. 11, p. 1-15, 2017.

APÊNDICE I

COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA CHAPADA DIAMANTINA - BA E OU REGISTRADAS NO IBGE

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO FCP/IBGE	ETAPA ATUAL	Nº PORTARIA
ANDARAÍ	FAZ. VELHA	01420.002138/2006-69	CERTIFICADA	25/2007
ANDARAÍ	RUA DOS NEGROS	IBGE-2901304	NÃO CERTIFICADA	NÃO
ANDARAI	MORRINHOS	IBGE-2901304	NÃO CERTIFICADA	NAO
ANDARAI	MATA GRANDE	IBGE-2901304	NÃO CERTIFICADA	NAO
ANDARAÍ	IGATU	IBGE-2901304	NÃO CERTIFICADA	NAO
ANDARAI	ANDARAI	IBGE-2901304	NÃO CERTIFICADA	NAO
ABAÍRA	ALTO DA BOA VISTA	01420.000299/2009-61	CERTIFICADA	43/2009
ABAIRA	ASSENTO	01420.000298/2009-16	CERTIFICADA	43/2009
ABAÍRA	BARRA DOS CATOLÉS	01420.007567/2014-32	CERTIFICADA	103/2016
BARRA DA ESTIVA	GINETE	01420.001422/2008-80	CERTIFICADA	103/2016
BARRA DA ESTIVA	MOITINHA	01420.002383/2008-38	CERTIFICADA	94/2008

BARRA DA ESTIVA	CAMULENGO	01420.002384/2008-82	CERTIFICADA	94/2008
BARRA DA ESTIVA	EXTREMA	IBGE-2902807	NÃO CERTIFICADA	NÃO
IBITIARA	CARAÍBAS	01420.002139/2006-11	CERTIFICADA	25/2007
IBITIARA	CAPÃO	01420.000452/2009-50	CERTIFICADA	43/2009
IBITIARA	TIRIRICA DE CIMA	01420.005194/2011-12	CERTIFICADA	91/2011
IBITIARA	RIACHÃO	01420.005191/2011-89	CERTIFICADA	91/2011
IBITIARA	OLHO D'ÁGUA NOVO	01420.008719/2011-71	CERTIFICADA	211/2011
IBITIARA	MORRO REDONDO	01420.001788/2005-14	CERTIFICADA	39/2005
IBITIARA	VILA NOVA	01420.000753/2006-31	CERTIFICADA	08/2006
IBITIARA	CANA BRAVA	01420.001958/2006-33	CERTIFICADA	29/2006
IBITIARA	BURACÃO	IBGE- 2913002	NÃO CERTIFICADA	NAO
IBITIARA	CHORADOS	IBGE- 2913002	NÃO CERTIFICADA	NAO
IBITIARA	LAPÃO DA VOLTA	IBGE- 2913002	NÃO CERTIFICADA	NÃO
IBITIARA	MACHADO DE BAIXO	IBGE- 2913002	NÃO CERTIFICADA	NÃO

IBITIARA	MARCELINO DOS PRETOS	IBGE- 2913002	NÃO CERTIFICADA	NÃO
IBITIARA	VÁRZEA GRAND E	IBGE- 2913002	NÃO CERTIFICADA	NÃO
ITAETÉ	BANANEIRAS	01420.007976/2015-10	CERTIFICADA	257/2018
ITAETE	MACACO SECO	IBGE- 2915007	NAO CERTIFICADA	NAO
MORRO DO CHAPÉU	VELAME	01420.000602/2004-11	CERTIFICADA	7/2005
MORRO DO CHAPÉU	VEREDINHA	01420.002313/2006-18	CERTIFICADA	29/2006
MORRO DO CHAPÉU	GRUTA DOS BREJÕES	01420.002311/2006-29	CERTIFICADA	29/2006
MORRO DO CHAPÉU	BARRA II	01420.002312/2006-73	CERTIFICADA	29/2006
MORRO DO CHAPÉU	OURICURI II	01420.002952/2006-83	CERTIFICADA	29/2006
MORRO DO CHAPÉU	QUEIMADA NOVA	01420.001039/2008-21	CERTIFICADA	36/2008
MORRO DO CHAPÉU	BOA VISTA	01420.002969/2008-01	CERTIFICADA	94/2008
MORRO DO CHAPÉU	BARRA DOS NEGROS	IBGE- 2921708	NÃO CERTIFICADA	NÃO
MORRO DO CHAPÉU	POVOADO CANA BRAVA	IBGE- 2921708	NÃO CERTIFICADA	NÃO
MORRO DO CHAPÉU	VALE DE CANA BRAVA	IBGE- 2921708	NÃO CERTIFICADA	NÃO
MORRO DO CHAPÉU	VEREDA	IBGE- 2921708	NÃO CERTIFICADA	NÃO

NOVO HORIZONTE	GOIS	01420.004274/2014-01	CERTIFICADA	103/2016
PALMEIRAS	TEJUCO	01420.008877/2014-74	CERTIFICADA	103/2016
PALMEIRAS	SERRA NEGRA	01420.003820/2016-41	CERTIFICADA	52/2017
PALMEIRAS	FUNDÃO	01420.003948/2016-12	CERTIFICADA	53/2017
PALMEIRAS	CORCOVADO	01420.001888/2008-85	CERTIFICADA	94/2008
RIO DE CONTA S	BARAÚNAS	01420.011878/2014-04	CERTIFICADA	19/2015
RIO DE CONTA	RANCHARIA DO MEIO	01420.011878/2014-04	CERTIFICADA	19/2015

RIO DE CONTA S	TAPUI	01420.011878/2014-04	CERTIFICADA	19/2015
RIO DE CONTA S	VÁRZEA	01420.011878/2014-04	CERTIFICADA	19/2015
RIO DE CONTA S	VARZEA DO MEIO	01420.011878/2014-04	CERTIFICADA	19/2015
RIO DE CONTA S	BARRA	01420.000054/1998-92	CERTIFICADA	37/2005
RIO DE CONTA S	BANANAL	01420.000054/1998-92	CERTIFICADA	37/2005
RIO DE CONTA S	RIACHO DAS PEDRAS	01420.000054/1998-92	CERTIFICADA	37/2005
RIO DE CONTA S	BANANEIRA DOS NEGROS	IBGE- 2926707	NÃO CERTIFICADA	NÃO
RIO DE CONTA S	BARRA DO BRUMADO	IBGE- 2926707	NÃO CERTIFICADA	NÃO
RUY BARBOS A	BAIRRO DAS FLORES	01420.012433/2014-33	CERTIFICADA	58/2017
RUY BARBOS A	SERRA DO OROBÓ	IBGE- 2927200	NÃO CERTIFICADA	NÃO
SEABRA	LAGOA DO BAIXÃO	01420.001531/2005-54	CERTIFICADA	37/2005
SEABRA	SERRA DO QUEIMADÃO	01420.001540/2005-45	CERTIFICADA	37/2005
SEABRA	BAIXÃO VELHO	01420.001532/2005-07	CERTIFICADA	37/2005
SEABRA	AGRESTE	01420.001533/2005-43	CERTIFICADA	32/2005
SEABRA	OLHOS D'ÁGUA DO BASÍLIO	01420.001539/2005-11	CERTIFICADA	32/2005
SEABRA	MORRO REDONDO	01420.001788/2005-14	CERTIFICADA	39/2005
SEABRA	VÃO DAS PALMEIRAS	01420.001805/2005-13	CERTIFICADA	39/2005
SEABRA	CAPÃO DAS GAMELAS	01420.001807/2005-02	CERTIFICADA	43/2005
SEABRA	CACHOEIRA DA VÁRZEA	01420.001806/2005-50	CERTIFICADA	43/2005
SEABRA	MOCAMBO DA CACHOEIRA	01420.001806/2005-50	CERTIFICADA	43/2005
SEABRA	VAZANTE	01420.002310/2006-84	CERTIFICADA	29/2006
SEABRA	MOCAMBINHO	IBGE- 2929909	NÃO CERTIFICADA	NÃO
SOUTO SOARE S	MATINHA	01420.006742/2013-93	CERTIFICADA	176/2013
SOUTO SOARE S	CAJAZEIRAS	01420.006742/2013-93	CERTIFICADA	176/2013

SOUTO SOARES	NOVO HORIZONTE I	01420.009539/2014-50	CERTIFICADA	19/2015
SOUTO SOARES	SEGREDO	01420.002065/2005-24	CERTIFICADA	02/2006
SOUTO SOARES	SEGREDO DOS NEGROS	IBGE- 2930808	NÃO CERTIFICADA	NÃO
BONINAL	MULUNGU	01420.002607/2005-69	CERTIFICADA	02/2006
BONINAL	CUTIA	01420.000739/2006-37	CERTIFICADA	08/2006
BONINAL	CONCEIÇÃO	01420.001400/2006-58	CERTIFICADA	15/2006
BONINAL	OLHOS D' AGUINHA	01420.002820/2007-32	CERTIFICADA	103/2016
BONINAL	OLHOS D'AGUINHA	IBGE - 2904001	NÃO CERTIFICADA	NÃO
BONITO	BALIZA	01420.011476/2015-82	CERTIFICADA	103/2016
BONITO	MATA VERDE	01420.100718/2021-50	CERTIFICADA	160/2021
BONITO	BOTAFOGO	01420.013971/2011-01	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	VARAME	01420.013984/2011-71	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	RIO DAS LAGES	01420.013982/2011-82	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	RIBEIRO	01420.013981/2011-38	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	QUIXABÁ	01420.013980/2011-93	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	MATA FLORENÇA	01420.013979/2011-69	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	GUARANI	01420.013977/2011-70	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	GRAMIAR	01420.013976/2011-25	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	CABECEIRA DOBREJO	01420.013972/2011-47	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	CATUABINHA	01420.013974/2011-36	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	GITIRANA	01420.013975/2011-81	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	ARIZONA	01420.013966/2011-90	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	BAIXA DO CHEIRO	01420.013968/2011-89	CERTIFICADA	195/2011
BONITO	BAIXA VISTOSA	01420.013969/2011-23	CERTIFICADA	195/2011
IRAQUARA	POVOADO DOS MORENOS	01420.003633/2012-33	CERTIFICADA	48/2013
IRAQUARA	RIACHO DO MEL	01420.003631/2012-44	CERTIFICADA	48/2013

IRAUARA	POVOADO DO ESCÔNCIO	01420.003817/2016-27	CERTIFICADA	51/2017
IRAUARA	METO CENTRO	01420.003818/2016-71	CERTIFICADA	56/2017
IRAUARA	MATO PRETO	01420.100145/2018-69	CERTIFICADA	08/2019
LENÇÓIS	REMANSO	01420.000501/2005-21	CERTIFICADA	23/2005
LENÇÓIS	IUNA	01420.002394/2005-75	CERTIFICADA	44/2005
LENÇÓIS	LAGOA	01420.000138/2006-34	CERTIFICADA	11/2006
LENÇÓIS	LAGOAS	IBGE- 2919306	NÃO CERTIFICADA	NÃO
LENÇÓIS	RIO SANTO ANTÔNIO	IBGE- 2919306	NÃO CERTIFICADA	NÃO
MUCUGÊ	BARRIGUDA	01420.001275/2011-43	CERTIFICADA	65/2011
MUCUGÊ	FAZENDA MARI	IBGE - 2921906	NÃO CERTIFICADA	NÃO
PIATÃ	PALMEIRA	01420.004132/2010-11	CERTIFICADA	135/2010
PIATÃ	MACHADO	01420.000806/2010-08	CERTIFICADA	162/2010
PIATÃ	TIJUCO	01420.003315/2011-91	CERTIFICADA	195/2011
PIATÃ	CAPÃO FRIO	01420.003315/2011-91	CERTIFICADA	195/2011
PIATÃ	CAPÃO	01420.003314/2011-47	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	CARRAPICHO	01420.003314/2011-47	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	MUTUCA	01420.003314/2011-47	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	SÍTIO DOS PEREIRAS	01420.003314/2011-47	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	BARREIRO	01420.004695/2012-62	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	CAICARA	01420.004695/2012-62	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	RIBEIRÃO DE CIMA	01420.004695/2012-62	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	RIBEIRÃO DO MEIO	01420.004695/2012-62	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	TAMBURIL	01420.004695/2012-62	CERTIFICADA	78/2013
PIATÃ	CAFUNDO	IBGE-2924306	NÃO CERTIFICADA	NÃO
PIATÃ	PÉ DE SERRA	IBGE-2924306	NÃO CERTIFICADA	NÃO
PIATÃ	VÁRZEA	IBGE-2924306	NÃO CERTIFICADA	NÃO
PIATÃ	RIO DAS CONTA	IBGE-2924306	NÃO CERTIFICADA	NÃO

	S			
--	---	--	--	--

Fonte: Proprio Autor, 2023- material
 pesquisado https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 e <https://www.mds.gov.br>

APENDICE II



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAIANO**

**CAMPUS CATUPROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Esta pesquisa seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 e nº 510/ 2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A pesquisa para a qual você está sendo convidado(a) a participar intitula-se “Das Semanas Pretas e Indígenas ao NEABI: Espaços, Ambiente e Lugar de (RE)existência e Educação Profissional e Tecnológica no IFBA - Campus Seabra”, e está vinculada à Linha Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Catu, cujo objetivo Interpretar como a Semana Preta e a Semana Indígena percebidas como espaço pedagógico e de formação contribuem para Educação Profissional e Tecnológica no IFBA- Campus Seabra. A pesquisa será cadastrada no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Catu.

A responsabilidade da investigação é do mestrando e pesquisador Robson Luiz daSilva Menezes, sob orientação do prof.Dr. Davi Silva da Costa. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tomará como base os princípios da fenomenologia, através da técnica de entrevista narrativa a ser gravada em vídeo para coleta e compartilhamento das informações.

Os sujeitos do estudo são pessoas que participaram da organização dos eventos, isto porque, essas pessoas possuem compreensão da intenção de cada uma dessas semanas, do planejamento, da execução e da avaliação de cada uma das edições, e suas participações ocorrerá através da concessão de uma entrevista, a qual será gravada em vídeo, com duração aproximada de 30 minutos, e consistirá em compartilhar as experiências formativas vivenciadas na concepção dos eventos como espaços: ambiente, tempo e lugar pedagógico . É fundamental entender que esta pesquisa terá como produto educacional um vídeo documentário de curta-metragem com os(as) participantes, suas identidades, imagens e narrativas, captadas no ato da entrevista, e que este será disponibilizado para fins estritamente científicos e educacionais. Os(as) participantes desta pesquisa são voluntários(as) e, portanto, não haverá qualquer tipo de pagamento ou gratificação financeira.

Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para que a comunidade *locus da pesquisa* possa (re)conhecer a memória que preserva e refletir sobre o caminho percorrido e aquele que se pretende trilhar a partir das experiências dos sujeitos que forma. Para além da (re)construção de conhecimentos relacionados à educação e a sua relação com o trabalho e o saber científico no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, a pesquisa poderá se configurar, também, como um instrumento de ressignificação dos estudantes em curso sobre sua educação-formação. As informações fornecidas serão armazenadas por um período estimado de 5 anos e os resultados bem o vídeo documentário serão publicados tanto em mídia impressa como eletrônica, visando a fins estritamente acadêmico-científicos e educacionais.

Esta pesquisa contempla os requisitos éticos previstos na legislação atual referentes à confiabilidade e participação voluntária. Considerando o que prevê a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), toda pesquisa com seres humanos envolve algum risco para os participantes. Tendo em vista que a proposta consiste em compartilhar, através de material audiovisual, as experiências formativas e a própria trajetória de vida dos sujeitos do estudo, isso poderá gerar algum desconforto ou constrangimento aos participantes em expor certos aspectos da sua vivência. Para minimizar os riscos, serão tomados alguns cuidados preventivos em relação ao participantes, a saber: a. direito de manifestar a sua liberdade expressa no acordo com o que está sendo apresentado; b. de omitir-se de responder qualquer questão e ter o equipamento de gravação desligado ou interromper a participação a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou justificativa; c. de receber a transcrição da entrevista a qual concedeu e retirar seu consentimento de determinada informação concedida no ato da entrevista/ gravação; d. de receber a versão do material audiovisual e retirar seu consentimento de determinado trecho concedido no ato da entrevista/ gravação; e. de obter os esclarecimentos que julgar necessários, ou apoio emocional que sentir necessidade a qualquer momento após a entrevista, que poderá ocorrer mediante contato com a pesquisadora ou seu orientador. Esses contatos poderão ser feitos por e-mail e/ou telefone roboifto@gmail.com, 75 99811-1126, davi.costa@ifbaiano.edu.br, 71 99635- 3198, ou pelo endereço: Estrada vicinal para Tenda , S/N, Bairro Barro vermelho, Seabra

-BA, CEP. 46900-000, de segunda-feira a sexta- feira (de 08 às 12h ou de 14 às 18h). Para qualquer dúvida de natureza ética, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFBAIANO, Endereço: Rua do Rouxinol, nº 115, Imbuí, Salvador-BA, CEP:41.720-052,

E-mail: comissaodeetica@ifbaiano.edu.br Telefone: (71) 3186-0015
Ramal: 115 Sítio: <https://ifbaiano.edu.br/portal/comissoes/comissao-de-etica/>.

Apesar de estar assegurada a garantia da dignidade do(a) participante, mantendo o princípio da integridade e da justiça, o(a) participante que se sentir eventualmente incomodado(a), pode, voluntariamente, desistir da sua participação em qualquer momento da entrevista, sem qualquer prejuízo.

Consentimento Pós-Eclarecido

Eu,

, estou ciente da natureza desta pesquisa, de seus objetivos, métodos e benefícios, e autorizo a minha participação voluntária. Entendo também que não terei nenhuma gratificação financeira e que posso me afastar da pesquisa quando quiser. Concordo que as informações obtidas relacionadas à minha pessoa, à minha imagem e às minhas narrativas, no ato da entrevista poderão ser utilizadas em atividades de natureza educacional, acadêmico- científica, através de material textual e eletrônico, o qual não terá fins lucrativos sob nenhuma hipótese. Este documento é emitido em duas vias que serão assinadas por mim pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Catu, _____ de _____
de 2019.

Assinatura do participante
Responsável

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE III



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAIANO**

**CAMPUS CATU PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE IMAGEM E DIVULGAÇÃO – (TCGID)

APÊNDICE III

_ Eu

_____(nome completo),
_____(nacionalidade),

(estado _____ civil), _____ nascido em (data), _____, na cidade
_____, Estado _____, portador do RG
nº _____ e do CPF nº _____,
residente
e
domiciliado em _____
(cidade,

endereço), neste ato denominado CEDENTE, outorgo o seguinte termo de cessão ao CESSIONÁRIO(A) Robson Luiz da Silva Menezes.

O CEDENTE autoriza a captação, fixação e utilização da sua imagem e voz, em mídia eletrônica, na internet, em apresentações, material impresso ou textual, podendo republicá-la ou por qualquer forma divulgá-la ou reproduzi-la sem restrições, através de todos e quaisquer meios de comunicação ao público, cujo uso pode ocorrer através de divulgação pública ou privada, sempre gratuita, de caráter estritamente acadêmico- científico e social, sem fins lucrativos.

O CEDENTE declara, em caráter irrevogável e irretratável, estar ciente e de acordo com o uso do material captado durante a realização da entrevista.

A presente autorização é firmada, sem qualquer restrição de prazo, a título gratuito, pelo que nenhum pagamento será devido ao CEDENTE, a qualquer tempo.

E por estar justo e acordado, firma o CEDENTE no presente TERMO DE CESSÃO.

_____, de _____ 2023

Assinatura do Cedente



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAIANO**

CAMPUS CATU

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL ETECNOLÓGICA**

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO
PARTICIPANTE –ETAPA I APÊNDICE IV**

1. Dados Pessoais

a. Nome:

b. Endereço:

c. Cidade: _____ CEP: _____

d. Telefones:

e. E-mail:

f. Sexo: () Masculino () Feminino

g. Idade: _____ anos

2. Formação

a. Ensino Médio

Curso: _____

_____ Ano de ingresso: _____ Ano
conclusão: _____

de

Participou de projeto de iniciação científica? () Sim () Não

b. Graduação em (se houver): _____

c. Especialização (se houver): _____

d. Mestrado (se houver): _____

e. Doutorado (se houver): _____

3. Informações profissionais

- a. Atividade que exerce atualmente: _____
- b. Tempo de atuação na atividade mencionada: _____



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAIANO**

**CAMPUS CATUPROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Informações prévias

GUIA DE ENTREVISTA – ETAPA IAPÊNDICE V

- ✓ Informar os objetivos da pesquisa e os procedimentos da entrevista narrativa bem como a duração estimada da entrevista;
- ✓ Salientar o fato de que o participante é livre para responder as questões e narrar aspectos que considerar relevantes sobre sua trajetória de vida;
- ✓ Apresentar o formulário de identificação e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e o convidar a ler e assinar;
- ✓ Duração estimada: 180 minutos

O roteiro preliminar será utilizado especialmente quando aspectos relevantes da temática não emergir nas narrativas e se baseará nas seguintes questões:

Eixo I – Questões norteadoras da entrevista

Entender como a Semana Preta e a Semana Indígena se constituem como espaços pedagógicos e de formação, e qual a contribuição para ações no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica no IFBACampusSeabra?

Eixo II- Pontos de partida para as entrevistas:

Bloco I - Semanas Pretas:

Bloco II – Semanas Indígenas

Bloco III - NEABI

1-Você pode falar um pouco sobre você e como foram esses eventos;

2-O que se constrói no processo de ensino e aprendizagem;

3-Quais foram as consequências observadas a partir dos eventos; 4- Como foi a experiência nos eventos;

5- Você pode falar um pouco como esse evento semana preta e semana indígena e NEABI, se constituem em espaços: ambiente, tempo e lugar pedagógico dentro da instituição

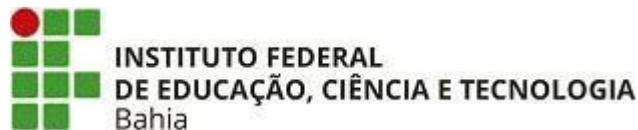
Eixo III- Avaliação

1. Como foi para você participar desta entrevista?

2. Gostaria de dizer algo mais

ANEXO 1 -

MEMORANDO Nº 154/2018/PROEN-DETEC.REI



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Av. Araújo Pinho, 39 - Bairro Canela - CEP 40110-150 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

MEMORANDO Nº 154/2018/PROEN-DETEC.REI

Prezados (a) Diretores(a),

Encaminhamos a minuta do Regulamento do Núcleo Central de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI Central, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. O referido regulamento foi elaborado pela comissão instituída pela Portaria n.º 2.044, de 11 de agosto de 2017

Neste sentido, solicitamos que seja criado um Grupo de Trabalho responsável por conduzir a análise da Minuta do Regulamento NEABI/IFBA no âmbito *Campus*.

O Grupo de Trabalho será responsável por criar estratégias para obter, junto à comunidade acadêmica, possíveis contribuições ao regulamento. O texto criado após a consulta à comunidade deverá ser encaminhado à Proen/Reitoria até o dia 05 de abril de 2019.

O número de integrantes do Grupo de Trabalho deverá ser de no mínimo cinco (cinco) membros, com representação dos diversos segmentos (educandos, docentes e TAES). Os membros devem estar, preferencialmente, vinculados a atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à educação das relações étnico-raciais, da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e a ações afirmativas de promoção da diversidade e igualdade étnico-racial no

âmbito do IFBA.

As Portarias referentes aos Grupos de Trabalho constituídos devem ser encaminhadas à Proen/Reitoria até o dia 04 de fevereiro de 2019.

Em 21 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ISIS CEUTA PINTO ALVES, Técnico(a) em Assuntos Educacionais**, em 21/12/2018, às 12:57, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JACINEIDE ARAO DOS SANTOS PROFETA, Técnico(a) em Assuntos Educacionais**, em 21/12/2018, às 13:02, conforme decreto nº 8.539/2015.

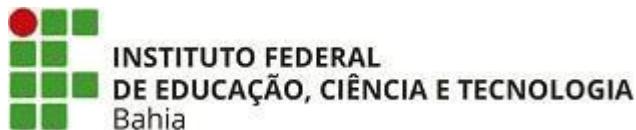


Documento assinado eletronicamente por **RAILDA DE FREITAS SANTOS ALVES, Pró-reitor de ensino em exercício**, em 21/12/2018, às 13:06, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&codigo_verificador=0946426&codigo_CRC=5CD0F6A5)
informando o código verificador **0946426** e o código CRC
5CD0F6A5.

ANEXO 2 - DESPACHO



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA
BAHIA

Estrada Vicinal para Tenda, s/nº - Bairro Barro Vermelho - CEP 46900-000 -
Seabra - BA - www.portal.ifba.edu.br

DESPACHO

À Diretoria Acadêmica

Juliana Martins Pereira

Assunto: Indicação de nomes para emissão de portarias. Prezada senhora,

Cumprimentando cordialmente, solicito análise do documento [0946426](#) e anexos para indicação de nomes que constituirão o Grupo de Trabalho que ficará responsável por conduzir a análise da Minuta do Regulamento NEABI/IFBA no âmbito *Campus Seabra*.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **DARILIO PIRES DE OLIVEIRA, Diretor(a) Geral em Exercício**, em 09/01/2019, às 11:56, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0953756** e o código CRC
A449BD32.

ANEXO 3 -

PORTARIA Nº 289 DE 31 DE JANEIRO DE 2019.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Bahia**

Portaria nº 289 de 31 de janeiro de 2019.

02.SEA

O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA *Campus Seabra*, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com a solicitação contida no processo nº 23278.018076/2018-74 resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo elencados para atuar no Grupo de Trabalho que tem como objetivo analisar a minuta do Regulamento do Núcleo Central de Estudos Afro- Brasileiros e Indígenas – NEABI Central, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia *Campus Seabra* e criar estratégias para obter, junto à comunidade acadêmica, possíveis contribuições ao regulamento.

NOME	SIAPE

Jeovângela de Matos Rosa Ribeiro	2122906
Maria de Lourdes Nunes Militão	2128274
Claudia Alexandra Silva Santos	3056213

Azamor Coelho Guedes	1813363
Joyce Cristina da Silva Holanda	2743669
Therezinha Gauri Leitão	1494610
Rui Santos Carige Junior	1880403
Michele Santos Barbosa	3060668
Eliana Evangelista Batista	3074419
Danielle Brito Silva	1131628

Art. 2º Os servidores indicados nesta Portaria desempenharão as suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e tem validade até 05/04/2019.



Documento assinado eletronicamente por **DARILIO PIRES DE OLIVEIRA, Diretor(a) Geral em Exercício**, em 31/01/2019, às 14:32, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 informando o código verificador **0970755** e o código CRC

D963BA20.

Criado por [dariliopires](#), versão 10 por [dariliopires](#) em 31/01/2019 14:32:09.

ANEXO 4 -

MEMORANDO Nº SN/2019/DEPEN.SEA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA

Estrada Vicinal para Tenda, s/nº - Bairro Barro Vermelho - CEP 46900-000 - Seabra - BA -
www.portal.ifba.edu.br

MEMORANDO Nº SN/2019/DEPEN.SEA

Ao: **Sr. Darílio Pires de Oliveira**

Diretor Geral em Exercício

Assunto: **Relatório do Grupo de Trabalho Local**

Prezado Diretor,

O Grupo de Trabalho Local instituído pela Portaria nº 289 de 31 de Janeiro 2019 apresenta o documento nº [1066751](#), em anexo, como resultado das atividades do referido GT.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

GT análise minuta NEABI

*Central Portaria nº 289, de 31
de janeiro de 2019*

Em 30 de abril de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **RUI SANTOS CARIGE JÚNIOR, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 30/04/2019, às 19:22, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Michele Santos Barbosa, Professor Efetivo**, em 02/05/2019, às 14:53, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **1066741** e o código CRC **6472B9A4**.

ANEXO 5 -

PORTARIA Nº 62 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021.



Ministério da Educação

**Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Bahia**

Portaria nº 62 de 20 de dezembro de 2021.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E

TECNOLOGIA DA BAHIA – *Campus SEABRA*, no uso de suas atribuições legais, conferidas através da Portaria nº 23 de 02 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 03 de janeiro de 2020, e considerando o Processo SEI nº 23278.009834/2021-69, **RESOLVE:**

Art. 1º. CONSTITUIR o Núcleo Local de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI, composto pelos membros abaixo e sob a presidência da primeira, que tem como objetivo analisar, articular, promover, assessorar e acompanhar atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão relacionadas à temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena', à Educação das Relações Étnico-Raciais e às Políticas Afirmativas de Promoção da Diversidade e Igualdade Étnico-Racial no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/ IFBA *CampusSeabra*.

NOME	SIAPE	CARGO
Michele Santos Barbosa	3060668	Professora EBTT
Azamor Coelho Guedes	1813363	Professor EBTT

Cláudia Alexandra Silva Santos	3056213	Professora EBTT
Eliana Evangelista Batista	3074419	Professora EBTT
Jeovângela de Matos Rosa Ribeiro	2122906	Professora EBTT
Joyce Cristina da Silva Holanda	2743669	Técnica de Laboratório Área
Rui Santos Carigé Junior	1880403	Professor EBTT
Therezinha Gauri Leitão	1494610	Professora EBTT

Art. 2º O uso desta para fins de comprovação da participação efetiva dos membros só será válido quando acompanhada de declaração da Presidente da Comissão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Documento assinado eletronicamente por **NELSON DE SOUZA COSTA JUNIOR, Diretor(a) Geral**, em 20/12/2021, às 21:04, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento
conferir&acao](http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#)
informando o código verificador **2130876** e o código CRC **BB66545F**.

